

Sesc | Serviço Social do Comércio
ISSN 1809-9815 v.9 n. 25 | maio-agosto 2014

SINAIS SOCIAIS

25

Sesc | Serviço Social do Comércio

Departamento Nacional



Sesc | Serviço Social do Comércio
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL
Antonio Oliveira Santos

DEPARTAMENTO NACIONAL
Diretor-Geral
Maron Emile Abi-Abib

Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento
Diretora
Cláudia Márcia Santos Barros

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Gerência de Estudos e Pesquisas
Gerente
Andréa Reza

CONSELHO EDITORIAL
Cláudia Márcia Santos Barros
Eduardo R. Gomes
Mauricio Blanco
Mauro Lopez Rego
Nivaldo da Costa Pereira

ASSESSORIA EDITORIAL
Carlos Augusto Ferreira Lima Júnior

EDIÇÃO
Assessoria de Comunicação
Diretor
Pedro Hammerschmidt Capeto

PROJETO GRÁFICO
Ana Cristina Pereira (Hannah23)

SUPERVISÃO EDITORIAL
Jane Muniz

PREPARAÇÃO E PRODUÇÃO EDITORIAL
Claudia Sampaio

REVISÃO
Elaine Bayma

REVISÃO DO INGLÊS
Maria dos Anjos Rouch

DIAGRAMAÇÃO
Livros & Livros | Susan Johnson

FOTO DA CAPA
Flávio Pereira

PRODUÇÃO GRÁFICA
Celso Clapp

© Sesc Departamento Nacional, 2014.
Av. Ayrton Senna, 5.555 — Jacarepaguá
Rio de Janeiro — RJ
CEP 22775-004
Tel.: (21) 2136-5555

Distribuição gratuita. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/2/1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem autorização prévia por escrito do Departamento Nacional do Sesc, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Dados Internacionais de Catalogação na publicação.

Sinais Sociais / Sesc, Departamento Nacional - Vol. 1, n. 1 (maio/ago. 2006) - . - Rio de Janeiro : Sesc, Departamento Nacional, 2006 - .
v.; 30 cm.

Quadrimestral.
ISSN 1809-9815

1. Pensamento social. 2. Contemporaneidade. 3. Brasil.
I. Sesc. Departamento Nacional.

As opiniões expressas nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.

As edições podem ser acessadas eletronicamente em www.sesc.com.br.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 5 |
| Editorial | 6 |
| O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil Angela de Castro Gomes | 9 |
| Mundo desencantado e mundo desengajado Luis Carlos Fridman | 39 |
| Henrique Galvão entre os descompassos no império lusitano Rita Chaves | 55 |
| O marketing político no Brasil: da consolidação ao desafio das redes sociais Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho | 83 |
| Exílio e linguagem: a escrita de Samuel Rawet Vera Lins | 107 |



APRESENTAÇÃO

A origem do Sesc vincula-se à intenção de contribuir para o desenvolvimento do Brasil a partir de uma profunda compreensão de seu potencial e dos obstáculos ao seu progresso.

Uma tarefa desafia aqueles que receberam como legado a missão de realizar no presente os ideais vislumbrados pelos líderes do passado: a revisão e a ampliação permanente dessa compreensão.

Assim como ao Sesc cabe atuar sobre a realidade social, cabe valorizar e difundir o entendimento acerca dessa realidade, dos conceitos e questões fundamentais para o país e das políticas públicas e formas diversas de promover o bem-estar coletivo.

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS

Presidente do Conselho Nacional

Ler, estudar, pesquisar. Divergir, argumentar, contrapor. Comparar, debater, discutir. Criticar, questionar, propor. Fundamentar, elaborar, testar. Organizar, encadear, remeter. Rever, revisar, publicar. Apresentar, expressar, transmitir.

Com a revista *Sinais Sociais*, colaboramos para que esses verbos sejam conjugados em favor de uma sociedade que traduza de forma mais fidedigna a expressiva riqueza cultural e o potencial realizador de seus cidadãos.

Conhecer para compreender, difundir para mobilizar, agir para transformar: eis as vertentes que definem a linha editorial da *Sinais Sociais* no ambiente do pensamento e da ação social.

MARON EMILE ABI-ABIB

Diretor-Geral do Departamento Nacional

O cruzamento entre as teorias sociais, a cultura, em especial a literatura, como um iluminador sensível da realidade no mundo contemporâneo, nos coloca frente aos grandes desafios impostos pela questão social no Brasil. São questões que dizem respeito às iniquidades das relações na sociedade e a possibilidade de abordá-las a partir de uma compreensão consciente dos desafios impostos para quem atua no campo da assistência social, como o Sesc, em profunda sintonia com as ações desenvolvidas na esfera pública.

Diante das dificuldades que permanecem na pauta das preocupações de pesquisadores e gestores que lidam com problemas que atingem a todos os cidadãos, a presente edição da revista *Sinais Sociais*, em estreita ligação com os desafios postos a conhecer e a enfrentar, traz reflexões que renovam a discussão e revigoram práticas e saberes.

Angela de Castro Gomes retoma o polêmico debate travado pela produção acadêmica sobre o Estado Novo e o populismo no Brasil. Luis Carlos Fridman, por sua vez, aborda as mudanças que afetam a subjetividade no sistema econômico atual. E alerta para a vivência de um certo “eterno presente” ou “presentismo das relações”, discutindo a natureza dos vínculos sociais com base nos estudos dos sociólogos Max Weber e Zygmunt Bauman, a partir das expressões paradigmáticas de um “mundo desengajado” e de um “mundo desencantado”.

Rita Chaves, em seu artigo, reflete sobre o lugar da escrita e sua intervenção no plano simbólico no processo de colonização portuguesa ao analisar a trajetória de Henrique Galvão, reveladora dos “descompassos lusitanos”. Também no campo da literatura, o artigo de Vera Lins nos apresenta um olhar auspicioso sobre o exílio na literatura, com base nos contos do escritor Samuel Rawet, e a condição humana frente à barbárie. Exílio da própria possibilidade de nos constituirmos humanos, longe de nós mesmos, em qualquer lugar.

Para fechar a edição, Sérgio Castilho discute a trajetória do marketing político no Brasil e os desafios que se apresentam com o surgimento das redes sociais, como uma expressão da crise das democracias representativas contemporâneas, em referência ao sociólogo Manuel Castells e seus estudos sobre o papel das novas tecnologias de informação e comunicação.

A diversidade de enfoques e percepções apresentadas nos artigos nos leva a conhecer e agir sobre a complexidade do real em sua totalidade e destina-se à interlocução e disseminação de estudos que contribuam para o conhecimento da realidade sociocultural brasileira.

É com esse propósito que convocamos você, leitor, e você pesquisador, à leitura e à divulgação de suas propostas, com vistas ao fortalecimento de um diálogo profícuo e consistente.

Boa leitura!

O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil

Angela de Castro Gomes

Angela de Castro Gomes

Historiadora formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professora titular de História do Brasil da UFF e bolsista da Capes no Programa Professor Visitante Nacional Sênior na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). É pesquisadora 1A do CNPq e autora de artigos e livros, entre os quais, *A invenção do trabalhismo* (FGV, 2005).

Resumo

Poucos períodos na História do Brasil produziram desdobramentos tão duradouros, importantes e ambivalentes como o dos oito anos que cobrem o chamado Estado Novo (1937-1945). O que se pretende neste artigo é apontar algumas das questões que, ao longo do tempo, vêm marcando os debates travados pela produção acadêmica sobre esse período, que passou por revisões importantes. Nesse caso, destaca-se a questão do populismo e sua notoriedade na sociedade e na academia no Brasil. Contudo, nas últimas décadas, tal designação vem sendo alvo de debates historiográficos densos, sendo gradativamente abandonada por muitos estudiosos, mas certamente permanecendo no vocabulário político e no senso comum dos brasileiros.

Palavras-chave: Estado Novo. Autoritarismo. Nacionalismo. Populismo.

Abstract

Few periods in the history of Brazil produced such long-term with, important and ambivalent consequences as the eight years of the so named Estado Novo (New State) regime (1937-1945). The aim of this article is to point out some of the issues that, over time, have marked the debates in the academic literature on this period, which underwent major revisions. In this line of thought, there is the issue of populism, which has gained wide transit in society and academia in Brazil. However, in recent decades, such designation has been the target of dense historiographical debates and gradually abandoned by most scholars, but certainly remains in the political vocabulary and common sense of the Brazilians.

Keywords: Estado Novo. Authoritarianism. Nationalism. Populism.

O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil*

Poucos períodos na História do Brasil produziram desdobramentos tão duradouros, importantes e ambivalentes como o dos oito anos que cobrem o chamado Estado Novo (1937-1945). Ao menos, esse é o diagnóstico que vem sendo consolidado pelos numerosos estudos que se dedicam às múltiplas faces e questões que dominam esse curto espaço de tempo do primeiro governo Vargas. Trabalhar com esses anos é, portanto, partir do reconhecimento de sua importância política, socioeconômica e cultural. É também estar disposto a abandonar explicações simplistas e maniqueístas, uma vez que o desafio é compreender um conjunto diversificado de políticas, muitas vezes até contraditórias entre si, convivendo e disputando espaço no aparato estatal, em contexto nacional e internacional extremamente tenso, até porque assinalado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial.

O que se pretende neste texto é apontar algumas das questões que, ao longo do tempo, vêm marcando os debates travados pela produção acadêmica sobre o Estado Novo. Isso porque, devido à relevância de tais temas, eles acabaram integrando o que se pode chamar de uma cultura política do Brasil republicano, ou seja, influenciando e ajudando a consolidar um conjunto de valores, ideias, vocabulário, símbolos e comportamentos, tributários, em boa parte, dessa marcante experiência autoritária.

Portanto, não se procura esgotar as questões e as políticas empreendidas durante o Estado Novo, nem se poderia fazê-lo no escopo de um artigo. As escolhas realizadas sobre o período orientaram-se por duas dimensões principais – a política e a historiográfica –, tendo também como objetivo conectar os anos do pré-1937 com os do pós-1945. O objetivo principal é realizar uma reflexão sobre as categorias usadas com grande frequência e sem muita crítica, para identificar e analisar boa parte do período.

Nesse caso, destaca-se a categoria do populismo, que a partir dos anos 1950 ganhou grande trânsito na sociedade e na academia, no Brasil. Entretanto, nas três últimas décadas, tal designação tem sido alvo de muitos debates historiográficos e embora continue sendo defendida,¹ vem sendo criticada e abandonada por diversos estudiosos, entre os quais a autora deste artigo. Apesar disso, o termo permanece no vocabulário

*Registro, aqui, a leitura crítica do parecerista da revista, que contribuiu para vários ajustes no texto.

político, continuando a ser bastante utilizado pela imprensa, além de povoar a linguagem do senso comum.

Estado Novo e Revolução de 30: construindo um tempo revolucionário

Considerando-se esse tipo de recorte para refletir sobre o Estado Novo, um primeiro tema diz respeito à própria forma de pensar, historiograficamente, o período. Nesse sentido, embora a bibliografia sobre o tema tenha crescido e se refinado, ainda é comum o compartilhamento de uma visão que atribui a esses oito anos uma grande unidade e estabilidade política. Além disso, o Estado Novo continua sendo postulado como um evento que se articula diretamente com a chamada Revolução de outubro de 1930, ou seja, quase como um de seus desdobramentos obrigatórios. Tal “revolução”, por sua vez, a despeito de um debate sobre sua natureza “verdadeiramente revolucionária” e seu significado como “ruptura” inovadora, também não deixou de ser considerada como um marco divisório, encerrando um tempo de “atraso” para o país.²

Em outros termos, trata-se de uma interpretação do Estado Novo que, mesmo criticada, não deixou de frequentar a literatura acadêmica e didática e que – é o que se deseja assinalar –, tem vínculos profundos com as propostas dos mais importantes ideólogos do período. Autores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e outros, de forma nada ingênua, consideraram o período como um momento histórico absolutamente estratégico para o país. Nessa perspectiva, a Revolução de 1930, sem dúvida era a “origem” do Estado Novo, assinalando um novo e grande ponto de partida na história do Brasil. Ela rompia definitivamente com os “erros” da Primeira República, liberal, oligárquica, fraca, inepta etc.

Enfim, uma República “Velha”, da qual o pós-1930 queria uma radical distinção e distância. Uma terminologia que se estabeleceu no período do pós-1930 e que se espalhou desde então. Por essa versão da história política brasileira, as elites vitoriosas em 1930 inauguram um grande projeto político, que tinha como momento de inflexão, exatamente o golpe de 10 de novembro de 1937. Assim, se por meio dessa leitura, o golpe que instaura o Estado Novo é tomado como um novo ponto de referência cronológico, seu sentido principal é a consecução “natural e inevitável” dos projetos já contidos em 1930. O Estado Novo, portanto, é situado como

a conclusão lógica (e teleológica) do movimento revolucionário de 1930, não só enterrando definitivamente a República “Velha” (ao mesmo tempo em que a inventa), como fazendo dos anos que o precederam uma antecâmara de sua presença inevitável.

Crítico esse tipo de periodização/interpretação pressupõe compreender, por um lado, o processo de sua própria construção e propagação desde os anos 1930/40, especialmente durante o Estado Novo; e, por outro lado, demonstrar a existência de linhas de continuidade e descontinuidade durante todo esse período. Não perdendo de vista a dimensão da violência das lutas e conflitos existentes, nem as possibilidades de arranjos e articulações experimentados. Com tal entendimento, a tônica fundamental do período que decorre de 1930 a 1945 é a de uma complexa disputa política, sobretudo com embates intraelites, o que se manifesta ora de formas mais explícitas e violentas, ora mais sutis e negociadas. Em ambos os casos, contudo, havia doses de incerteza nada desprezíveis, particularmente quando o analista privilegia a perspectiva cognitiva dos diversos atores envolvidos nos acontecimentos.³

Um segundo tema a destacar, fortalecendo as ideias de imprevisibilidade e também de continuidade e descontinuidade que assinalam a chamada Era Vargas, é o da intensidade e riqueza do debate intelectual ocorrido entre as décadas de 1920 e 1940, atravessando o evento da chamada Revolução de 1930. Ou seja, durante esses anos, um verdadeiro leque de projetos inovadores tomou conta do campo político e intelectual, podendo-se identificar diagnósticos e soluções fundadas em diferentes alternativas políticas, tendo em vista a montagem de variados modelos de arranjos institucionais.

Apesar disso, e convivendo com toda essa multiplicidade de possibilidades, o que também se pode observar é o fortalecimento de matrizes políticas antiliberais que, desde o fim da Primeira Grande Guerra, ganhava força internacionalmente. De forma geral, o que todas elas acentuavam era a necessidade de criação de novas instituições e práticas políticas estatais (novos órgãos, instâncias e políticas públicas), como mecanismos de *start* para o estabelecimento de um “outro tipo de modernidade”. Ou seja, se havia, internacionalmente, uma enorme crítica aos procedimentos e valores políticos liberais, era porque também havia um enorme esforço para a formulação de uma nova arquitetura institucional de Estado, de fundo antiliberal e intervencionista.

Apenas para que se tenha uma ideia do grau de compartilhamento que tais diretrizes alcançavam, vale assinalar que, entre o fim da Primeira e da Segunda Grande Guerra, o número de governos constitucionais sofreu um drástico recuo em todo mundo: nos anos 1920, eram 35; em 1938, passaram a ser 17; e, em 1944, restringiam-se a 12. Na verdade, na Europa, pode-se dizer que apenas a Inglaterra não conviveu com um avanço significativo de forças políticas antiliberais e, na América, houve poucos exemplos de resistência: os EUA, o Canadá e o Uruguai, estão entre eles.

Além desse indicador quantitativo, convém igualmente destacar, em uma dimensão qualitativa, que as correntes antiliberais que então ganhavam força, vinham da direita do espectro político e tinham características muito distintas da direita “conservadora” até então conhecida. Como a literatura que trata do tema das organizações políticas e das ideologias tem demonstrado, essa nova direita, que emerge nos anos 1920-30, advoga o uso de recursos organizacionais e a mobilização de valores e crenças de forma muito inovadora; aproximando-se mais do instrumental revolucionário utilizado pelo que então era identificado como esquerda (a despeito de sua diversidade), do que pelo que vinha sendo tradicionalmente entendido como direita.

O Brasil, por conseguinte, é apenas um dos países que alimentará esse montante internacional de antiliberalismo, inserindo-se em um grande conjunto de experiências que marcou o período entre guerras. A defesa do poder de intervenção do Estado e o avanço de sua governabilidade sobre a sociedade, não devem, contudo, ser identificados como mero sinônimo de defesa de Estado autoritário (forte e concentrado no Executivo), como frequentemente ocorre. Esforços empreendidos no terreno do ideário liberal, existentes na década de 1930 (como ilustram os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34), evidenciam as possibilidades de disjunção entre nacionalismo e intervencionismo do Estado e centralização e autoritarismo do regime político.

Dessa forma, se os embates políticos travados, sobretudo entre 1930 e 1937, conduziram a uma “solução” autoritária, materializada pelo Estado Novo, esse resultado não pode ser entendido como um destino manifesto, inscrito nos equívocos de uma República “Velha” e nos projetos dos “revolucionários” de 1930. A competência dos ideólogos do Estado Novo, sem dúvida os primeiros proponentes dessa periodização/interpretação

tão duradoura e plena de significados, pode ser reconhecida, mas não precisa ser acreditada e repetida.

Estado Novo, um estado autoritário

É justamente esse ponto que grande parte da literatura mais recente sobre a Era Vargas e o Estado Novo vêm evidenciando. Muito embora não se possa dizer que os estudos sobre tal período tenham aumentado tanto em número – considerando-se o crescimento da produção na área de História do Brasil –, sem dúvida eles se refinaram e trabalham uma diversidade de questões e personagens, com variados recortes de análise. Nesse sentido, interpretações bastante compartilhadas e dominantes até a década de 1980, mesmo não deixando de ter defensores, foram sendo gradativamente questionadas e abandonadas. Alguns poucos exemplos podem ilustrar a transformação que se está querendo situar, ainda que muito esquematicamente.

Uma dessas questões diz respeito ao debate sobre a melhor denominação para o regime: se totalitário, no rastro dos fascismos ou se autoritário, como o chamaram alguns de seus contemporâneos, em especial o intelectual Azevedo Amaral. Este, em seu livro *O Estado autoritário e a realidade nacional*, publicado pela José Olympio Editora em 1938,⁴ queria saudar o novo regime e sua Constituição, buscando explicitamente formular diretrizes práticas para seu funcionamento. Contudo, pode-se afirmar que seu grande objetivo era defender a positividade do que chama de Estado autoritário, que não podia nem devia ser confundido com as experiências chamadas de fascistas. Se tal nomeação foi vista, durante muito tempo, como um mero expediente político do autor, esse entendimento mudou completamente. Assim, a categoria de Estado autoritário usada pelo autor – portanto uma categoria “nativa” – é vista hoje, pelos estudiosos do pensamento social brasileiro, como um esforço de precisão e proposição conceitual dos mais relevantes no contexto dos anos 1930-40 (GOMES, 2012).

Examinando a literatura sobre o período, é possível dizer que esse foi um problema central até os anos 1970. Ele foi enfrentado em paralelo às discussões sobre os próprios conteúdos dessas categorias, tendo em vista melhor precisá-las teoricamente a partir de pesquisas históricas

sobre as experiências na Europa e na América Latina. No caso do Estado Novo brasileiro, o debate significou um abandono da designação fascista/totalitário, assumindo-se, progressivamente, a conceituação de Estado autoritário, o que implicou um investimento no estudo, não apenas do que foi sendo designado como pensamento autoritário no Brasil, como também das políticas e da experiência do Estado Novo.

Alguns trabalhos vindos das Ciências Sociais, como os de Bolívar Lamounier e Wanderley Guilherme dos Santos, contribuíram para precisar a trajetória e o sentido da categoria de Estado autoritário, na medida em que apontaram a existência de uma tradição no pensamento social brasileiro, que excedia às influências da montante antiliberal dos anos 1930. No mesmo sentido, investigações nacionais e internacionais que trabalhavam com o conceito de totalitarismo, visando refiná-lo, sentiam as dificuldades de sua aplicação às experiências latino-americanas e até europeias, como nos casos dos regimes de Portugal e da Espanha, concluindo por sua inadequação a tais casos.

Em relação ao Estado Novo, várias pesquisas analisaram mais detidamente suas formulações doutrinárias e suas políticas públicas, retomando a questão da participação de atores (coletivos e individuais), com destaque para a burocracia, os intelectuais, os políticos estaduais, os industriais, os banqueiros, os sindicalistas etc. Tais estudos concluíram que não ocorreria, no caso brasileiro, um monopólio absoluto do Estado no plano jurídico-político, continuando a existir muitas tensões e oposições, inclusive no interior do núcleo dirigente estado-novista, mesmo que elas fossem limitadas de múltiplas formas. Dessa maneira, se era possível identificar alguns traços que aproximavam o Estado Novo do que se entendia por totalitarismo, não era adequado designá-lo como um estado fascista/totalitário.

As constatações de que o Estado Novo não buscara e não conseguira um controle total, por exemplo, dos meios de comunicação de massa, e que recorrera, durante boa parte de sua existência, a uma estratégia política de desmobilização da sociedade, pesaram muito para o fortalecimento da opção pela categoria de Estado autoritário. No mesmo sentido, pesaram as pesquisas sobre a produção intelectual do período, que utilizava a categoria de Estado autoritário precisando os significados que a preenchiam.

Evidentemente, não se quer dizer com isso que, sob esse regime, a repressão física e simbólica foi pouco violenta ou que os controles e intervenção do Estado sobre a sociedade foram pequenos. O que se busca ressaltar é que não se adotara, no Brasil, um modelo de organização institucional e de mobilização de tipo totalitário. Aliás, tal padrão também foi estendido às realidades históricas de outras experiências que lhe foram contemporâneas, crescentemente designadas como autoritárias.

Vinculado a esse debate, também se passou a questionar o uso de outra categoria, que teria suas “origens” no Estado Novo: a de Estado populista. Devido à extensão desse debate e da ampla utilização da designação de populista para o Estado Novo, para Vargas e para a própria Terceira República – nascida da derrubada dessa experiência autoritária –, torna-se interessante enfrentar teoricamente e historicamente uma discussão sobre tal categoria. A despeito de já existirem diversos trabalhos que abandonaram seu uso, ela continua muito utilizada e compartilhada, em especial em livros didáticos; além de muito presente no vocabulário da imprensa e dos discursos de políticos, em especial quando querem atacar e desqualificar seus competidores em suas intenções e iniciativas políticas.

O debate sobre o populismo

Trabalhar com a categoria populismo bem como com todos os seus derivados é um permanente desafio para a reflexão de historiadores e cientistas sociais, nacional e internacionalmente. Ela é sistematicamente encontrada em verbetes de dicionários, em livros e em artigos dedicados ao estudo de experiências históricas singulares. E igualmente reconhecida, em todos esses textos, como uma categoria que possui grande fluidez, amplitude e ambiguidade, o que lhe permitiria nomear inúmeros e diferenciados exemplos políticos através do tempo e do espaço. Uma possibilidade que lhe daria grande força e poder de atração, mas que igualmente responderia por sua fraqueza conceitual e imprecisão histórica.

Ou seja, tais características seriam dimensões constitutivas de sua trajetória como categoria, balizando seus usos e despertando, ao mesmo tempo, adesões e críticas. Por tal razão, seu compartilhamento e presença no vocabulário político são frequentes, ultrapassando em muito os

meios acadêmicos e se integrando em uma espécie de memória política, que variados grupos sociais constroem sobre personagens, eventos e períodos. É com esse tipo de constatação que se tem considerado e defendido que o populismo não chegaria a se constituir em uma doutrina ou pensamento político, já que não contaria com elaboração teórica sistemática e consistente. Podendo ser recriado e mobilizado, com facilidade, em circunstâncias históricas, não apenas distintas, mas até muito contrastantes entre si.

Dessa forma, para alguns estudiosos, além de não ser uma doutrina ou poder ser tratado como pensamento político, seria difícil designar o populismo até mesmo como uma ideologia, na medida em que abrigaria uma grande variedade de valores, ideias e projetos. Isso daria a seu discurso um profundo ecletismo e uma acentuada ambiguidade, tornando-o capaz de realizar apelos difusos e, não paradoxalmente, valiosos por tal abrangência sociopolítica. Assim, por diversas vias, registra-se uma espécie de convergência: as virtudes e os vícios da categoria estariam no mesmo lugar, o que iluminaria sua contínua apropriação e circulação, a despeito das críticas que possa receber.

Essa marca constitutiva explicaria, ao menos em parte, a potencialidade, a permanência e o trânsito da palavra/categoria “populismo” entre acadêmicos, formadores de opinião e mesmo entre as chamadas pessoas comuns, que a manuseiam com desembaraço, a despeito das dificuldades teóricas de remetê-la a uma dada experiência histórica mais precisa. Mesmo considerando que um conceito, como nos ensina Koselleck (2006), é uma palavra que concentra uma multiplicidade de significados, sendo sempre polissêmico e abrindo horizontes de análise – ao que o populismo atende muito bem –; um conceito, segundo o mesmo autor, precisaria atuar como um “limitador” das experiências históricas possíveis, remetendo a determinados conteúdos e, em termos teóricos, permitindo algumas interpretações, o que já não ocorreria com o populismo, por sua grande amplitude.

Caberia então refletir um pouco mais sobre a operacionalidade dessa palavra. Ou, em outros termos, o que ela guardaria como constante capaz de identificá-la, permitindo tantas ressignificações e com tanta frequência e habilidade. A resposta mais óbvia, evidentemente, é sua referência a uma noção – a de povo –, por sinal, não menos fluida e complexa. Mas,

nesse aspecto, é cabível dizer, embora com algum risco, que nela há significados muito constantes, que, inclusive, produzem deslizamentos para aquela de populismo.

O “povo” tem algumas referências fortes e não necessariamente excludentes para se constituir em uma entidade política. Ele é entendido como uma espécie de sujeito social um tanto abstrato, portador de valores essencialmente positivos e permanentes, em uma espécie de eco da concepção rousseauiana de povo soberano. É, assim, que ele se torna a fonte da legitimidade e do poder da autoridade política. Mas ele é também desenhado, em versão mais descritiva, como uma coletividade de pessoas/indivíduos, diferenciada socialmente, mas razoavelmente homogênea politicamente, que atua em conjunto, principalmente porque exige liderança e orientação.

Em função desses sentidos atribuídos à noção de povo, ela pode se aproximar e até se identificar com outras noções, como a de massa, o que lhe imprime outros significados. Isso porque, além de numerosa e poderosa, a “massa” pode ser primitiva e ameaçadora, tornando-se um ator relevante, mas preocupante em termos políticos. É essa noção de povo/massa, que passa a transitar no vocabulário político, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, podendo ser pensada em chave simbólica e sendo representada/encarnada por uma pessoa especial dessa coletividade, a quem se reconhece a capacidade de traduzir os valores positivos mais profundos do grupo maior.

Em qualquer dessas alternativas (como se disse, não excludentes) são construídas pontes entre essa pessoa especial e o povo, que ela encarna/representa na qualidade de um líder populista. O poder desse líder – que é o poder do discurso populista e da própria noção de povo – está na efetivação do vínculo básico e metonímico entre a parte e o todo, entre o invisível e o visível, remetendo a permanências e transformações em um mundo social, em parte conhecido e em parte desconhecido, mas sempre desejado. Do ponto de vista de sua figuração histórica, o líder populista pode representar, preferencialmente, homens do campo (como o camponês russo do século XIX ou o pequeno fazendeiro norte-americano do início do século XX); trabalhadores urbanos, geralmente recém-chegados do campo e por isso portadores de valores e comportamentos “tradicionais” (como em exemplos latino-americanos no século XX); e até soldados e ex-combatentes (como ocorreu no fascismo italiano).

Em todos esses casos, o “povo”, encarnado e representado pelo líder, é uma espécie de tipo ideal ou arquétipo. Isso porque, pertencer ou não à entidade povo – ao mesmo tempo interpelada e constituída pelo discurso populista –, não é uma questão de origem social, inserção profissional etc. O “povo”, por suas qualidades profundas e originais, é construído como uma totalidade capaz de ser homogeneizada, não comportando – o que também é uma constante do discurso populista –, conflitos internos, sejam de classe ou de quaisquer outros tipos de interesses e/ou crenças políticas, religiosas, étnicas etc. Dessa forma, quando se pensa em movimentos e/ou manifestações populistas, eles não integram, pela própria lógica que preenche o vínculo entre povo/líder e populismo, a ideia de uma forma de expressão classista ou interclassista.

Como o povo é esse conjunto que pode ser pensado sob a forma de valores sociais homogêneos, sua virtude e poder soberano exigem um contato direto com seu representante legítimo. Logo, a fonte de autoridade desse representante só poderia ser, embora não de forma exclusiva, o carisma. Portanto, se uma constante para se entender a força da noção de populismo é sua referência a uma proposta e vínculo com uma concepção de povo; outra constante, advinda do laço entre o povo e seu representante, é a construção de uma elite de intérpretes diretos e carismáticos da vontade, do espírito, da alma ou das raízes desse mesmo povo.

Essas lideranças, que efetivamente têm assumido faces muito variadas através do tempo e do espaço, possuem em comum o fato de serem portadoras de qualidades excepcionais e reconhecidas pelo “povo”. Tais qualidades se expressam de maneiras muito variadas, mas remeteriam sempre a possibilidades e formas de manifestação do carisma.

Nacionalismo, autoritarismo e populismo

Daí ser interessante destacar um tipo de tratamento teórico do fenômeno do populismo, que vem ganhando espaço em formulações que se fortaleceram a partir dos anos 1990, entre as quais me perfilo. Trata-se de entender o populismo como um mito político (GOMES, 2002). Isto é, como um complexo e duradouro sistema de crenças, que é, por definição, um misto de ficção e realidade e que não está sujeito a uma lógica racional e/ou instrumental. Essa é uma construção que remeteria a grandes

investimentos simbólicos em figuras “excepcionais”, guardando conexões com a moderna propaganda política, mas igualmente com discursos de cunho religioso ou filosófico, sobretudo quando acentuam uma espécie de dimensão teológica, missionária e sagrada do líder populista. Além disso, ressalta-se o vínculo direto e até carnal que tal líder mantém com “seu” povo e com a nação.

Seguindo as formulações de Raoul Girardet (1987), o populismo, marcado pela força mítica do líder, ganharia o poder de uma matriz política, simultaneamente explicativa e mobilizadora do povo por ele interpelado. Esse mesmo povo é a origem e o destino da autoridade carismática que se manifesta pelo líder. É por isso também que o populismo se constitui, de maneira muito ampla, fluida e não datada, em um poderoso discurso político, que se presta a contextos históricos extremamente diversos, mas geralmente marcados por forte tom nacionalista e autoritário, até porque sempre cumpriria ao povo legitimar e seguir o líder que o representa.

Por conseguinte, discursos, regimes e lideranças chamados de populistas podem defender projetos extremamente diversificados. Eles podem ser altamente militarizados ou não; entrelaçar-se com grupos e instituições religiosas ou não; conter propostas com alto grau de modernização ou defender projetos claramente tradicionalistas, combinando também elementos dos dois polos, apenas aparentemente opostos. Ou seja, é bastante comum na literatura que trata de “regimes populistas”, a identificação de exemplos que conciliam, em doses variadas, progresso e restauração, revolução e tradição, elaborando uma lógica complexa, mas perfeitamente crível.⁵

Do mesmo modo, tais regimes podem explicitar concepções de sociedade altamente hierarquizadas, mas em nada marcadas pelo elogio à desigualdade social. Ao contrário, podem trabalhar com a promoção de políticas de inclusão social, vistas como mais democráticas, justamente por rejeitar os valores superados e equivocados da liberal-democracia, com destaque o da igualdade política.⁶

Mas esse mesmo tipo de liderança, geralmente atuante em governos fortes e centralizados, também pode conviver com regimes e práticas liberais democráticas, trabalhando por dentro de seus procedimentos,

reforçando-os e enfraquecendo-os, em movimentos simultâneos e contraditórios. É essa matriz de teor teológico-político, expressa em uma concepção de povo/massa e de líder providencial, unidos direta e simbioticamente e dispersos no tempo e no espaço, que dá ensejo à construção de tipologias de populismo as mais diversas e surpreendentes.

Dessa maneira, é possível encontrar, sob a mesma rubrica, movimentos, líderes e regimes de tipo fascista (inclusive o nacional-socialismo alemão), militarista (o nasserismo egípcio), com forte presença religiosa (o franquismo), bem como os chamados populismos revolucionários (como o castismo cubano) e os populismos pluralistas (como o ghandismo indiano).

Isso, para além dos sempre lembrados populismos russo e norte-americano, chegando aos populismos da América Latina do século XX, que abarcariam tanto uma forma clássica, isto é, autoritária, nacionalista e antiliberal (o getulismo e o peronismo são os exemplos mais lembrados),⁷ como uma fórmula neoliberal que, já na virada do século XX para o XXI, comportariam uma reedição da tradição, com exemplos em vários países, como a Venezuela, a Bolívia, o Equador e até o Brasil.

No caso da América Latina, portanto, a noção de populismo tem sido utilizada para designar movimentos, regimes e lideranças ao longo dos séculos XX e XXI, que conseguem amplo apoio popular, especialmente tendo como base de sustentação, eleitoral ou não (também se fala em base de manobra), os trabalhadores urbanos ou a classe operária. Esse é o destinatário preferencial a preencher a ideia de povo, não se excluindo, contudo, os homens do campo, até porque entre esse par ocorre, com frequência e linearidade, um deslizamento entre passado e presente ou entre atraso/rural e moderno/urbano.

Nesse sentido, na América Latina, as lideranças populistas buscariam se aproximar do movimento operário e sindical, com apelos nacionalistas e modernizadores, que incluiriam o acesso a direitos (sociais em especial), e que poderiam conter influências ideológicas, quer de uma direita autoritária, com a presença de militares e clérigos em doses variadas; quer de uma esquerda ou de setores considerados progressistas e/ou socialistas, também com militares ou não.

Assim, fenômenos políticos muito diferentes – como a Revolução Mexicana de 1910; os governos de Yrigoyen e Perón na Argentina e os de

Vargas e Jânio Quadros no Brasil –, foram tratados como exemplos de populismo latino-americano. Nesses casos, de forma geral, se estaria vivendo uma experiência de transição de sociedades tradicionais para moderno-industriais, nas quais as massas operárias, ainda pouco numerosas e organizadas, além de pouco instruídas e sem acesso a informações, devido a sua origem rural, seriam terreno fértil para a interpelação/mobilização de lideranças populistas.⁸

Tais lideranças articulariam um discurso “de cima para baixo” e do exterior da classe que é, ao menos em princípio, antagônico aos seus “verdadeiros interesses”, embora afirmando falar em seu nome. O componente mobilizador do apelo populista, no caso da América Latina e do Brasil, em especial, é demarcado por fórmulas fluidas e difusas, que se misturariam e se confundiriam com práticas seculares de teor familista e clientelista, cuja proximidade de sentidos junto ao povo produziria o efeito de obscurecer a manobra/manipulação política de que estariam sendo alvo.

O que se pode chamar de modelo populista de relações de dominação, de forma simples, mas não equivocada, entende que o povo – no caso os trabalhadores urbanos, inclusive por suas origens rurais – pode e é, com frequência, destituído de sua autonomia e consciência política, quando submetido às modernas estratégias de propaganda próprias aos líderes carismáticos dessas sociedades urbano-industriais de massa.

Dessa forma, ficam claros os vínculos entre uma teoria da modernização, muito em voga nos anos 1950/60, que prescrevia etapas na transição de uma sociedade atrasada/rural para outra moderno/industrial, e a configuração desse modelo populista de relações de dominação. Essa espécie de fenômeno político-cultural de dominação incluiria também uma específica seleção de variáveis histórico-sociológicas, bem como um perfil de atores: um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente geralmente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo transcende fronteiras de classe, entre outras.

Portanto, é esse entendimento da categoria populismo, como um tipo de política de manipulação de massas, que coloca no centro dos debates acadêmicos uma concepção das relações existentes entre Estado/líder e classe trabalhadora/povo. É muito comum, em todos os estudos que adotam, o reconhecimento da assimetria de poderes entre esses termos.

Mas pode-se dizer que há mais do que isso. Há o desenho de uma relação em que um dos termos é concebido como forte e ativo, enquanto o outro é fraco e passivo, não possuindo capacidade de impulsão própria por não estar organizado, instruído, por ter origens rurais etc.

As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/ sujeitos de uma relação política, mas sim como destinatários/objetos a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados (caso dos trabalhadores) ou cooptados (caso de suas lideranças), o que significaria, precipuamente, senão literalmente, estar sendo enganados ou, ao menos, desviados de uma opção consciente/verdadeira.

A categoria manipulação torna-se central nesse modelo interpretativo. Mas ela não é tratada de forma simplista e meramente unidirecional (de cima para baixo), o que efetivamente tornaria o apelo do discurso populista mais frágil e a adesão das massas mais “irracional” (WEFFORTT, 1978).

Em diversas formulações e de maneira sofisticada, a manipulação populista ganha uma grande ambiguidade, sendo tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas/povo, como uma forma de atendimento de suas demandas, embora de maneira um tanto ilusória. Ou seja, nesse caso, é sempre enfatizada uma dimensão de mascaramento existente nesse atendimento/inclusão, justamente porque os trabalhadores brasileiros e latino-americanos são pensados como fracos politicamente, não dispendo de tradições de luta, como os europeus, vistos como paradigmas de autonomia e organização. Ainda assim, o populismo é, ao menos em parte, entendido como uma forma de acesso à participação política e social, precisando ser tratado dessa forma, a despeito dos prejuízos que traria ao povo.

Esse é um ponto que traduz a dificuldade, teórica e empírica, da utilização do modelo populista de dominação, na medida em que ele remeteria, mesmo na versão que enfatiza o atendimento e a inclusão social dos trabalhadores, a uma ideia de manipulação política (como equívoco e desvio). Por essa razão, tudo o que vem qualificado como populista acabaria por enfatizar a dimensão de controle/ação do Estado “sobre” as massas/o povo, negando ou minimizando um papel ativo a esse povo (trabalhadores, eleitores). Vale dizer, não valorizando ou mesmo ignorando a exis-

tência de um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as propostas políticas um do outro; isto é, de redefinir e se apropriar dos termos do discurso populista das lideranças.

A postulação da existência desse diálogo abriria, assim, a possibilidade de se questionar uma dicotomia muito vigente nas formulações sobre o populismo: a de autonomia e heteronomia da classe trabalhadora ou de outro ator coletivo qualquer. Por meio dela, é explicada a ausência de lideranças verdadeiras entre os trabalhadores e a sua falta de consciência ou a consciência possível a que têm acesso. Isto é, uma concepção de sujeito social que, por estar subordinado/dominado, perde sua capacidade de ação.

Esse aspecto torna-se particularmente importante quando vinculado à explicação do sucesso das lideranças populistas, geralmente não oriundas da classe/grupo social a que se dirige e, por isso mesmo, tendo o poder de colocar sob suspeita todos os que com elas se relacionam. Razão pela qual, em geral, indivíduos ou grupos integrantes de setores operários que dialogam com tais lideranças são considerados ou ingênuos ou inexperientes ou traidores da classe. Ser cooptado, nessa perspectiva, exclui uma relação de troca, esvaziando-se o sujeito-alvo da cooptação de qualquer poder (inclusive o de ter suscitado a cooptação), o que o transforma em objeto, por definição, incapaz de ter voz e estratégias de negociação.⁹

O populismo em debate acadêmico

Como se vê, com essa plasticidade, amplitude e ambiguidade constitutivas, a categoria populismo se enraíza em um imaginário político, internacionalmente, não sendo exceções o caso do Brasil e de outros países latino-americanos. Provavelmente, também pela mesma razão, um debate crítico sobre o populismo, mais identificável no Brasil a partir da década de 1980,¹⁰ com a emergência dos programas de Pós-Graduação em História e Ciências Sociais, tenha se enriquecido, tanto com posições e argumentos que sustentam a utilidade de seu uso, como com os que questionam seu poder explicativo.

Pode-se então dizer que a produção acadêmica das últimas décadas vem discutindo de maneira sistemática a noção de populismo, transformando-o

em tema de reflexões no bojo de pesquisas sobre história social do trabalho e sobre história política do Brasil. Um debate complexo que tem contribuído para o maior esclarecimento sobre as escolhas teóricas de autores e também sobre as alternativas de modelos de interpretação envolvendo as relações entre Estado e sociedade civil; entre representantes e representados; entre formas de representação e participação políticas.

De maneira geral, nem os que buscam afirmar o valor da categoria, por meio da realização de ajustes capazes de manter suas possibilidades analíticas; nem os que buscam se afastar de seu uso, por considerá-lo excessivamente ambíguo e comprometido com valores “acusatórios”, trabalham com esquemas simplistas.

No caso dos argumentos que sustentam seu poder explicativo, destaca-se exatamente sua capacidade de abraçar experiências diversas no tempo e espaço, em particular na América Latina, apontando para alianças entre líderes carismáticos e trabalhadores (urbanos e/ou rurais), sem necessariamente entender que tais trabalhadores são sujeitos passivos e subordinados/manipulados politicamente.

Assim, a ideia de um “sistema político populista”, envolvendo práticas e discursos políticos, além de uma legislação (social e trabalhista, com destaque), é defendida como de grande valia para se compreender fenômenos distintos, o que não deveria anular uma diferenciação entre experiências históricas específicas, através do tempo e do espaço latino-americano. Nessa vertente, o que se está valorizando é muito mais a capacidade de reunir e abarcar que a categoria possui, nomeando um amplo campo político-social, embora se reconheça que ele é marcado por grande ambiguidade.¹¹³

A argumentação que prefere se afastar do uso do conceito questiona exatamente esse seu amplo poder explicativo que, por sobrepassar exemplos históricos singulares, ajuda pouco ou quase nada na compreensão de experiências datadas e localizadas. Ou seja, trata-se de uma argumentação que está abrindo mão de noções que, por sua grande abrangência e ambiguidade, são percebidas como destituídas do poder de compreender uma específica realidade social. Portanto, nesses casos, não se trata de transmutar a noção de populismo em quaisquer outras que teriam o mesmo perfil. Isto é, não se trata de cunhar outra noção/categoria com a

mesma amplitude e apelo político-ideológico, uma vez que é exatamente esse o ponto que incomoda e é considerado pouco operativo para a análise histórica, que se debruça sobre um fenômeno político específico no tempo e no espaço.

Nesse sentido, peronismo, castrismo, nasserismo, getulismo, trabalhismo, etc. não são e não devem ser entendidos como substitutivos – nem como substitutivos funcionais –, de populismo. Tais categorias estariam sendo propostas para compreender fenômenos referidos a realidades históricas específicas e duração mais limitada. Por conseguinte, não se aplicariam com a mesma amplitude, o que não seria uma carência e sim uma característica. Obviamente, esse entendimento e escolha teórica nada têm a ver com o reconhecimento de que, como palavra/noção, o populismo é e continuará sendo muito utilizado, circulando e até se reforçando no vocabulário da mídia e da política em geral.

No caso do Brasil, existe um conjunto de autores e textos que podem ser usados para sistematizar essa posição, na medida em que se afastam da noção de populismo para compreender as relações políticas construídas entre Vargas e os trabalhadores no Brasil dos anos 1940.¹² Dessa forma, houve investimentos em articular uma proposta, em boa parte traduzida pela ideia de pacto trabalhista, que permitiria compreender de maneira mais fina as relações tecidas entre Estado e classe trabalhadora no Brasil, naquela ocasião específica.

Um momento diagnosticado por boa parte da literatura como o das origens do populismo no Brasil, mas no qual ainda não era possível identificar o trânsito dessa palavra no vocabulário político, o que só começaria a acontecer nos anos 1950, ganhando força nos 1960. Não casualmente, durante o regime civil-militar, que com tal palavra “acusava” a experiência liberal-democrática iniciada em 1946 e muitos de seus políticos como populistas, em especial o presidente da República, João Goulart, e seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A ideia de um pacto político, expresso pelo discurso trabalhista, enunciado pelo Estado Novo, autoritário e intervencionista em assuntos econômicos e sociais, tem a vantagem de recusar a ideia de uma classe trabalhadora essencialmente boa, mas passiva ou sem uma “verdadeira consciência”, sendo por isso facilmente manipulada com promessas de

falsos benefícios por políticos populistas. O sentido básico que molda a noção de populismo – o vínculo entre um sujeito social identificado como povo e um indivíduo excepcional, que se comunica direta e unilateralmente com ele – fica assim afastado. A noção de pacto trabalhista, portanto, envolve a articulação de políticas públicas diferenciadas e também um complexo conjunto de interesses e crenças, do qual participaram, de forma ativa, também os trabalhadores.

Enfim, o que se quer destacar com tal abordagem teórica é a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, com conflitos e negociações, havendo entre eles uma circulação de ideias e de práticas permanentemente reinventadas através do tempo. Justamente por isso, a construção desse pacto político não foi uma operação banal, mas plena de significados. Isso porque, ao mesmo tempo, mobilizou e reconheceu esse ator coletivo, desenvolvendo mecanismos que tanto buscavam seu controle político, como estimulavam sua mobilização, particularmente por meio da legislação trabalhista, apresentada como uma “dádiva”; como uma “ação antecipatória” do Estado. Este era capaz de prever os desejos do “povo brasileiro”, obscurecendo um passado de décadas de organização, lutas e demandas, em associações, nas ruas e no Parlamento. O discurso trabalhista, materializado na ideia de cidadania como exercício dos direitos do trabalho, pode assim ser interpretado como uma proposta de conceituação da política brasileira “fora” dos marcos da teoria liberal, então desacreditada internacionalmente. Nessa proposta de pacto político entre representantes (o Executivo/o presidente da República) e representados (o povo/os trabalhadores), o que se valoriza é a ideia de cidadania centrada nos direitos sociais e não nos direitos políticos e civis. Por isso, tais direitos sociais são garantidos pelo Estado como uma forma de doação, ao mesmo tempo obrigatória e generosa.

Explorando o poder existente no ato de doar, entendido como retórica política distinta de mero indicador de manipulação de massas, essa interpretação qualifica o pacto trabalhista como uma forma de “comunicação política”, fundada na apresentação do “direito social como dádiva”, capaz de produzir adesão e legitimidade. Ou seja, uma ideia aparentemente paradoxal – a de “direito como favor” –, que envolve um circuito de “dar, receber e retribuir” e que se faz por meio de uma lógica política e cultural abrangente, incompreensível dentro dos marcos de um mer-

cado político orientado por cálculos individuais, fundados em interesses instrumentais. Assumindo-se a ótica dos atores/trabalhadores, só analiticamente é possível separar a dimensão “material” dessas políticas (a que significa benefícios objetivos advindos da legislação social), de sua dimensão “simbólica” (os ganhos subjetivos, que se traduzem em reconhecimento pelo patronato e pelo Estado).

Essa abordagem da “comunicação política”, que ocorreria entre Estado e trabalhadores no Brasil dos anos 1940 seria incompatível com a noção de populismo, fundada na ideia da existência de lideranças orientadas basicamente pelo desejo de manipular o povo e de trabalhadores que se deixavam enganar, comportando-se de forma inconsciente e em contradição com seus “verdadeiros interesses”. Dessa maneira, o pacto político expresso pelo discurso trabalhista, como organização sindical e partidária, passa a ter uma história, que se transforma com o passar do tempo, ganhando múltiplos significados e diferentes enunciadores.

O trabalhismo foi inventado em determinado momento e circunstância, tendo atores privilegiados e revelando investimento político cuidadoso e sistemático. Mas ele se desdobrou para além do Estado Novo, afirmando-se e transformando-se no período da Terceira República de 1946 a 1964. Nesse sentido, a dinâmica do pacto trabalhista e do trabalhismo não são chaves capazes de abrir várias portas das diferenciadas relações políticas entre representantes e representados, entre lideranças e bases políticas eleitorais ou não. Nisso ele se distingue e se afasta dos significados centrais da noção de populismo, renunciando a sua abrangência e imprecisão que, como se viu, são também as responsáveis por seu grande poder de atração e duração.

De volta ao Estado Novo: a transição do autoritarismo nos anos 1940

Justamente por essa razão, tornou-se imprescindível investir em interpretações mais detalhadas sobre a dinâmica interna da política estadonovista, retomando-se a questão do tipo de orientação do regime, combinando desmobilização e mobilização políticas da população. Uma das propostas, nesse sentido, foi a de pensar o Estado Novo por meio de uma divisão em dois tempos.¹³

Em um primeiro tempo, que iria de 1938 até 1942, teria prevalecido um autoritarismo desmobilizador, fundado basicamente no uso da coerção, via censura e repressão. Mas, a partir daí, examinando-se um conjunto de políticas públicas, com destaque para a combinatória entre políticas sociais e de propaganda, poder-se-ia dizer que o Estado Novo experimentou um segundo tempo. Nele, em função das transformações políticas ocorridas a nível internacional, as preocupações das elites dirigentes tiveram que se voltar para a construção de diretrizes políticas mais mobilizadoras. Isso porque, o inevitável, mas não exatamente previsível, fim do Estado Novo exigia a busca de legitimidade junto à população, bem como a construção de bases de apoio político.

Para tanto, era fundamental a articulação de cuidadosos esforços, ideológicos e organizacionais, visando à construção de um pacto político entre Estado e sociedade, fundado nas “realizações” do regime e nas qualidades excepcionais de sua maior liderança. É para ressaltar a lógica e a importância desse pacto, bem como seus desdobramentos para além do término do Estado Novo, que se insistiu na compreensão desses dois tempos, entendidos sob os signos, primeiro, de uma repressão mais aberta e, em seguida, de uma articulação entre investimentos de mobilização e controle social.

Assim, durante os anos que vão de 1937 a 1941 o Estado Novo se configura com outro perfil, uma vez que, em 1942, é possível dizer que começa um “novo” Estado Novo. Entender a dinâmica dessa transformação seria capital, pois suas ambiguidades e heranças marcam não só o próprio Estado Novo do pós-42, como toda a vida política brasileira do pós-45.

O contexto dessa verdadeira estratégia política é o panorama internacional, ou seja, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Desde fins de 1941, as pressões norte-americanas junto ao governo brasileiro tinham crescido muito, tornando impossível a manutenção de uma política equidistante em relação aos principais envolvidos no conflito. As demandas pelo alinhamento com os Estados Unidos partiam tanto de estudantes, como de importantes lideranças políticas, no interior do próprio governo.

O clima geral do país e da capital indicava um retorno às práticas de militância política e uma grande sensibilidade da população em relação ao esforço de guerra. Os militares não lhes eram hostis, já que o objetivo

mais imediato dessas práticas era o envolvimento do Brasil na guerra, com as decorrentes preocupações com a modernização das Forças Armadas e o papel de grande potência que o Brasil poderia almejar. Além disso, a canalização das atividades econômicas para a guerra era de inteiro agrado do empresariado, interessado no aumento da produtividade econômica e da paz social, necessárias a um empreendimento que se traduzia, ideologicamente, na convocação de um exército de “soldados da produção”.

Diante de tais alterações do quadro político estavam definitivamente seladas as perspectivas de manutenção de um projeto autoritário, o que não significava que era necessário um afastamento dessa mesma elite das posições de liderança até então ocupadas no aparato do Estado. Tratava-se então de empreender uma transição para a liberal-democracia que não comportaria impactos violentos, articulando a combinação de procedimentos de mobilização e controle social, a um só tempo, o que se traduziu, de forma mais bem acabada, na invenção de um discurso trabalhista, direcionado para a construção de um pacto político entre Estado e povo/classe trabalhadora no Brasil, que marcaria a cultura política brasileira do pós-45.

Esse pacto tinha, basicamente, duas dimensões: uma simbólica e outra organizacional. A dimensão simbólica dava significado ao próprio pacto e se materializava na construção de um discurso, que se propagava a partir do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, voltando-se para a classe trabalhadora, entendida como uma síntese de todo o povo brasileiro. O núcleo desse discurso, que *pari passu* desenhava a figura do “grande presidente Vargas” como interlocutor dos “brasileiros”, é a divulgação da legislação que regulamentava o mercado de trabalho no Brasil e que vinha sendo elaborada e implementada desde os primeiros anos da década de 1930.

Tais leis – trabalhistas, sindicais e previdenciárias – eram situadas, ao lado de outras medidas governamentais, em especial na área econômica (como a criação de diversos Institutos – do Café, de Açúcar e do Alcool, do Mate –, da Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores etc.) e cultural (as reformas educacionais e a criação de museus, entre outros exemplos), como provas de uma nova orientação política, baseada no nacionalismo econômico e na justiça social. O desenvolvimento eco-

nômico, assegurado pela existência de indústrias de base sob o controle de capitais nacionais (estatais ou privados), era entendido como uma condição precíua para o desenvolvimento social do país.

A dimensão organizacional se traduzia pela criação de todo um instrumental institucional em que uma das faces era o modelo de sindicalismo corporativo e a outra, o seu acoplamento a um sistema político-partidário. No que diz respeito à adoção do corporativismo como modelo de organização de interesses, é curioso recordar que, nesse contexto histórico, ele não só era entendido, internacionalmente, como uma alternativa à liberal-democracia e ao socialismo (logo, como uma terceira opção), quanto como um verdadeiro oposto de ambos.

A base desse modelo era a ampliação da participação do povo, organizado em associações profissionais, que respondiam ao problema da incorporação de novos atores à esfera pública. Por essa razão, tais associações precisavam ser estimuladas e reconhecidas legalmente pelo Estado, para então exercerem funções efetivas de canalização e vocalização dos interesses de um determinado grupo social. Um modelo que propunha, sem dúvida, muito mais uma publicização dos espaços privados de organização do que uma privatização do espaço público de tomada de decisões, embora não excluísse essa contraface.

Embora a construção deste pacto político, que demarca um novo momento do Estado Novo e também muito das bases ideológicas e organizacionais do pós-45, comporte uma lógica de interesses materiais, é preciso não esgotá-la em explicações excessivamente simplistas e instrumentais, ancoradas na relação entre um Estado maquiavélico e todo-poderoso e uma classe trabalhadora inteiramente desprovida de consciência e impulsão própria, que então se torna presa fácil e obediente politicamente. Por meio desse tipo de interpretação, a classe trabalhadora, por suas fraquezas e inconsistências, aceita tal pacto em nome dos direitos trabalhistas que “recebe”, desviando-se de sua trajetória original e perdendo sua autonomia. Dessa forma, torna-se um ator cooptado e/ou manipulado, combinando ingenuidade e ignorância em doses razoavelmente proporcionais.

Como se vê, nessa interpretação, ignora-se ou subestima-se a dimensão simbólica da negociação política, por meio da qual se expressa o

reconhecimento pelo Estado da identidade social e política dos trabalhadores/povo brasileiro. E é por meio desse reconhecimento que se abre o campo da política à participação e inclusão do trabalhador no espaço público. Ainda durante os anos do Estado Novo, mas, sobretudo no pós-45, quando a dinâmica de um regime liberal democrático permitirá outras apropriações do trabalhismo e também do corporativismo sindical, tanto pelas lideranças políticas, quanto pelos trabalhadores.

Por tudo isso, a herança que o Estado Novo deixou é muito sólida e complexa por suas ambiguidades. Sem dúvida, esse foi um período de modernização da administração do Estado brasileiro, com a implementação de novos órgãos e leis, além de procedimentos mais impessoais de acesso ao serviço público. Ele também deixou saldos favoráveis em termos de crescimento econômico, especialmente no setor industrial que se fortaleceu ao lado do de serviços, que não cessariam de se desenvolver nas décadas seguintes. Porém, tudo isso foi realizado com imensas restrições à cidadania civil e à eliminação da cidadania política, com a suspensão das práticas eleitorais e de garantias jurídicas fundamentais à segurança individual.

Obviamente, portanto, sob o ponto de vista democrático, a classe trabalhadora e o povo brasileiro perderam muito durante o Estado Novo, embora o país tenha se industrializado, modernizado e fortalecido internacionalmente. Dessa perspectiva, o período deixou-nos como legado um discurso antidemocrático, tão tentador como perigoso: o de que, no Brasil, só um Estado autoritário pode ser eficaz, já que os procedimentos democráticos são onerosos e frequentemente inúteis, particularmente pela inépcia e corrupção dos políticos profissionais, uma espécie de entidade distinta da tecnoburocracia.

Talvez esse possa ser um bom ponto de finalização, pois na experiência vivida pelo país durante o regime civil e militar que se instaurou em 1964, o legado foi bastante diverso. Nele verificou-se que um Estado autoritário pode ser extremamente ineficaz e injusto, além de incomensuravelmente violento, como já se sabia pela experiência estado-novista.

Assim, se a memória e as eleições não faltarem, será possível caminhar com maior segurança e esperança, mesmo que com muitas dificuldades, para uma democracia onde se reconheça e se pratique os direitos de cidadania já conhecidos e os que ainda estão por se conhecer.

Notas

- 1 Um bom exemplo de defesa e até de extensão para o uso da categoria é o recente livro de Laclau (2013).
- 2 A primeira grande contribuição historiográfica que tomou a revolução de 1930 como objeto, influenciando decisivamente em sua compreensão, foi o livro de Fausto (1970). Uma análise sobre esse livro foi feita por Gomes (2008, p. 13-48). Nos anos 1980 e 1990 outros autores retomam e enriquecem a análise de Fausto, não cabendo aqui discutir tal literatura. Assinalo, como exemplo, um livro que organizei: *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30* (GOMES, 1980).
- 3 Desejo deixar claro que tais observações foram esposadas por mim desde o fim dos anos 1970, mas não são exclusividades minhas. Um conjunto importante de autores aprofundou esse mesmo tipo de análise, trazendo contribuições valiosas. Muitos comigo dialogaram, assim como eu trabalhei e ainda trabalho com seus achados, sobretudo neste artigo que tem caráter de síntese. Por isso, inclusive, incorpora explicitamente muito do que eu mesma escrevi em diversas ocasiões, como se vê pela bibliografia citada.
- 4 O livro tem uma segunda edição da Universidade de Brasília, em 1981, publicada na Coleção Pensamento Político Republicano. Esse texto é o que é geralmente usado pelos estudiosos, enriquecido pelo prefácio de Bolívar Lamounier.
- 5 Praticamente toda a variada literatura que trata da chamada Era Vargas faz esse tipo de combinatória, especialmente ao tratar das ambiguidades do Estado Novo. Ver, sobre isso, o balanço de Capelato (1998) e os numerosos capítulos de Pandolfi (1999).
- 6 Ver “O redescobrimento do Brasil”, capítulo do livro de Gomes (2007).
- 7 Capelato (1998) não adota a terminologia populismo e populista, sendo um excelente exemplo da dinâmica do varguismo e do peronismo em suas faces de comunicação política com amplas camadas populares.
- 8 O melhor exemplo é Weffortt (1978), mas esse tipo de explicação é muito presente em livros que tratam do movimento sindical nos anos 1970.
- 9 Um texto que trabalha de forma sofisticada com a categoria de cooptação e com a ideia de negociação nela contida é Almeida (1996).
- 10 Ver Ferreira (2001).
- 11 O conceito é retomado e discutido, por exemplo, nas conclusões de Fortes (2004).
- 12 Ver nas Referências os livros de Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Maria Helena Capelato, entre outros.
- 13 Além de meu livro *A invenção do trabalhismo*, cuja primeira edição é de 1988, lembro também Leopoldi (2000), entre autores que compartilham dessa perspectiva.

Referências

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo brasileiro dos anos 80*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1995. 2 v.
- CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- DI TELLA, Torcuato et al. *Diccionario de ciencias sociales y políticas*. Buenos Aires: PuntoSur, 1990.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: EdUnicamp, 1999.
- FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura dos trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GERTZ, René. *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991. v. 1.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. A apropriação de O século do corporativismo, de Michael Manoiesco, no Brasil de Vargas (1930/40). *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 185-210, nov. 2012.
- GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil; algumas reflexões. In: SOIHET, R.; BICALHO, F.; GOUVEA, F. (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

- GOMES, Angela de Castro. História e historiografia de A revolução de 1930. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, p. 35-70.
- GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 55-68, dez. 2002.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (Coleção Brasil nação, v. 4).
- KOSSELLECK, R. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC- Rio, 2006.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. [S.l.]: Três Estrelas, 2013.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1997. t. 3, v. 2.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- WEFFORTT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Mundo desencantado e mundo desengajado

Luis Carlos Fridman

Luis Carlos Fridman

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador da Faperj e pesquisador sênior do CEVIS (Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade). Além de artigos em revistas e capítulos de livros, publicou *Vertigens pós-modernas – configurações institucionais contemporâneas*, *O jardim de Marx* e organizou as coletâneas *Socialismo – Émile Durkheim e Max Weber* e *Política e cultura – século XXI*, volumes I e II.

Resumo

O artigo examina a natureza dos vínculos sociais a partir da passagem do “mundo desencantado” – uma das expressões utilizadas por Max Weber para definir a modernidade –, para o “mundo desengajado”, caracterização proveniente dos diagnósticos de Zygmunt Bauman sobre a “liquidez” das configurações institucionais na contemporaneidade. Analisa o povoamento da “interioridade” habilitada a funcionar no capitalismo moderno e as profundas mudanças que afetam a subjetividade em nosso tempo, assim como os fundamentos do que Richard Sennett conceitua como “a força dos laços fracos”. O argumento que atravessa o texto destaca a *experiência do tempo* como uma boa pista para se entender as contribuições diversas de autores de teoria social que se debruçam sobre a sociabilidade, a cultura e as relações de trabalho.

Palavras-chave: Modernidade. Subjetividade. Adiamento da satisfação. “Liquefação”. “Eterno presente”.

Abstract

The article examines the nature of social ties from the passage of the “disenchanted world” — one of the expressions used by Max Weber to define modernity — to the “disengaged world,” from the diagnostic characterization of Zygmunt Bauman on “liquidity” in contemporary institutional settings. It analyzes the settlement of “interiority” enabled to work in modern capitalism and the profound changes that affect subjectivity in our time, as well as the fundamentals of what Richard Sennett conceptualized as “the strength of weak ties.” The argument that runs through the text highlights the experience of time as a good clue for understanding the various contributions by social theory authors who focus on sociability, culture, and labor relations.

Keywords: Modernity. Subjectivity. Postponement of satisfaction. “Liquefaction”. “Eternal present”.

“Mundo desencantado” figurava entre as caracterizações de Max Weber para a modernidade pela erosão do conforto oferecido pelos valores transcendentais contidos nas narrativas tradicionais que atribuíam sentido ao mundo e à vida. Tal “abandono dos deuses” se devia às possibilidades e perigos de uma era lançada impetuosamente na direção da racionalização das mais amplas esferas da convivência humana. O processo de “ampliação dos setores sociais submetidos a padrões de decisão racional” (HABERMAS, 1980, p. 313) trouxe o “desencantamento do mundo” com a institucionalização do avanço técnico e científico. Mas, ao contrário da autoconfiança europeia de fins do século XIX e sua ideologia do “progresso”, Weber temia pelo preço a pagar pela democracia, autonomia e criatividade humanas devido à fixação dos poderes impessoais das burocracias e seus sistemas de excelência no controle e gestão de grandes áreas das atividades materiais e sociais.

A expansão da adequação de meios a fins a todas as esferas sociais incrementou o reinado dos especialistas e a consolidação das burocracias nas empresas e nas agências responsáveis pela administração da vida coletiva, além da consagração de regimes hierárquicos de disciplina na condução das instituições. Segundo Richard Sennett, Weber percebeu a adoção do modelo disciplinar pelo capitalismo moderno espelhado na organização militar e se perguntou aonde isso iria levar (SENNETT, 2006, p. 27). Ele acreditava que estava se inaugurando uma nova era de rotinas opressivas, com indivíduos propensos a se tornarem *order addicts* por carreiras e trajetos percorridos em “funções preestabelecidas fixas” sob a supervisão da autoridade burocrática. Mesmo os insurgentes nessa “solidão polar” contariam apenas com a sua autorresponsabilidade de “heróis solitários” em seu embate existencial com as novas convicções estabelecidas.

O mundo desencantado que Weber qualificou como o império da racionalidade instrumental era o mesmo no qual Marx destacava o papel determinante da economia emancipada das obrigações éticas e morais e daquele que Durkheim percebia como o da diversidade unificada pela complexificação da divisão do trabalho social. Como salienta Anthony Giddens, os diagnósticos dos três grandes clássicos da Sociologia tinham em comum a tentativa de compreender a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna.

Na atualidade está em jogo outra passagem, envolvendo a rapidez de mudanças institucionais com profundas repercussões nos vínculos experimentados pelos indivíduos. A literatura sociológica oferece caracterizações diversas dessa passagem, condensada em expressões como “modernidade radicalizada”, “modernidade líquida”, “pós-modernidade”, “sociedade de rede”, “capitalismo da especialização flexível” etc. Importa menos o título geral que se dá à teorização das mudanças do que a investigação da dinâmica e dos mecanismos de reprodução sistêmica atualmente em curso. Somos permanentemente desafiados a decifrar o que está em constante mudança, sem ecletismos intelectuais inócuos, mas atentos aos processos de constituição e sucessivo desmantelamento das instituições sociais contemporâneas.

Nesse sentido, o diagnóstico do desengajamento, desenvolvido na obra de Zygmunt Bauman, fornece boas pistas para a reflexão. O conceito orientou um vasto programa de investigações que abarcou a economia, a política, a cultura, a identidade e tendências da sociabilidade consolidados em livros como *Modernidade líquida*, *Tempos líquidos*, *Amor líquido*, *Vida líquida*, *Medos líquidos*, além de outros que não repetem o mesmo estilo nos títulos, mas tratam igualmente das repercussões do desengajamento como *Em busca da política*, *Vida para consumo* e *Vidas desperdiçadas*. A “liquefação” diz respeito ao ambiente social que resulta de uma dinâmica em que as instituições se dissolvem mais rápido antes que se estabeleçam rotinas duradouras. Tem como consequência o esfriamento e fragilização dos laços humanos por toda parte. O mundo desengajado é aquele em que a configuração das instituições favorece a erosão da solidariedade social e a falta de referências estáveis.

Como as descobertas de Max Weber acerca das condições mentais e disposições íntimas que acompanharam o processo de racionalização ocidental são uma referência central na caracterização da modernidade, o acompanhamento do percurso no qual o mundo desencantado cede lugar ao mundo desengajado pode estabelecer uma via fértil, não exclusiva, de compreensão da natureza das mudanças que estão ocorrendo.

A habilitação da ética protestante

Weber é recorrentemente estudado por ter se debruçado sobre o significado “interior” das ações humanas a partir de constelações culturais, que

a seu ver exerciam decisiva influência sobre os fenômenos “materiais”. Sua ênfase no “significado cultural geral dos fenômenos socioeconômicos” buscava o conhecimento das motivações humanas em cada fenômeno “discreto” (conceito que abrange desde as microrrelações cotidianas a processos largos como o surgimento do capitalismo no Ocidente), e, portanto, os sentidos atribuídos pelos indivíduos no curso da ação. Sustentava a concepção de que a cultura e os valores influíam diretamente na construção, permanência e derrocada das instituições.

Estes propósitos analíticos estão esmiuçados no seu clássico ensaio de metodologia “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”. A muitos pareceu que o alvo principal da crítica nesse texto era o materialismo histórico de Karl Marx (a quem ele dispensa tratamento reverente combinado com doses de ironia, como aparece na expressão “o genial-primitivismo do *Manifesto comunista*”), mas essa exclusividade se desfaz quando se nota que sua pretensão mais geral era de se contrapor a qualquer modalidade de determinismo, econômico ou do “espírito”. Marx e Hegel, citados como expoentes do pensamento, foram criticados pelo mesmo motivo, a saber, a “unilateralidade” e a teleologia. Weber era um antideterminista, não apenas um antideterminista econômico.

Em sua investigação sobre a lógica cultural do capitalismo tardio, o marxista norte-americano Fredric Jameson tem um entendimento semelhante quando assinala que “a inter-relação do cultural com o econômico não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação” (JAMESON, 1996, p. 18). Jameson atribui a Max Weber a compreensão única e reveladora dos momentos inaugurais do capitalismo e da habilitação de grandes contingentes humanos para a vida no novo modo de produção. O “fato econômico” do capitalismo foi apreciado como resultado de atos humanos carregados de significado “interior”, ao invés de um desenrolar “natural” e “objetivo” da satisfação das necessidades humanas. A ética protestante e o espírito do capitalismo trouxeram a elaboração desse significado “interior” das ações humanas, também entendido como a consolidação de novas formas de prática e de hábitos sociais, ou “estrutura de sentimento”, conceituação que Jameson adota de Raymond Williams. Nas palavras de Jameson:

[...] os novos valores religiosos mais ascéticos e dirigidos à vida interior acabaram por produzir um “povo novo”, capaz de florescer em meio à gratificação retardada característica do processo moderno de trabalho [...] (JAMESON, 1996, p. 18).

A modernidade não consistiu apenas no incremento das possibilidades materiais e na ampliação da capacidade de dominar a natureza e submetê-la a propósitos humanos. O modo subjetivo propriamente moderno de estar no mundo baseou-se no princípio do adiamento da satisfação, que significou a adoção de novas formas de vida. A origem desse tipo de conduta estava nas doutrinas protestantes da predestinação que pregavam que o Criador, em seus desígnios insondáveis, já teria escolhido aqueles que alcançariam a salvação. Não havia a garantia de que a fé e o cumprimento das obrigações religiosas resultariam em redenção. Para lidar com a angústia proveniente da incerteza na salvação, os fiéis aferravam-se à condução de vidas laboriosas, frugais, pontuais, austeras e severas. Esse retardamento da gratificação não oferecia nenhum bilhete de entrada para o reino dos céus, mas restaurava a confiança do povo religioso para seguir em frente sem ser permanentemente atordoado pelo temor de não ter sido agraciado pela divindade.

Esta maneira de sentir e de agir, de origem religiosa, acabou incorporada à cultura e à vida laica, gerando, nas palavras de Weber, o “ascetismo leigo”. A busca de salvação carregou afinidades eletivas com uma ética em que o trabalho era visto como prova de valor moral, o que contribuiu decisivamente para a formação de uma subjetividade habilitada a funcionar no dinamismo do novo modo de produção.

Richard Sennett destaca que Weber considerava essa “ética da autonegação” uma fraude, pois “as recompensas prometidas jamais chegam” (SENNETT, 1999, p. 123). Mas sua consequência não intencional, na vida mundana, foi o aparecimento do “homem motivado”, decidido a provar seu valor moral pelo trabalho. Resumidamente, a acumulação primitiva de capital foi realizada por gente que retardava continuamente o prazer tateando sinais de eleição.

As elaborações de Weber iluminaram tanto os processos de largo alcance que redefiniram o perfil das instituições quanto o “ambiente interior” dos indivíduos que passaram a se mover segundo uma ética do trabalho indissociável da expansão do capitalismo. A grandeza intelectual de

Weber, nesse aspecto (dentre os muitos temas e objetos que foi capaz de elaborar), consistiu na pesquisa minuciosa das motivações e atribuições de sentido que estiveram na base das façanhas levadas adiante pelo capitalismo industrial.

A experiência do tempo

A inspiração inicial de Zygmunt Bauman, no “prefácio” de *Modernidade líquida*, é o *Manifesto Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, na síntese “tudo que é sólido desmancha no ar”. Bauman considera que estamos vivendo uma época nova na história da humanidade, que também envolve o “derretimento” de instituições. Na visão de Marx, o capitalismo deixava para trás sucessivamente todas as relações tradicionais e lançava os seres humanos em uma nova aventura, cuja solidez foi erigida sob o domínio do capital. A nova ordem, ancorada no papel decisivo da economia, desmanchava tudo que era “ossificado” e abria as comportas para uma nova expansão das possibilidades humanas. Daí o relevo dado ao caráter revolucionário da burguesia na primeira metade do *Manifesto Comunista*.

O que adveio foi um conjunto de instituições que se enraizaram no tempo e que acabaram por apagar os resquícios do passado em um novo dinamismo, duradouro, em que a economia livrou-se dos embaraços morais e religiosos. Segundo a investigação de Bauman, os sólidos do mundo tradicional foram substituídos por “novos e aperfeiçoados sólidos” inflados pelo impaciente espírito moderno.

Na atualidade, o que se move não é de pequena monta; o derretimento na “modernidade líquida” é decisivo para as formas de convívio humano:

Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro (BAUMAN, 2001, p. 12).

O ponto de vista de Bauman não se resume a perceber os déficits na consciência política por parte de grupos e classes. O diagnóstico do desengajamento lida com cenários sociais abrangentes e diz respeito à natureza dos vínculos que estão sendo erigidos nos mais variados domínios da vida social. Na era do capitalismo industrial, a moldura de classe fornecia

o quadro referencial das grandes massas humanas, ou seja, delimitava o terreno da agregação dos indivíduos em torno de suas precariedades, sofrimentos e interesses comuns. A sociabilidade também era constituída a partir de jogos de dependência e interação que alimentavam a solidariedade no interior dos grandes contingentes humanos.

A luta de classes moderna era um casamento às turras entre o capital e o trabalho, duradouro, pontilhado por ataques profundos e tréguas ocasionais, com cônjuges destinados a um conflito sem solução, mas mutuamente engajados (BAUMAN, 2001, p. 166). As façanhas do capital eram interpeladas por demandas pela distribuição da riqueza e, quiçá, por parte dos trabalhadores e assalariados, pela pretensão estratégica de se livrar do cônjuge em um novo lar supostamente habitado por parceiros em igualdade de condições, desejanter e livres.

Na modernidade líquida, o casamento às turras sofreu uma grande reviravolta e deixou um dos lados da relação à deriva. O capital agora se move à velocidade do sinal eletrônico, portanto não necessita mais se estabelecer duradouramente nas regiões onde anteriormente explorava os recursos naturais e a força de trabalho. As funções de administração, gerenciamento, negociação com as garantias e direitos dos trabalhadores e obediência a leis nacionais podem ser exercidas de maneira volátil, sem enraizamento e compromissos estendidos no tempo. Os detentores do dinheiro tornaram-se “senhores ausentes”: estão em todo lugar e em lugar nenhum. São mecanismos de desengajamento e de fuga, em que os poderosos da economia abstêm-se do litígio e consolidam sua supremacia pela capacidade de movimentação no tempo e no espaço. Os “senhores ausentes” tornam-se um alvo móvel difícil de ser atingido:

A modernidade “sólida” era uma era de engajamento mútuo. A modernidade “fluida” é a época do desengajamento, da fuga fácil e da perseguição inútil. Na modernidade “líquida” mandam os mais escapadiços, os que são livres para se mover de modo imperceptível (BAUMAN, 2001, p. 140).

No outro extremo, a força de trabalho, que não voa à velocidade supersônica entre os continentes nem vende a sua capacidade de produzir a cada toque do mouse, se vê em um quadro institucional em que sucumbem as redes densas de vínculos entre os indivíduos ou, por derivação, os elos que vinculam desejos e privações particulares com aspirações e desejos coletivos. Os padrões de dependência e de interações mutuamente

referidas são deslocados do núcleo rotineiro de relações e se encontram “liquefeitos”. As ideias de Bauman encontram apoio nas pesquisas de Richard Sennett realizadas com trabalhadores americanos para o livro *A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, em que Sennett observa de forma acurada um dos traços da nova cultura do capitalismo: “Todos os jargões da nova ordem tratam a dependência como uma condição vergonhosa” (SENNETT, 1999, p. 166).

Com metodologias e interesses de pesquisa diversos, Zygmunt Bauman e Richard Sennett convergem na caracterização das tendências da sociabilidade contemporânea e, mais especificamente, no “povoamento interior” dos indivíduos e na forma dos vínculos frente às rápidas mudanças institucionais. Tais valores e sentimentos revelam grandes contrastes com aqueles referidos ao “mundo desencantado”, assim revisitado por Bauman ao ressaltar uma dada experiência do tempo:

O preceito comportamental e de atitude que fundou a sociedade moderna e tornou possível e inescapável o modo moderno de estar no mundo foi o princípio do *adiamento da satisfação* (da satisfação de uma necessidade ou um desejo, do momento de uma experiência agradável, do gozo). É nessa transformação que a procrastinação entra na cena moderna (ou, mais exatamente, torna moderna a cena). Como explicou Max Weber, foi esse adiamento particular, e não a pressa e a impaciência, que resultou em modernas inovações espetaculares e frutíferas – como, de um lado, a acumulação do capital e, de outro, a propagação e o enraizamento da ética do trabalho. O desejo de melhorar deu ao esforço seu estímulo e momento; mas o “não ainda”, o “não já”, conduziu esse esforço a sua consequência não prevista, que veio a ser conhecida como crescimento, desenvolvimento, aceleração e, portanto, sociedade moderna (BAUMAN, 2001, p. 180, grifos do autor).

Na atualidade, a experiência do tempo é diversa. Sennett estuda a reorganização produtiva do capitalismo chamada de “especialização flexível” e suas consequências sobre a vivência dos trabalhadores na labuta cotidiana. O princípio que norteia a especialização flexível é “não há longo prazo”. A estruturação das empresas solicita crescentemente que seus empregados sejam capazes de se reinventar a cada momento. O trabalho “descontraído”, supostamente mais próximo do que seria a “realização” com o aproveitamento das “capacidades, talentos e inclinações” de cada um, não sana as dificuldades e sofrimentos de quem se vê impelido (ou

obrigado) incessantemente a mostrar ou aparentar novas aptidões e, principalmente, estabelecer relações com os outros segundo o princípio da reinvenção. O que importa é mudar, não se comprometer e não se sacrificar pelo colega de trabalho. Nesse esgarçamento de laços sociais, as pessoas passivas são tomadas pela culpa e pela sensação de fracasso. As páginas dos jornais e da literatura de autoajuda estão cheias de opiniões de “conselheiros” que oferecem bulas de comportamento e atuação para os indivíduos se adequarem ao novo “dinamismo” social.

Os valores de lealdade, confiança, comprometimento, integridade e ajuda mútua soçobram na alocação da força de trabalho no regime da especialização flexível. Como revela o título do livro de Sennett, *A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, a nova situação corrói o caráter, entendido como “valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros” (SENNETT, 1999, p. 10). Assim, as narrativas interiores que conferem os contornos da identidade flutuam na brevidade emocional e ética.

O desencajamento que Sennett percebe no mundo da produção atravessa toda a sociedade e tem seus correlatos nas demais esferas da vida coletiva. A autonomia passa a ser um valor descolado do envolvimento duradouro e o ditame “não há longo prazo” pode vigorar nos amores, no sucesso acompanhado da vilania, na retração pela participação política ou na privação da intimidade no sexo. Nesse quadro, “denso” pode significar “ultrapassado”, “grudento” ou, em linguagem adolescente, “mala”. Quando ainda adotava o “pós”, substituído pela palavra “líquida”, Bauman escrevia em seu livro *O mal-estar da pós-modernidade*: “o eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe” (BAUMAN, 1998, p. 114).

Na reorganização produtiva do capitalismo da especialização flexível, a estrutura interna das empresas sofre alterações permanentes e os trabalhadores nunca se sentem inteiramente seguros de suas habilidades e do lugar que ocupam. As experiências mais profundas de confiança mútua – que só se consolidam com o tempo – são sacrificadas pela versatilidade requerida à consecução das tarefas ou às súbitas (e muitas vezes definitivas) mudanças de rotinas e procedimentos. A sofisticação tecnológica e as estruturas “ágeis” das empresas permitem que a “customização” da produção não se apresente mais como um ideal: o capitalismo já pode

atender, em espaços de tempo cada vez mais curtos, “o gosto do freguês”, ou, dito de outra maneira, os mais variados nichos de mercado a partir de informações coletadas sem cessar. Como complemento paralelo aos estudos de Sennett, Bauman nos diz que caiu por terra a fórmula clássica da inserção dos trabalhadores no capitalismo industrial, “40/40” (quarenta horas de trabalho por semana, durante quarenta anos), em que a durabilidade e a permanência dos laços ofereciam uma moldura em que a narrativa de vida se delineava no tempo. O economista da Sorbonne Daniel Cohen é citado em *Modernidade líquida*:

Quem começa uma carreira na Microsoft não tem a mínima ideia de onde ela terminará. Quem começava na Ford ou na Renault podia estar quase certo de terminar no mesmo lugar (COHEN apud BAUMAN, 2001, p. 135).

Uma das definições de “modernidade líquida” é o desmantelamento de qualquer rede densa de vínculos sociais. Richard Sennett considera que as redes institucionais do capitalismo contemporâneo se caracterizam pela “força dos laços fracos” (SENNETT, 1999, p. 25), o que é a mesma coisa.

Não faltou material empírico para atestar a corrosão do caráter no ambiente da especialização flexível. Sennett entrevistou padeiros de Boston (que não sabem fazer pão, apenas tocam na tela ícones Windows em uma máquina previamente programada), consultores situados no alto da pirâmide social americana, engenheiros e programadores da IBM expelidos da empresa por serem considerados “ultrapassados” e uma sensível e inteligente dona de bar de meia-idade no Soho, “Rose”, convocada por uma sofisticada agência de publicidade de Nova York por conhecer bem o gosto dos aficionados em destilados.

Em um certo momento do seu depoimento, ao relatar as relações de trabalho com os “garotos alinhadinhos da alta” (SENNETT, 1999, p. 92), Rose diz que a atitude geral é “não deixe que nada grude em você”. Suas palavras vieram acompanhadas de grande sofrimento e culpa. Evidentemente ela não aguentou a experiência de distanciamento e cooperação superficiais de gente jovem sempre disposta a romper os laços contrai-dos em equipe e se lançar em “novos projetos” e “campos de trabalho”. O estado contínuo de vulnerabilidade era uma espécie de combustível de iniciativas incessantes e a “reinvenção permanente” uma condição devidamente assimilada pelos publicitários. A dependência era sentida como

condição vergonhosa perante a exigência de adaptação a novas tarefas e companheiros de trabalho, ou seja, à “liberdade” de não se apegar aos outros.

No ensaio “Burocracia”, de *A cultura do novo capitalismo*, Sennett constata, no exame de registros do departamento de pessoal de uma empresa de alta tecnologia, o sentido pejorativo conferido às palavras “carente” e “dependente” (SENNETT, 2006, p. 60). O mesmo sentido pejorativo pode ser constatado em outras esferas sociais, como nas conversas de bar, nas recomendações dos “conselheiros” midiáticos e no desprestígio amplamente difundido do mote “discutir a relação”.

O que faz lembrar Ronald Laing e a antipsiquiatria inglesa quando alertava para o descompromisso afetivo e existencial presente nas “respostas tangenciais”, que mudavam de assunto ou tratavam de um aspecto secundário da dor (ou da imensa dor) de quem padecia de tormentos mentais. Os inadaptados da especialização flexível, que vivem o tempo de forma diversa ao “agora, já”, recebem respostas tangenciais da cultura procedente da nova reorganização produtiva. No ensaio “A política do consumo”, Sennett generaliza:

A nova ordem institucional se exime de responsabilidade, tentando apresentar sua própria indiferença como liberdade para os indivíduos ou grupos da periferia; o vício da política derivada do novo capitalismo é a indiferença (SENNETT, 2006, p. 150).

Na “modernidade líquida”, as tarefas de autoidentificação são concentradas, sem quaisquer fatores atenuantes, nos indivíduos. A esfera pública é invadida por narrativas em que os indivíduos arcam inteiramente com seus destinos e, por consequência, sentem-se culpados por precariedades cuja origem não está no conjunto de escolhas e possibilidades pessoais. Consolida-se assim o desengajamento, que não favorece a tradução de problemas privados em questões públicas: as aspirações modernas da sociedade “boa” e “justa” resumem-se a “utopias privatizadas” dos desejos de felicidade. A “felicidade”, este bálsamo da ideologia que justifica laços marcados pela ausência de mutualidade, depende do esforço na perseguição de recursos amealhados individualmente (BAUMAN, 2001, p. 62).

Na investigação contida em *Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*, Fredric Jameson define o *Zeitgeist* (espírito do tempo) contemporâneo como a vivência do “eterno presente” em narrativas que não

mais encadeiam o passado, o presente e o futuro. A onipresença da mídia constitui de maneira indispensável o ambiente em que se processa a atual expansão do capitalismo em uma espécie de “fusão” entre a infra e as superestruturas.

Assim como a industrialização e a urbanização mudaram o ritmo e as feições da vida no século XIX, as linguagens midiáticas alteraram decisivamente os modos de vida atuais. A cultura baseada na imagem suplantou a cultura literária anteriormente predominante e alimenta outras formas de cognição. O que se vê é a “estetização da realidade” (expressão que Jameson toma emprestado de Walter Benjamin), em que a arte se mistura indissolúvelmente à compra e à venda de produtos a partir da criação de narrativas que favorecem investimentos imaginários e libidinais dos consumidores em torno das mercadorias.

É certo que as análises de Jameson não focam os mesmos fenômenos e aspectos abordados por Bauman e Sennett, mas os diagnósticos acabam se complementando. Em abordagem análoga à realizada para *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Jameson sugere que o “povo novo” da pós-modernidade se ambienta nas atuais configurações institucionais a partir da *colonização do imaginário* para o mundo das mercadorias. E que o tempo da mídia é o “eterno presente”, ou seja, que o deslocamento cultural do “longo prazo” fez da instantaneidade seu ideal último (BAUMAN, 2001, p. 145).

Considerações finais

No ascetismo leigo, a abstinência robustecia o espírito na espera do suposto gozo futuro (que evidentemente nunca se realizava) e fornecia referências duradouras para a autoidentificação. Sem qualquer nostalgia do passado – porque, afinal, o custo da repressão ao prazer era altíssimo e voltaríamos à “velha mixórdia”, como dizia Karl Marx – o “agora, já” é uma derivação das incertezas, da falta de pontos estáveis de orientação e do desengajamento. Assim, os indivíduos sentem que todo esforço dirigido ao futuro pode ser vão; não há por que esperar. Não se atribui virtude moral no adiamento da satisfação e a disposição íntima da vivência do tempo é referida ao imediato. Em *Tempos líquidos*, Zygmunt Bauman repete as palavras do romancista polonês Andrej Stasiuk: “A possibilidade

de se tornar outra pessoa é o atual substituto da salvação e da redenção, hoje amplamente descartadas e desprezadas” (BAUMAN, 2007, p. 110).

Não é de se espantar que muitos indivíduos que já nasceram no mundo do eterno presente, ou se adaptaram a ele sem maiores preocupações, não sintam qualquer desconforto em colecionar para si “novos eus” em trajetos existenciais absolutamente naturalizados. Nem tampouco sintam qualquer estranheza em estabelecer vínculos desprovidos de intimidade ou emotividade, que podem repercutir como tormento para quem sempre viveu de outra maneira. Durabilidade e permanência não fazem parte do elenco das escolhas e o estímulo à “reinvenção” está em todo lugar. Não se trata de uma recusa consciente, apenas a forma como a experiência cotidiana se apresenta aos indivíduos assim referenciados. Denota uma forma institucionalmente enraizada de viver o tempo.

A reflexão sobre a passagem do mundo desencantado para o mundo desengajado torna mais flagrante essa “interioridade” e os dilemas e angústias daqueles que não assimilam essa maneira de viver ou de desempenhar socialmente segundo esses padrões. Nesse aspecto, vale ainda a advertência de Richard Sennett:

A maioria das pessoas não é assim, precisando de uma narrativa contínua em suas vidas, orgulhando-se de sua capacitação em algo específico e valorizando as experiências que passou. Desse modo, o ideal cultural necessário nas novas instituições faz mal a muitos que nelas vivem (SENNETT, 2006, p. 14-15).

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.
- FRIDMAN, Luis Carlos. *Vertigens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: Weber. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- WEBER, Max. A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1979.

Henrique Galvão entre os descompassos no império lusitano

Rita Chaves

Rita Chaves

Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma instituição. Foi docente convidada da Yale University (EUA) e da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). É autora de *A formação do romance angolano* (1999) e de *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários* (2005). É coorganizadora de vários livros, entre os quais: *Brasil/África: como se o mar fosse mentira* (2000), *A kinda e a misanga: encontros brasileiros com a Literatura Angolana* (2007), *Passagens para o Índico: encontros brasileiros com a Literatura Moçambicana* (2012), *Portanto... Pepetela* (2009) e *Mia Couto: um convite à diferença* (2013).

Resumo

Homem de muitos ofícios, Henrique Galvão é dono de um percurso particular na condução do império português na África. O exame de sua trajetória permite analisar as fragilidades do projeto lusitano, do mesmo modo que a sua obra é reveladora das contradições da escrita no processo de ocupação colonial. O espaço, como elemento constitutivo do pensamento imperial, como defendem Edward Said e Mary-Louise Pratt, é o eixo para este trabalho, que, tendo Galvão como referência, sugere paralelos entre as agências coloniais europeias.

Palavras-chave: Henrique Galvão. Império. Escrita. Espaço.

Abstract

Man of many trades, Henrique Galvão has a particular engagement in the Portuguese empire management in Africa. A look into his trajectory allows us to analyze the weaknesses of the Lusitanian project, in the same way that his work reveals the place of writing and its intervention in the symbolic realm of the colonial occupation process. The space as a constituent of imperial thinking, as advocate Edward Said and Mary-Louise Pratt, is the axis for this job that, with Galvão as a reference, suggests parallels between European colonial agencies.

Keywords: Henrique Galvão. Empire. Writing. Space.

Ao examinar as complexas relações que estão associadas ao binômio cultura e imperialismo, que dá título ao seu conhecido livro, *Cultura e imperialismo*, Edward Said, sem descurar as questões do tempo, percebe a dimensão do espaço nos dilemas colocados pela História:

Tudo na história humana tem suas raízes na terra, o que significa que devemos pensar sobre a habitação, mas significa também que as pessoas pensaram em ter mais territórios, e portanto precisam fazer algo em relação aos habitantes nativos. Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros (SAID, 1995, p. 37).

E Said prossegue no esclarecimento de seu foco:

Para os objetivos deste livro, concentrei-me nas disputas efetivas pelas terras e pelos povos dessas terras. O que tentei fazer foi uma espécie de exame geográfico da experiência histórica, tendo em mente a ideia de que a terra é, de fato, um único e mesmo mundo, onde praticamente não existem espaços vazios e inabitados. Assim como nenhum de nós está fora ou além, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações (SAID, 1995, p. 37-38).

Nessa luta, “complexa e interessante”, o espaço e as ações e noções que a ele estão relacionadas desempenham um papel fundamental. A aventura das “descobertas” e a gesta colonial que delas se desdobraram seriam incorporadas em um processo de ocupação que, nutrindo o imaginário acerca dos novos mundos, prometia/assegurava o seu domínio.

Da luta pela geografia: a escrita na invenção do vazio

Desde o começo da expansão europeia, o esforço documental fundaria uma indiscutível aliança com a escrita, cujas ressonâncias na literatura indicam que ela viria a funcionar como uma espécie de porto de abrigo para os projetos de invenção que as dinâmicas imperiais carregavam. A propósito da vinculação entre os sentidos da ordem que a colonização precisava impor e o papel da palavra escrita, Ángel Rama observa o que se deu na América:

[...] as ordenanças reclamaram a participação de um script (em qualquer de suas expressões divergentes: um escrivão, um escrevente ou até um

escritor) para redigir uma *escritura*. A esta se conferia a alta missão que se reservou sempre aos escrivães *dar fé*, uma fé que só podia proceder da palavra escrita, que iniciou sua esplendorosa carreira imperial no continente (RAMA, 1985, p. 29).

Nas “disputas efetivas pelas terras e pelos povos dessas terras”, na expressão de Said, concentraram-se os projetos coloniais, que para compor a figura do conquistador investiam pesadamente na ocupação do novo solo, na exploração de seus bens, na dominação de seus habitantes. Os roteiros das diversas invasões e sua projeção na escrita pouco se afastaram dessas trilhas, muito embora, cabe observar, a implementação dessa agenda não tenha sido linear nem homogênea. Recordemos que a conquista e a imposição do poder, pedra de toque do projeto imperial, foi em alguns casos precedida de uma disponibilidade de olhares e gestos derivados do estado de surpresa que os contatos iniciais provocam. Assim nos mostram registros do impacto positivo referente à América em algumas páginas do imaginário europeu.

Nos primeiros momentos, naqueles em que se funda o ato da “descoberta”, as cores do deslumbramento puderam tingir a percepção dos novos mundos a serem revelados e incorporados, em um movimento que produziu seus ecos na leitura crítica da vida ao redor. Segundo Eduardo Subiratis (1998), sinais desse fato estão presentes na formulação de um texto fundamental como *Utopia*, de Thomas More. Compondo um olhar alternativo, a narrativa de More capta no Novo Mundo qualidades políticas, morais e científicas, antecipando a visão de Garcilaso sobre o reino dos incas:

Pela primeira vez uma voz europeia interrogava-se acerca das formas de vida, da religião, dos conhecimentos científicos e geográficos, dos costumes, da economia, das leis e do governo do Novo Mundo. A América, como o “outro mundo” deixava de ser a representação de uma diferença negativa em relação ao universo cristão para, ao contrário, ocupar um lugar exemplar (SUBIRATIS, 1998, p. 339).

Vale destacar que essa valorização da alteridade foi episódica e pouco marcou o jogo das relações entre o pensamento europeu e o mundo americano. E é preciso dizer também que ao continente africano sequer essa distinção foi concedida. A exemplaridade, nos termos colocados por More, não integraria o discurso hegemônico formulado a partir dos encontros entre os olhos europeus e a África. A despeito da grandiosidade da natureza,

e talvez atizado por ela, o olhar imperial assentar-se-ia em um processo de apropriação apto em converter o impacto em capital a favor de sua legitimação. E, obviamente, dos lucros que daí poderiam resultar.

Em diferentes fases, o discurso sobre as terras a serem ocupadas (ou já nesse estágio) traduz uma visão hierarquizadora, apoiada na subalternização dos habitantes do território invadido. De diferentes modos, a “descoberta” se faz construção, em operações que não poupam os homens que habitam a natureza arrebatadora que urge dominar. Conhecê-la, mediante investigações de caráter científico, seria apenas um passo para favorecer o processo.

Nessa luta pela geografia, a que se refere Said, envolvendo modos e sistemas de representações, reiteramos, a escrita emerge como uma forte aliada da dominação. Das cartas informando os feitos aos relatórios dando conta do que se tinha visto, os documentos vão constituindo a posse, transformando em direito o desejo de possuir. Contra o reino do precário, contra as curvas da oralidade, ergue-se a percepção rígida da palavra escrita, fixando as operações fundadoras, delimitando o conhecimento, ordenando os limites de tempo e espaço. Instrumentaliza-se o saber e a ciência se torna um espaço de confirmação do poder, em um processo rápido e totalizador.

Mesmo na América, passado o choque de deslumbramento que envolve a “descoberta”, os mecanismos de infiltração alcançariam um notável sucesso. Em *Os olhos do Império*: relatos de viagem e transculturação, Mary Louise Pratt, a partir da leitura de textos de vários viajantes, desmonta a formação do discurso da História Natural. Examinando a sua ligação com o expansionismo político e econômico da Europa, ela demonstra como “na literatura de viagem, ciência e sentimento codificam a fronteira imperial nas duas linguagens eternamente conflituantes e complementares da subjetividade burguesa” (PRATT, 1999, p. 79).

Com o foco no caráter das relações que o processo colonial instituiu, do qual não se pode minimizar o peso das contradições, a estudiosa alerta para a forma como a invasão ultrapassa o terreno do concreto e produz leituras condicionadas pela contaminação de valores, isto é, como ela atua na composição do olhar inclusive daqueles que contra ela deviam se manter.

Vista como uma etapa da incontrolável expansão ocidental, a reinvenção da América acaba por encontrar nas sociedades americanas um terreno acolhedor para a naturalização de situações historicamente construídas e para a consagração de heróis do outro lado. A rendição de Simón Bolívar ao lugar ocupado por Alexander von Humboldt, na galeria de personagens desse universo de contatos, apresenta-se como um eloquente exemplo. Referência científica decisiva para o pensamento de Charles Darwin, o autor da *Narrativa pessoal de viagens às regiões equinociais do novo continente*, além do prestígio conquistado entre as elites europeias, protagonistas do projeto no qual se enquadrava a sua atuação, mereceu também o reconhecimento entre as elites recém-formadas nos países americanos recém-independentes, que viam no seu trabalho uma fonte para a sua própria reinvenção diante dos europeus e não só. Sobre o explorador modelar, a autora pondera:

Ele foi celebrado tanto na América europeia quanto na Europa, e seus escritos foram a fonte de novas e seminais visões da América nos dois lados do Atlântico. Charles Darwin escreveu a bordo do *Beagle* que “todo o curso de (sua) vida deveu-se ao fato de ter lido e relido” em sua juventude a *Narrativa Pessoal* de Humboldt. Simón Bolívar, arquiteto chefe da independência da América espanhola, rendeu homenagem ao “barão Humboldt” como “um grande homem que, com seus olhos, arrancou a América de sua ignorância e, com sua pena, pintou-a tão bela quanto sua própria natureza” (PRATT, 1999, p. 196).

Perscrutada por olhos também empenhados na tarefa de preencher terras vazias, a África, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, seria o objeto de muitas tentativas de reinvenção. Objeto de um outro tempo, atendendo a diferentes exigências do capitalismo em franca expansão, o continente seria palco de diversas aventuras europeias, cujo selo fundamental era o sentido da dominação. Personagens como David Livingstone, Richard Burton, Serpa Pinto, entre outros, deixariam a sua marca na composição do discurso imperial.

Inserindo-se nos caminhos da religião, da ciência, da educação, “a palavra escrita consolidava sua superioridade na constituição da cidade letrada”, a que se refere Rama (1985, p. 41) ao abordar o processo americano. Possivelmente em um nível ainda mais profundo do que se passou com os americanos, a violência dos mecanismos de alienação foram de tal ordem que as marcas se prolongam para além da proclamação das independências

dos países africanos. Desse esforço não se furtaria a escrita em sua modalidade literária, tão eficiente na geração de imagens que turvavam os olhos dos homens sobre si mesmos e condicionariam a sua autoimagem, dando corpo a um movimento muito bem apreendido nos estudos de Georges Balandier e Frantz Fanon. Para Chinua Achebe, a colaboração da literatura na tentativa de despersonalização dos africanos atingiu graus desmesurados. Em *A literatura africana como restabelecimento da celebração*, o exercício da memória leva o grande escritor nigeriano a declarar:

A África era um enigma para mim. Eu não me via como africano naqueles livros. Eu me colocava ao lado dos brancos contra os selvagens. Em outras palavras, atravessei meu primeiro nível de escolaridade pensando que era do partido do homem branco, em suas aventuras e escapadas de arrepiar os cabelos (ACHEBE, 2012, p. 121).

E a confissão algo dramática continua na reconsideração:

Mas chegou a hora em que alcancei a idade apropriada e percebi que esses escritores tinham me enganado direitinho! Eu não estava no barco de Marlowe subindo o rio Congo em *Coração das trevas*, não, eu era um desses seres nada atraentes pulando e saltando na beira do rio, fazendo caretas horríveis. Ou, se eu insistisse em fazer a viagem de barco, teria que me resignar, talvez, em ser aquele “espécime aperfeiçoado”, como Conrad o chama sarcasticamente – mais absurdo, diz ele, do que um cão de calças tentando entender a feitiçaria oculta no medidor de água do barco (ACHEBE, 2012, p. 121).

Viagens como essa representada no romance de Conrad, nas quais Achebe não pode se ver incluído, a não ser ocupando o inaceitável lugar, multiplicaram-se e fizeram-se parte do projeto colonial. Se os roteiros prendiam-se às terras costeiras, a imaginação preenchia as lacunas que os limites implicavam. Uma leitura atenta do processo que condicionou a vida dos africanos, fraturando seu percurso desde o século XVI, faz, portanto, ressaltar a importância do espaço no domínio da prática e no plano simbólico. Elemento de relevo na configuração do discurso do império, mais do que um tema ou um motivo, o espaço, com efeito, instituiu-se como um dado constitutivo do pensamento colonial.

Nos relatórios dos viajantes e nas narrativas de cunho literário, a convergência se dava na catalogação da diferença sempre assimilada com um sinal de inferioridade. No universo do colonialismo francês, a diferença era, quando muito, apreendida na clave do exótico, o que para estudiosos

como Bernard Mouralis, não era de todo negativo, na medida em que provocava uma certa desestabilização na leitura do mundo. Vendo no exotismo uma ideia “vaga e muito pouco geográfica de trópicos” (MOURALIS, 1982, p. 74), o autor de *Contraliteraturas*, destaca a paisagem exótica como:

[...] mais verdadeira, mais susceptível de proporcionar ao viajante a felicidade a que aspira, é também a mais cultural, e mais cultural que a paisagem europeia, uma vez que, pela sua magia toda-poderosa, lembra e recria o que está a desaparecer definitivamente desde há já alguns séculos ou apenas existe fossilizado, no museu ou no discurso livresco (MOURALIS, 1982, p. 79).

Essa “alteridade geográfica” é valorizada por Mouralis porque se projeta na literatura francesa e, ao introduzir a diferença, promove “uma renovação dos temas e das problemáticas até então desenvolvidas sobretudo no plano filosófico e sociopolítico, por um lado, e no plano estético e literário, por outro” (MOURALIS, 1982, p. 80). Em autores diversos entre si como Chateaubriand, Gide e Baudelaire, a inclusão dessa paisagem exótica funcionaria como um mote para a subversão de verdades cristalizadas. Abria-se uma porta para um conjunto de outras referências capaz de colocar em discussão um mundo envelhecido.

É preciso, no entanto, refrear as ilusões e atentar para os limites desse questionamento que, na verdade, configura-se no século XIX como derivação do espírito do Romantismo, do senso de inadaptação que o alimenta e o prolonga. A perigosa combinação entre os vieses históricos e impositivos e as técnicas literárias gerava elaborações que agudizando o carácter superior das culturas europeias definiam argumentos para a divisão entre os que deviam dominar e os que deviam ser dominados.

Na prática, para os africanos, a mediação exotizante foi inócua, pois na maior parte do tempo, e com maior impacto na história dos povos, venceu a visão hierarquizada que estabelecia os lugares de sujeito e de objeto. Segundo Pratt (1999), convertidos em ocupantes, os “descobridores” passam a empenhar-se no desvendamento do que parece misterioso. Estava se constituindo o “sujeito europeu mundial ou planetário” (PRATT, 1999, p. 61), cuja consciência, como resultado do contato com a cultura impressa, seria mais sólida do que a dos navegadores. O esforço pela catalogação, determinante de um comportamento sistematizador, iria dar o tom das relações entre os polos:

A sistematização da natureza na segunda metade do século haveria de firmar ainda mais poderosamente a autoridade do prelo e, assim também, da classe que o controlava. Ela parece cristalizar imagens do mundo de tipo bastante diferente daquelas propiciadas pelas imagens anteriores de navegação. A história natural mapeia não a estreita faixa de uma determinada rota, não as linhas onde terra e água se encontram, mas os “conteúdos” internos daquelas massas de terra e água cuja extensão constitui a superfície do planeta (PRATT, 1999, p. 64).

A internalização aponta para o reforço da presença invasora, e, por decorrência, para a luta pela geografia assinalada por Said em citação anterior. No quadro lusitano, no que toca as relações entre o colonizador e o colonizado não encontramos nem mesmo traços da positividade que Mouralis detecta na apreensão mediada pelo olhar exotizante. Na relação com as terras invadidas, são residuais os reflexos do deslumbramento, e, enquanto os artistas metropolitanos revigoravam as suas cartografias, o ímpeto classificatório impulsionaria outros movimentos, recortando o discurso hegemônico.

O culto do pitoresco presente no universo cultural francês praticamente inexistente no Império lusitano. No terreno do simbólico, refletia-se a intransitividade de um Império que até o fim defendeu com fervor a sua continuidade, ignorando com energia os sinais da iminência de sua derrocada. Deve-se reconhecer que desde muito cedo evidenciou-se a dificuldade dos contatos, permeados por contradições que faziam da África um objeto de fascínio e, ao mesmo tempo, de pavor.

A essa incomunicabilidade tão pesada não ficaria imune a atividade literária. Na literatura portuguesa canônica, a ausência do continente é uma dominante. Sua existência constitui apenas a saída para uma situação de asfíxia vivida na metrópole, como é o caso do célebre Ramires no igualmente célebre romance de Eça de Queirós. O século XX que viria reforçar a presença lusitana nas duas costas africanas não altera o quadro. Não obstante a modulação da conquista do ultramar na hipertrofia da consciência nacional, na instigante expressão de Eduardo Lourenço, a questão colonial não constituía um ponto de interesse para os intelectuais portugueses:

Enquanto conquistadores a ferro e fogo, ou “pacificadores” pelas mesmas vias, isto é, enquanto Albuquerque, Mouzinhos e companhia, fomos fiéis a essa vocação pátria não colonialista, enquanto descolonizadores

somos-lhe fiéis, igualmente. Num caso e noutro sem problemas. A não problematização da história portuguesa (com a exceção de Oliveira Martins) é uma das características capitais da consciência nacional, e essa ausência de olhar crítico sobre nós está relacionada de sermos os prodigiosos atores de uma gesta colonial que nunca nos pôs problemas (LOURENÇO, 2014, p. 191).

Na irônica abordagem, Lourenço destrincha a mitologia que tendo repercutido tão decisivamente no destino do país delineava-se por uma espécie de invisibilidade traduzida em ingênua indiferença ou em oportuna oclusão, com a qual a literatura estabeleceu um espantoso pacto. Desse alheamento padeciam a vida nacional e a vida literária, ambas de costas viradas para uma experiência fulcral na história do país. Nem mesmo os escritores neorrealistas, cuja produção deixava explícito seu compromisso com os problemas sociais, colocaram as colônias em seu mapa literário.

A partir dos anos de 1930, por incentivo do poder que emerge com o golpe de 26, a literatura colonial portuguesa conhece uma certa efervescência. A necessidade de se legitimar leva o poder a cultivar a aproximação entre pátria e império e a investir em estratégias que conferissem algum destaque ao projeto expansionista. O Concurso de Literatura Colonial, criado por portaria governamental em janeiro de 1926, receberia novos aportes, assegurando maior apoio oficial.

No repertório produzido a partir de então, o espaço confirma-se como elemento essencial. A paisagem africana emerge principalmente como adversária do colono que dela precisa retirar o sustento material, relegando a planos menos significativos outras formas de bem-estar. Os enredos privilegiam a chegada ao território e o investimento, físico, emocional e financeiro para transformar a terra. Desse modo, a relevância do espaço, expressa inclusive nos títulos das obras (como *Terra de esperança*, de Emílio Castelo Branco (1940); *Terra conquistada*, de E. Correia de Matos (1945); *Terra ardente*, de Norberto Lopes (1948); *África portentosa*, de Gastão Dias (1926); *África misteriosa*, de Julião Quintinha (1928); e *África, terra da promessa*, de Rodrigues Jr. (1949), se articula prevalentemente aos objetivos concretos do deslocamento como empreitada. Da grandiosidade destacada da natureza, os traços de encantamento são contaminados pelos sinais de ameaça que o diferente anuncia.

Não se pode estranhar que nesse panorama a colônia seja principalmente o *mato*, como destacam muito bem Francisco Noa e Diego Marques, nas excelentes leituras que fazem das narrativas coloniais de Moçambique e Angola, respectivamente. Para Marques, é facilmente perceptível que:

O mato (compreendido não no sentido de bois/bush, mas como íntegra do que está para além do perímetro urbano, isto é, a quase totalidade do país, excetuada as *ilhas brancas*) é um protagonista dessa Angola projetada pela narrativa colonial portuguesa. Comprimindo o espaço à sua fração, teoricamente vazia, ele é o cenário da *colonização* propriamente dita; mas é também a *contraface* da dinâmica que esta empreende, o *locus* da existência recidiva e *bruta* dos *da terra* e o terreno adverso aos *de fora* (MARQUES, 2012, p. 171).

Mesmo quando tem reconhecida a sua grandiosidade, a natureza tem um destino definido: deve ser domesticada, convertida em fonte de renda e justificativa material e moral para a mudança que o sujeito impôs à sua vida. A viagem, o desembarque na nova terra, as vicissitudes enfrentadas para torná-la um exemplo de sucesso, as dificuldades, sempre vencidas, para se adaptar ao meio e, não raro, a conquista do direito de voltar à *terrinha*, engrandecido pela convicção de ter cumprido um dever (compensado pela fortuna acumulada) são as situações trabalhadas pela maioria dos romances que encontramos.

Raríssimas vezes vamos deparar com histórias vividas por personagens negros; a esses nem sequer é comum atribuir o papel de coadjuvantes. São quase sempre elementos do *décor*, desumanizados pela literatura em operações que reproduzem placidamente o movimento de reificação efetivado pelo sistema colonial. Aos que chegam é dada a tarefa de transformar o adverso em favorável, enxergando no verso dos perigos a possibilidade de conquista que estava subjacente à aventura colonial. Nesse terreno hostil era preciso fecundar a árvore das patacas que não se mostrava facilmente. O caráter empreendedor justificava a riqueza sonhada e legitimava a posse. Em síntese, ao homem português cabia realizar a transformação da inóspita paisagem em local rentável e aprazível, quer dizer, semelhante o mais possível à terra de onde veio.

Nessa dificuldade em lidar com a diferença, compreendida por José Osório de Oliveira (1931, p. 80), como uma deficiência de “espírito lógico”, estaria uma das razões da tímida produção literária acerca do chamado

ultramar que tornava Portugal tão diferente de outras metrópoles. Segundo ele, a saudade da terra que os portugueses carregavam consigo os impedia de perceberem o que havia de excepcional nos lugares para onde os conduzia o espírito de aventura (OLIVEIRA, 1931).

Da paixão e seus limites: as viagens de Henrique Galvão

Inserido nessa dinâmica, mas procurando investir contra essa “miopia”, como identifica Francisco Noa (2002), surge a figura de Henrique Galvão, que assumindo com certo garbo o projeto colonial, defende a sua modernização, rejeitando o improvisado como eixo de uma proposta que se devia efetivamente confundir com a alma portuguesa. Personagem incontornável da história portuguesa do século XX, Galvão pode ser visto como um ator emblemático do colonialismo lusitano. O modo de lidar com as viagens, com o espaço e com a escrita revelam algumas particularidades do seu pensamento, desvelando ao mesmo tempo certos condicionais do III Império português.

Sem nunca alcançar a relevância do repertório de outras potências coloniais, sua obra abre pistas consideráveis para a compreensão do fenômeno histórico, aí inserindo-se algumas especificidades da colonização lusitana. Convicto de que no campo das ideias e representações, a literatura de viagem deve ser um espaço de conhecimento e reconhecimento de “outras terras, outras gentes”, expressão que dá título a uma de suas interessantes obras, a despeito de sua sinuosa trajetória, Galvão tem seu nome inarredavelmente inscrito na história do projeto colonial português. Uma incursão em seus textos favorece a discussão acerca dos argumentos de Gilberto Freyre sobre a “especial vocação para os trópicos” que singularizaria o colonialismo português, e permite compreender também o quadro histórico e literário que se compõe em Angola e Moçambique, inclusive depois da independência.

Viajante sob muitos aspectos e concepções, ele deixou sua marca na história da literatura colonial, com obras instigantes, capazes de projetar uma visão de império um tanto particular que, aliás, já nos anos 1940, o colocaria em rota de colisão com a política do Estado Novo. Sua produção, vasta e variada, divide-se em gêneros que incluem relatos de viagem, crônicas, livros de caça, romances, relatórios, testemunhos. Entre

a ficção confessada e o esforço documental, dele ficou um legado útil à decodificação dos valores imperiais, suas contradições e as falácias, nem sempre ou, melhor, quase nunca admitidas pelo discurso oficial. *Em terra de pretos* e *Outras terras, outras gentes* são títulos muito expressivos do seu encontro com um universo físico e cultural que mobilizaria a sua preocupação para sempre.

Ambos derivam de viagens realizadas ao continente africano, exprimindo, todavia, deslocamentos motivados por razões bastante diversas. As crônicas de *Em terra de pretos*, escritas no final da década de 1920, correspondem ao período de seis meses passados no sul de Angola em cumprimento da pena como deportado político. De acordo com Francisco Teixeira da Mota, autor de sua biografia:

Começava um breve exílio, que seria para ele uma revelação e uma revolução. Ia descobrir África, a África colonial de que não tardaria a tornar-se inseparável. Criaria profundas amizades com alguns colonos, como Teodósio Cabral e Abel Pratas, acordaria na chana em manhãs límpidas, faria café na cafetaria ao ar livre, caçaria desde perdizes a elefantes, daria longos passeios a cavalo, acamparia no Hotel Capim, descobriria paisagens de uma beleza indescritível e nunca mais seria o mesmo (MOTA, 2011, p. 29).

Em que pese o entusiasmo do biógrafo pelo biografado, o que limita o olhar crítico sobre a trajetória do militar audaz, realmente não se pode reduzir a dimensão do contato com a África na condução de seu percurso. Um ano mais tarde, Galvão voltaria ao sul de Angola e agora na condição de governador da Huíla. As funções administrativas combinaram-se sempre com uma série de atividades em que ficava patente o seu diversificado interesse pelas terras africanas.

A alusão à terra, presente nos dois títulos, logo nos remete ao aspecto físico da conquista na concepção do militar e a importância do espaço no projeto imperial. Entusiasta da expansão do território, que compreendia como um destino do país, Henrique Galvão, na sua relação com o mundo colonial e com o sentido da nacionalidade lusitana, distingue a viagem como eixo. A ideia da experiência como um ato insubstituível atua tanto no seu modo de conceber a colonização como na sua escrita.

Em suas incursões pela escrita, ele também visitou a ficção. *O céu dos trópicos* e *O velo d'oiro* são dois clássicos do romance colonial centrados

na afirmação inequívoca do ponto de vista metropolitano. Seus narradores deslocam-se para a colônia, fixando-se, todavia, na ideia do território expandido e na viagem como uma alternativa para revalidar a rota que outros já seguiram. Em *O velo d'oiro* – prêmio de literatura colonial de 1933 –, no primeiro parágrafo, de modo emblemático, é sob a moldura da tentação que a África aparece:

Tinha eu vinte e sete anos e estava empregado no Banco do Crédito Agrícola, quando me inquietou, pela primeira vez, a tentação da África. Fora por lá que meu avô juntara a fortuna que eu depois consumi em estúpidas doidices e, à África também se tinha aferrado meu primo direito – o Vasco Benevides – depois duma deportação por motivos políticos e muito desarrumo na vida que levava em Portugal (GALVÃO, 1936, p. 5).

Observe-se que a tentação que inquieta o narrador surge apoiada no reconhecimento de experiências anteriores. Mais incisivo, na página seguinte, o jovem Rodrigo esclareceria o seu projeto:

E a tentação duma África aventureira e pródiga, feita para homens de rija têmpera e vontade aguerrida, dominou-me. Palpitava-me que era aí que a fortuna me havia de sorrir de novo. E a África, que tantos encaravam como triste purgatório de condenados e desacreditados pousio de aventureiros, nunca a imaginei eu senão como uma Terra de Promissão, generosa, hospitaleira, libertadora – o País misterioso e tentador, onde luzia o Vélo d'Oiro das minhas quimeras e dos meus anseios (GALVÃO, 1936, p. 6).

A carga de entusiasmo que move claramente o protagonista está diretamente associada à dimensão concreta da riqueza a ser, no seu caso, reconquistada. A palavra fortuna, que aparece na citação acima, conjuga os dois significados, o de sorte e o de riqueza material. Ou seja, a noção de aventura vincula-se às de promessas de sucesso oferecida pela empresa colonial. Não se nota o desejo de alargamento existencial, não se nota a atração por outras paisagens guiada apenas pela sede de exotismo que originou outras buscas. O projeto colonial como propiciador da saída dos limites concretos que a vida metropolitana impunha era o foco central de Galvão.

Noutros impérios, a posse sobre outras terras, como é sabido, gerou um profundo interesse pelo conhecimento. Era preciso conhecer esse outro sobre o qual se impunha o domínio, certeza que explica a ligação entre os processos coloniais e o desenvolvimento da Antropologia em países como a França e a Inglaterra. Tal articulação não se fez sentir em Portugal,

fato que desperta atenção quando se tem em conta, inclusive, a indiscutível relevância da expansão na construção da identidade lusitana.

Nunca é demais evocar a importância da epopeia camonianiana no processo de autoidentificação dos portugueses, atada desde sempre, e até o presente, ao peso das chamadas “descobertas” na avaliação de seu passado. Para Eduardo Lourenço (2014, p. 131), em *Os Lusíadas* se consubstancia a verdadeira “fase da hipertrofia da consciência nacional”. Mesmo depois de perdidas outras batalhas, os versos lusíadas constituíam um espelho fecundo para uma imagem poderosa, imprescindível sobretudo quando a contestação da legitimidade da ocupação começou a ganhar consistência:

A hipertrofia da consciência nacional de que os *Lusíadas* se tornaram a Bíblia é muito menos aquela que neles se exprime ou de que eles são já expressão suma que aquela que épocas posteriores, decaídas do antigo esplendor, vão projectar sobre o Poema, como os herdeiros empobrecidos da parentela rica. O papel do poema na história da consciência nacional corresponde à ambiguidade que nele efetivamente está incluída, mas só é nefasto quando essa consciência se aproveita dele para mascarar no vazio a realidade da sua importância histórica (LOURENÇO, 2014, p. 131-132).

Cumprido assinalar que o fenômeno não se esgotou. Em um salto ao presente, temos sintomas dessa hipertrofia nas estantes das livrarias portuguesas que exibem um número crescente de livros a evocar o III Império, indicando a centralidade da permanência na África, para além do que estendia qualquer sombra de racionalidade na vida portuguesa, nos mais variados planos. Em certa medida, a multiplicação de títulos produzidos hoje parece nos dizer que a aventura que dera origem àquele poema não poderia de forma alguma ter cancelado a sua validade: tal como a obra que foi por ele gerado, o feito impunha sua perpetuação na história do mundo. Se concretamente ficou impossível, resta a sua perpetuação na memória.

A essa relevância constantemente aludida, evocada, justificada, não correspondeu nunca um sentido profissional capaz de converter a colonização em um projeto econômico efetivo. Seria, certamente, interessante, contrapor o aparato e a dimensão que cerca a célebre “Missão Dacar-Djibuti” e a marca do “espontaneísmo” que observamos nas viagens realizadas pelos portugueses, incluindo a que levaria Henrique Galvão a Angola e daria origem ao famoso *Outras terras, outras gentes*. A lei de 31 de

março de 1931 da Assembleia Nacional da França, proposta pelo ministro da Educação, apoiada pelo chefe de gabinete do ministro das Colônias e aprovada por unanimidade por todos os grupos parlamentares, que estabelecia a Missão Etnográfica e Linguística Dacar-Djibuti, veio coroar um movimento espantoso de envolvimento de segmentos diversificados da sociedade francesa. Foi a demonstração do decisivo laço oficial de uma corrente que carreou intelectuais, artistas, empresários e homens e órgãos de imprensa, na recolha de fundos que tornaram possível o empreendimento. Fernando Brumana, ao estudar a ligação entre a pesquisa junto aos dogon e a origem da etnologia francesa, ressalta o caráter mediático que tomou conta do acontecimento:

Jean Jamin, organizador e autor do prólogo da edição dos textos africanos de Leiris, deplora a “publicidade arrogante” que, desde o primeiro momento, rodeou a Missão. Afinal, quando na história das primeiras páginas dos jornais haviam noticiado um acontecimento antropológico? E não se tratava apenas da imprensa de Paris e das principais cidades francesas, mas, sim, segundo consta nos arquivos da biblioteca do Museu do Homem, da imprensa de Marrocos, da Argélia, da Espanha, da Itália, do *Times* de Londres, do *Christian Science Monitor* de Boston, do *Chicago Tribune*, do *New York Herald* e até do *Le courier d’Ethiopie*, de Adis Abeba. O interesse gerado na mídia, porém, não é um dado secundário ou anedótico, mas um elemento-chave de como foi programada a Missão diante de um público ao qual se buscava através dos meios de comunicação, como nunca se havia feito antes nem se voltaria a fazer na história da antropologia. Essa relação foi cuidada minuciosa e rigorosamente, tanto antes do começo da expedição como durante seu desenvolvimento [...] (BRUMANA, 2011, p. 54, grifo do autor).

Ainda que nem todos os futuros integrantes da Missão reunissem os saberes específicos para o trabalho em questão, tratava-se de um grupo de intelectuais de alta craveira, homens de ciência e/ou cultura, interessados na investigação científica que a viagem poderia proporcionar. A diversidade do perfil dos participantes pode, inclusive, ser lida como um sinal do largo envolvimento de diferentes setores da sociedade francesa mobilizados para a empreitada. No caso de Michel Leiris, autor de *África fantasma*, livro de referência na história da etnologia francesa, a incursão revelou-se decisiva, pois, como afirmou em várias ocasiões, foi a África que o levou à Antropologia e não o inverso, como seria fácil supor. O paralelo nos daria alguns contornos da diferente perspectiva que norteava a construção de

um pensamento a respeito da África no roteiro português. E, talvez, também alguns indícios da solidão de Henrique Galvão naquele cenário.

No conjunto da literatura colonial produzida enquanto durou o sistema colonialista, na série de textos que continuam a entrar no mercado editorial sobre a(s) experiência(s) africana(s), no universo das memórias que ressoam no discurso dos que regressaram a Portugal depois do 25 de abril de 1974, sobressai inapelavelmente a imagem da África como um território a ser ocupado. A angústia que atingia alguns intelectuais franceses em face da incipiência dos estudos etnográficos que segundo Mauss estava em um estágio contrastante com a profusão de obras que caracterizavam a literatura colonial, não era sentimento que perturbasse os portugueses. O fenômeno responsável pela tardia fundação da Sociedade Nacional de Geografia em Portugal parecia não ter sido alterado com o passar das décadas.

Embora sem o refinamento daqueles que noutros quadrantes perseguiram e produziam um conhecimento etnológico, Galvão distinguia-se por não hesitar diante da tarefa hercúlea que enxergava a sua frente, em um comportamento compatível com a imagem de Robinson Crusóé, tão emblemática dos homens imperiais lusitanos, movidos pela fé em sua missão e no triunfo da vontade. A precariedade dos meios em alguns momentos parecia-lhes um estímulo, uma espécie de marca e tributo da humildade que sempre esteve à volta da casa portuguesa. Os estudos que logrou desenvolver não perdiam de vista a necessidade de transformar. Tematizados nas obras ficcionais, a posição do desbravador, o sentido de missão do pioneiro e o compromisso de fazer continuar a obra vão ecoar pelos seus documentos, relatos e narrativas. A experiência africana insere-se no processo de aprendizagem, convertendo-se ao mesmo tempo em rito de passagem que assegura autoridade àquele que a viveu. É o que confirma Omar Ribeiro Thomaz, ao observar o seu itinerário:

As viagens à África são fundamentais no que se refere à legitimidade construída por Galvão para pronunciar-se sobre assuntos africanos. Sua obra literária, seus discursos políticos e a concepção de uma exposição colonial pressupõem um conhecimento profundo – e legítimo – dos territórios, das gentes e das coisas coloniais. Para tal, o estudo – embora importante, sendo ele também um estudioso – não bastava: a experiência vivida era fundamental. O contato com a realidade africana, o conhecimento de sua natureza, a relação com os nativos, a emoção diante da paisagem é que

davam uma dimensão *real* das colônias e, mais do que isso, conferiam legitimidade à sua visão e às suas propostas (THOMAZ, 2002, p. 83).

Embora não se possa com total tranquilidade aludir a uma conexão muito fechada entre esse tipo de viagem empreendida por Galvão e aquela que os naturalistas procuram transformar em matéria funcional à forma de conhecimento que Pratt (1999, p. 29) chama de “consciência planetária”, isto é, “uma forma eurocêntrica de consciência global”, percebe-se em sua obra a mesma tendência organizativa do universo que aos olhos do viajante surge em seu “estado natural”, como uma força bruta à espera da lapidação. O que lhe faltava em instrumental teórico, sobrava-lhe em esforço. Em títulos como *Outras terras, outras gentes*, *Ronda de África*, *A caça no império português*, *Romance dos bichos do mato*, remarcam-se o seu compromisso e a sua aplicação para reduzir o que considerava um imperdoável desconhecimento das terras vistas por ele como um espaço redentor do seu país.

Para Galvão e seu projeto colonial, a África era um lugar de redenção também para uma metrópole ainda pobre e pouco capaz de produzir e/ou extrair a riqueza que os antigos haviam conquistado. Seu projeto demandava ações que dignificassem a empreitada inicial e revigorassem os valores identitários já enunciados na célebre epopeia de Camões.

De sua abordagem estavam ausentes as linhas do desejo de incorporar aquela dimensão exótica da paisagem a que se refere Mouralis (1982). Do seu pragmatismo estavam afastados movimentos nostálgicos. Sua voz clamava por ações transformadoras, que corrigissem, por exemplo, a realidade mortíça que o exaspera ao chegar a Cabo Verde e ali enxergar os males que também o incomodavam na capital metropolitana. É a falta de arrojo da colonização que o deprime.

Se os escritores franceses apreendem ou se empenham para apreender a magia que louvam na atmosfera selvagem das terras conquistadas, em sua obra vamos encontrar o apelo à capacidade transformativa que deve construir afinidades entre a metrópole e as colônias. São as cidades de Durban e Joanesburgo que, aos olhos de Henrique Galvão, se levantam como exemplos positivos da empresa colonial britânica. Não por acaso cidades litorâneas, cujo perfil confirma a direção da geografia colonial, constituída para responder às necessidades externas, isto é, das metrópoles que lhe devem dar forma e sentido.

Em “Diário de bordo”, o primeiro texto de *Em terra de pretos*, Galvão recolhe as impressões que a viagem entre Lisboa e Mossâmedes lhe abre, convertendo o que vê e vive em uma leitura pouco favorável à presença portuguesa nas terras ocupadas. Com exceção de São Tomé, cuja economia é aquecida pela produção do cacau, todas as outras terras lhe provocam uma enorme sensação de desalento:

Desembarquei n’uma velha ponte de madeira – acostavel para chatas – a única, a melhor do porto! E na peregrinação que fiz pelas ruas esbraçadas de S. Vicente, colhi a primeira impressão forte de terras africanas. A cidade é uma pobre aldeia sedentada e ressequida, uma improvisação de colonos, que ou são burocratas, ou criaturas desinteressantes, que lá vão para amontoar fortuna de qualquer maneira, sem intenção de se fixar. Não tem beleza, não tem higiene, não tem conforto (GALVÃO, 1929, p. 20-21).

No retrato que esboça dos africanos, se deixa passar algum sentimento de piedade, define o lugar que lhes cabe na equação colonial. São quando muito vistos como vítimas da incúria dos que lhes poderiam transformar a vida:

Os negros de Cabo Verde teem caracteres proprios, nitidamente diferentes dos negros que vamos encontrar mais para o sul. É uma diferença mais impressionante e mais clara da que existe entre um latino e um anglo-saxão. São magros, d’uma magreza que faz lembrar imediatamente as fomes que tantas vezes teem assolado o arquipélago, e esguios. Vi tipos esculturais, de linhas egípcias, aquelas linhas lentas, harmoniosas, longas que os homens d’hoje aprenderam nos baixos relevos dos túmulos dos Pharaós. Os rostos são em geral, aquilinos, a cor acobreada e os olhos tristes, tristes, como certos olhos de creanças fraquitas (GALVÃO, 1929, p. 20).

Se, por um lado, está quebrada a ideia de que os negros são todos iguais, a redução se revela na incontornável analogia com as crianças. A descrição prende-se aos dados físicos e alguns atos que não chegam a se inserir propriamente em uma dinâmica cultural. Estão apenas na esfera dos “usos e costumes”:

Enquanto uns escrevem, outros olham curiosamente os tipos da terra: o negro esguio e indolente, as mulheres trabalhadeiras a pingar suores fedorentos, as velhas cachimbando com tristeza, as mães com filhos às costas, garotos raquíticos que nos observam e uma multidão de mendigos de todas as edades que nos assaltam (GALVÃO, 1929, p. 23).

Toda a variedade de gênero, de idade, de ações, fica restrita a uma maneira de captar: são “tipos da terra”. Reserva-se a possibilidade de gestos transformadores aos portugueses, aos brancos, aos que vêm de fora. Galvão acusa a superficialidade do comportamento dos portugueses, lamentando que eles não levem a bom termo a colonização como um processo de transformação. Sem ressalva, ele assinaria a concepção de colonização captada por Alfredo Bosi como:

[...] um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer (BOSI, 1993, p. 15).

A comparação com o colonialismo britânico leva-o a relevar precisamente a capacidade que os ingleses têm de transportar o seu patrimônio cultural e implementar mudanças nos lugares em que desembarcam. Seu desconforto, vê-se, não está associado à violência do sistema colonial, mas à sua ineficiência. Sua crítica envolve os agentes da colonização e os que deveriam zelar pelo seu cumprimento, ou seja, aqueles que são constantemente aludidos pela metonímia do Terreiro do Paço. A viagem a que foi forçado fazer, por ingerência desse poder que pouco sabe das terras que explora, surge-lhe como uma possibilidade de adquirir um saber que o vai distinguir.

Nos textos que escreve com base na experiência direta, a viagem seria uma forma de apresentar aos potenciais colonos a África que eles ainda não viram. Seduzido pela ideia de que os portugueses se tinham destacado na história da humanidade por mostrar “mundos ao mundo”, investia na possibilidade de fazer de sua narrativa uma espécie de viagem para mostrar a esse povo o mundo a que fizeram jus pelo destemor demonstrado. Mas se na sua perspectiva, a viagem deveria ser associada ao conhecimento, na literatura imperial mais frequentemente ela se restringia à celebração da gesta colonial.

O tema revelava-se fecundo e funcional ao projeto português na medida em que abria espaço ao processo de particularização de cada aventura sem colocar em causa a inteireza do império. Ao demonstrar as singularidades de cada “pedaço” de Portugal, alguns textos reafirmavam a sua

riqueza e insistiam na extraordinária capacidade de adaptação que distinguia esse povo destinado a civilizar aqueles ainda situados no pátio da barbárie. Dispensavam-se, contudo, da tarefa de conhecer e dar a conhecer esse mundo que, em tese, requeria sua intervenção.

Interpretando a diferença como uma questão temporal, isto é, entendendo, nas palavras de Pina Cabral (2007), “a alteridade” como “preteridade”, o olhar imperial limitava-se a legitimar a dominação. E defendia a integridade do território, insistindo na expressão “Do Minho ao Timor” como a palavra de ordem de um projeto do qual já se faziam notar os prenúncios da inviabilidade. Fechando-se ao mundo dos outros, ao universo dos habitantes das terras dominadas, esse repertório refratou qualquer hipótese de diálogo. Mais ainda, recusou-se a especular os abalos que a realidade começava a notificar. Com raras exceções, como é o caso da trilogia *Fogo*, de Agostinho Caramelo, dos primeiros anos da década de 1970, já depois da eclosão da guerra colonial, reproduziam-se nas publicações referentes às colônias os discursos baseados em uma “retórica da inocência”, definida por Franco Moretti (2003, p. 73) como “o maior truque da imaginação colonial”.

A partir dos anos 1940, Galvão entrou em forte colisão com o Estado Novo e manifestou sua ruptura em ações concretas como o sequestro no navio Santa Maria na famosa operação Dulcineia, em 1961. O afastamento, todavia, se havia iniciado bem antes e consolida-se na apresentação do “Relatório sobre o trabalho dos indígenas nas colônias” perante a Comissão das Colônias da Assembleia Nacional Portuguesa em 1947. Nesse trabalho, ele denunciava a falta de assistência aos trabalhadores, a inexistência de serviços de saúde nas colônias, a crueldade do regime de recrutamento de mão de obra que “em certo ponto de vista, a situação é mais grave do que a criada pela escravatura” (GALVÃO, 1947, p.131-132).

Mas o fato é que nem a sua dissensão relativamente ao projeto colonial libertou-o da dificuldade de enxergar a diferença. A publicação de *Antropófagos* (1947) indicia o anacronismo de um ponto de vista desconectado do desenvolvimento das Ciências Sociais no mundo. Alertando para o que se passava nos territórios da África Austral ocupados pelos ingleses, Pina-Cabral vê na edição de um livro como *Antropófagos*, em fins da década de 1940, a medida do descompasso. O que ocorria no Império Britânico na África indica o grau de diferença:

Aí a administração colonial estava a subsidiar o desenvolvimento de uma das mais brilhantes escolas antropológicas de toda a época moderna. Em 1946 – um ano antes, portanto, da publicação de *Antropófagos* – Max Gluckman consegue que o Colonial Social Science Research Council conceda uma bolsa a um jovem psicólogo social vindo do Natal para estudar “o conflito por relação à acção secular e ritual” (1965, p. v). numa zona a sul do lago Niassa, junto à fronteira com Moçambique (PINA-CABRAL, 2007, p.103).

Malgrado o empenho efetivo combinado à sua crença na urgência de profissionalizar o projeto que se realizava sob o compasso das trajetórias pessoais, fica claro o abismo na concepção do mundo dos colonizados. Outras indicações de seu enredamento encontramos em sua incursão pelo terreno da ficção, que, ao fim e ao cabo, não deixa de valorizar a similaridade. Em *O velo d’oiro*, já aqui referido, a tentação da analogia como modo de valorização do espaço, manifesta-se, traduzindo a incontornável dificuldade de trabalhar com a diferença. Ali, o narrador protagonista, como não era raro, lança-se na sua demanda, que pode ser sintetizada no binômio conforto e felicidade. Mesmo arrebatado pelo fascínio da natureza que lhe apresenta uma “África indumentada de grandes esplendores vegetais” (GALVÃO, 1948, p. 215), assume outra postura quando o foco é a cidade. Quando a paisagem urbana entra em causa, o que se vê é a medida europeia a balizar o objeto:

Se não fora a nota bizarra que davam os pretos, cruzando frequentemente a estrada ou espreitando curiosamente, por entre o capim, eu não poderia conceber que pertencesse à África aquela paisagem abençoada, onde sangravam telhados vermelhos do Minho e pastavam rebanhos suaves da Beira – tão diferente, tão diferente, eu tinha imaginado a África através das minhas fantasias (GALVÃO, 1948, p. 30).

Na valorização do modelo completamente decalcado da metrópole plasma-se a incapacidade de ver na alteridade a diferença, daí elevando-se tão somente uma aguda consciência da desigualdade que não poderia abrir qualquer brecha para a consideração de um padrão de exotismo que fosse além da natureza. A superioridade convicta interdita o dialogismo e mantém o grau de incomunicabilidade que faz do colonialismo um fato total como defendem autores já clássicos nos estudos do colonialismo.

Reiterando a posição de Said acerca das lutas pela geografia, nas obras de Galvão o espaço ergue-se como elemento de configuração de poder na dinâmica colonial e confirma o seu lugar de relevo na economia narrativa

da literatura colonial. É curioso perceber que embora preconizasse uma outra forma de relação com as colônias, investindo na viagem como um processo formador, ele não se consegue libertar dos condicionamentos de um ambiente limitador contra o qual ele próprio investe. Comprova esse comportamento a insistência com que ele descreve as terras do continente nelas valorizando o que há de Portugal ali, como se verifica em *Ronda de África*, por exemplo:

Paisagem pobre, sempre pobre – uma vez passados os cenários de monolitos. Pobres porque a natureza por aqui se descuidou e nela deixou, inadvertidamente, a marca de seu bocejo. Pobre e macerada porque os homens que governam este comboio, e outros que lhes consentem as iras, a martirizaram e continuam, regaladamente, martirizando.

Assentam-lhe bem, no entanto, uma virtude inegável a lançar a crédito do mesmo comboio – a série de povoados portugueses que se instalaram ao longo da via, e cujas gentes vêm à estação, trazer a sua presença ou os frutos do seu moirejar, assinalando um êxito de colonização étnica e uma vitória esplêndida do caminho de ferro.

[...]

Impossível não querer bem a este caminho de ferro, que criou vida e movimento na sua zona de influência, que animou os esforços (...) e que semeou generosamente cidades, vilas e aldeias que se chamam Nova Lisboa, Vouga, Bela Vista, Teixeira de Sousa, Silva Porto, Vila Luso, etc., etc. (GALVÃO, 1948, p. 8).

A citação um tanto longa mostrou-se necessária para percepção do fenômeno que se quer examinar. O efeito reduplicador aqui projeta-se inclusive na nomeação dos lugares, ou seja, o apreço pelo espelhamento penetra a linguagem. Não só não se toma em conta os nomes que já existiam, como se importa da metrópole a toponímia que deve remarcar a legitimidade da posse. Como se vê, a operação marca-se pela construção de um espaço como se do nada se partisse. Diante desse “vazio”, o colono coloca-se como um inaugurador, fazendo tábula rasa de tudo o que é anterior à sua chegada. A contrapartida pode estar apenas na sensação de vulnerabilidade diante da natureza, que, embora frequentemente vista como fonte de recursos, como um espaço potencial, ao mesmo tempo em que promete a riqueza ambicionada exhibe quadros de miséria.

Para Diego Marques, é na descrição do território ocupado que afloram elementos reveladores da complexidade da relação:

Até aqui vimos insistindo num tipo de descrição das “outras terras” que é, na verdade, um elemento de definição de um *self*, um termo delimitador desses sujeitos que na terra alheia vislumbraram um espaço aberto para a expansão das fronteiras pessoais (estabelecendo, é claro, um duplo com a expansão das fronteiras nacionais que se encerra nesse processo). Contudo, a paisagem outra é também, evidentemente, um elemento de construção do alterno – e não apenas porque seja física e claramente diversa, ela mesma, mas ainda porque ela se torna veículo pelo qual se acede, primeiramente, “ao que é *outro* no *Outro*” (MARQUES, 2012, p. 271).

Esse desconhecido é, via de regra, reificado, convertido ele próprio em parte da natureza, integrante da paisagem. Assim sendo, em tal repertório, os vetores da colonialidade associam-se à concepção do espaço a ser trabalhado como elemento gerador de sentidos, pois, como argumenta Francisco Noa:

[...] é o espaço que, no romance colonial, se institui quer como motivação da escrita – afinal trata-se da revelação de um mundo novo, uma espécie de continente-sombra por desvendar – quer como dimensão conformadora e desencadeadora das ações, das atitudes e dos movimentos interiores das personagens, das interações discursivas e mundividências, das temporalidades, das disposições cênicas, dos sentidos existenciais, das percepções e das sensações representadas etc. (NOA, 2002, p. 115).

Com efeito, na constituição desse elemento estrutural, projetam-se as contradições inerentes ao aparato das relações coloniais. De acordo com Pina-Cabral (2007), na lógica do sistema interfere o fenômeno da *agorafobia*, isto é, um jogo ambivalente que contrapõe o fascínio exercido pelo espaço agigantado, ao pavor que advém da dificuldade de sobre ele exercer o controle ambicionado. A isso se associa um procedimento muito comum: a fantasmagorização do colonizado, possibilitando uma ligação entre ameaça geográfica, ameaça simbólica e o poder político que urge ser praticado como modo de garantir a supremacia do invasor. Cabe assinalar que na perspectiva de Galvão a sedução terá um lugar. Encantava-o, sem dúvida, a grandiosidade do espaço; e ele não escondia certo arrebatamento pela inesgotabilidade do material que se desenhava diante de seus olhos. Os livros sobre os animais e sobre a caça testemunham o interesse e o desejo de compreensão desse universo que era preciso ter sob controle.

Essa obsessão expandia-se para a ficção, cujo exercício funcionava também como um ato de ocupação. Mas nem mesmo o desejo de análise e a

dose de fantasia que dimensionam a natureza do romance puderam promover a superação dos limites que estruturavam a sociedade colonial. Em síntese, a leitura crítica da implementação do projeto colonial de seu país não bastou para que Henrique Galvão avançasse muito na construção de um saber colonial consistente. Seu empenho acaba por submergir em um quadro em que a distância entre os universos do colonizador e do colonizado e a enorme dificuldade de se estabelecer pontes a partir do conhecimento determinaram a supremacia da fé como energia mediadora das relações.

O compromisso histórico era vencido por um hipotético sentido de missão, o que significava sobrepor a instrumentalização da crença religiosa à formação do conhecimento centrado na prática da pesquisa e no exercício da linguagem. Em seu próprio percurso assomam sinais de contradições que, combinadas à marca da precariedade, dão indicação da fragilidade de um projeto que não poderia sobreviver aos impasses que ele próprio criou.

Ressalvado o seu esforço, o desassombrado militar e o insistente militante da empreitada colonial não conseguem fazer frente ao império do imprevisto. Possivelmente a falta de interlocução e o conseqüente isolamento a que se viu condenado foram fatores determinantes para a inviabilidade do projeto defendido por Galvão. Desse modo, arriscamos a dizer que a formação associada à viagem e a vitória dos colonos representada em seus romances não conseguem se projetar na realidade imperial portuguesa. O investimento na representação não se mostra produtivo. Sua batalha com a geografia é limitada, mesmo no confronto com uma visão de império incapaz de se sustentar. Como, para além do mundo da escrita, a História viria demonstrar.

Referências

- ACHEBE, Chinua. *A educação de uma criança sob o protetorado britânico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BALANDIER, Georges. *A noção de situação colonial*. Cadernos de Campo: revista do programa de pós-graduação em antropologia da USP, São Paulo, ano 3, n. 3, 1993.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BRUMANA, Fernando Giobellina. *O sonho dogon: nas origens da etnologia francesa*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.
- GALVÃO, Henrique. Antropófagos. *Jornal de Notícias*, Lisboa, 1947. Editorial.
- GALVÃO, Henrique. *Em terra de pretos*. Lisboa: Edição do Autor, 1929.
- GALVÃO, Henrique. *O velo d'oiro*. 3. ed. Lisboa: Liv. Popular, 1936.
- GALVÃO, Henrique. *Outras terras, outras gentes: viagens na África Portuguesa: 25000 km em Angola*. Lisboa: Liv. Popular, 1942.
- GALVÃO, Henrique. Ronda de África. *Jornal de Notícias*, Lisboa, 1948. Editorial.
- LOURENÇO, Eduardo. *Do colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014.
- MARQUES, Diego. *O carvalho e a mulemba: Angola na narrativa colonial portuguesa*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2012.
- MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MOURALIS, Bernard. *As contraliteraturas*. Coimbra: Almedina, 1982.
- MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MOTA, Francisco Teixeira da. *Henrique Galvão: um herói português*. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.
- NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho, 2002.
- OLIVEIRA, José Osório de. *Geografia Literária*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.
- PINA-CABRAL, João de. Galvão na terra dos canibais: a constituição emocional do poder colonial. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SUBIRATIS, Eduardo. O mundo, todo e uno. In: NOVAES, Aduato (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

O marketing político no Brasil: da consolidação ao desafio das redes sociais

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia e Antropologia e bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. Especialista em Pensamento Social e Político no Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atua principalmente nas seguintes áreas: Teoria Sociológica e Teoria Antropológica, Teorias da Modernidade, Meios de Comunicação a Distância, Antropologia e Sociologia Urbana, Sociologia da Violência e as relações entre Estado e populações periféricas no Rio de Janeiro.

Resumo

O artigo trata do marketing político no Brasil, as condições do surgimento da atividade e de seus especialistas, sua consolidação nas décadas de 1980 e 1990 (sem deixar de explorar o “fenômeno” Collor) e os desafios que se apresentam a essa atividade na metade da segunda década do século XXI (especialmente as redes sociais). Entendendo, a partir de Castells, o marketing político como uma expressão da crise das democracias representativas contemporâneas, argumenta que apenas se tal crise for superada tal expressão se transformará e/ou desaparecerá.

Palavras-chave: Marketing político. Redes sociais. Marqueteiros. Democracia representativa. Brasil.

Abstract

The paper addresses the political marketing in Brazil, the conditions for its emergence, the consolidation in 80s e 90s (with special mention to Collor case) and the defies that faces this activity in the middle of the second decade of XXI siècle (specially the social networks). Understanding – according Castells – political marketing as a reflection of the crisis of the contemporary representative democracy, argue that unless this crisis be surpassed this expression will disappear or will be transformed substantially.

Keywords: Political marketing. Social networks. Marketeers. Representative democracy. Brazil.

Introdução

O marketing político¹ tem suas origens no Brasil na década de 1960, mas só se consolida como atividade significativa na década de 1980, concomitantemente à redemocratização pós-regime militar, instaurado em 1964. Trata-se de uma forma específica de relação entre os líderes políticos e partidários e seus eleitores ou seguidores que para se consolidar necessita do surgimento de um grupo de especialistas – os marqueteiros – capazes de fazer a mediação com o mercado eleitoral. Esse mercado eleitoral é um constructo levado a cabo pelos próprios marqueteiros que afirmam serem eles mesmos os mais qualificados para lidar com a opinião pública e com as transformações na comunicação política derivadas da introdução e generalização da televisão.²

A origem do marketing político no Brasil está relacionada a uma configuração específica que se desenvolveu a partir dos anos 1960, articulando meios de comunicação a distância (com a televisão à frente), o surgimento de uma opinião pública tal como conformada pelos institutos de pesquisa de opinião e especialistas de novo tipo.

O marketing político funciona como um “lugar-dito ideal” (BOLTANSKI, 1982, p. 36)³ para a aglutinação de uma série de especialistas, detentores dos mais diversos tipos de “saber fazer” – os marqueteiros. Estes especialistas estão situados em uma espécie de fronteira móvel na qual competem entre si para mostrar-se efetivos a todos aqueles que pretendem se tornar representantes eleitos institucionalmente, seja para cargos executivos, parlamentos ou clubes de futebol: assessores, publicitários, jornalistas, cientistas políticos, consultores diversos, especialistas em opinião pública, especialistas no discurso (a fala do candidato), produtores de televisão, etc.

A questão central que mobiliza este artigo pode ser assim sintetizada: as transformações derivadas do surgimento do capitalismo informacional e da sociedade em rede (CASTELLS, 1999, 2002a, 2002b, 2004) com todas as suas consequências sobre as esferas social, cultural e política afetam o marketing político em que sentido? O marketing político e os marqueteiros mantêm-se importantes na cena política contemporânea ou estão em via de desaparecimento na segunda década do século XXI?

Escrevendo em meados da década de 1990, Castells argumentava que as formas organizacionais e estratégias políticas da era industrial tinham se tornado politicamente obsoletas; tendo sua autonomia crescentemente tolhida pelos fluxos de informação dos quais passaram a depender (CASTELLS, 2002b, p. 368).

Uma forte crise estaria tomando conta das democracias ocidentais, expressando-se sobretudo na perda de representatividade dos partidos políticos e dos processos eleitorais (CASTELLS, 2002b, p. 401-408). Uma das estratégias de atualização da política que desde então estaria sujeita aos recursos tecnológicos e interesses da mídia seria o marketing político, que estaria transformando a política em um *showbiz* e conduzindo a uma simplificação extrema das mensagens e dos debates políticos (CASTELLS, 2002b, p. 374-381).

Estratégias de reconstrução da democracia estariam relacionadas, ainda para Castells: 1) à recriação do Estado e da democracia locais (a partir da participação dos cidadãos e da descentralização); 2) ao aprimoramento das formas de participação política e comunicação horizontal entre os cidadãos permitida pelas novas tecnologias e pelo computador; 3) ao desenvolvimento da política simbólica bem como da mobilização política em torno de causas “não políticas”, via eletrônica ou por outros meios (CASTELLS, 2002b, p. 408-412).

A partir do início do século XXI, e mais ainda de sua segunda década, o marketing político e o mercado eleitoral, que lhe é correlato, começam a sofrer a concorrência de novas tecnologias da comunicação política derivadas do uso intensivo da internet e das chamadas redes sociais (das quais os principais representantes no Brasil atualmente são o *Facebook*, o *Twitter*, o *Myspace*, o *LinkedIn*, o *Flickr* e o *Orkut*). Tais redes permitem aquilo que Castells chamou de comunicação de massas individual.⁴ Elas possuem o potencial de questionar a verticalização do processo político e também, portanto, o papel dos mediadores (como os marqueteiros, por exemplo).

Além dessa introdução o artigo possui mais três partes. Na primeira e na segunda discorrerei sobre o marketing político na década de 1980 e, especificamente, sobre a trajetória de Fernando Collor de Mello. Desse modo apresentarei algumas das formas características e personagens mais importantes dessa atividade no cenário brasileiro no momento de

sua expansão e consolidação. Utilizarei para isso um material diversificado: entrevistas que realizei com profissionais que atuaram na época, jornais, revistas especializadas em marketing e política, textos dos próprios especialistas em marketing político, além da bibliografia histórica e social pertinente. Na terceira e última parte farei algumas considerações acerca da hipótese da perda da importância e/ou desaparecimento do marketing político, bem como suas transformações recentes em relação à chamada crise da democracia representativa.

O marketing político durante a década de 1980

A década de 1980 foi aquela na qual os especialistas em marketing político se afirmaram, passando a frequentar os jornais, a televisão e as declarações, elogios e acusações dos participantes das disputas políticas pela representação. Nos anos 1990 vimos a consolidação e capilarização do marketing político das grandes metrópoles e grandes centros para as cidades médias e pequenas, ao mesmo tempo em que cresceu o número de especialistas e sua articulação.⁵

É tentador ver nas iniciativas publicitárias em torno de candidatos em épocas anteriores expressões do marketing político. O processo de mercantilização da política nos anos 1960 é, no entanto, incompleto, na medida em que dois elementos centrais – a generalização da televisão e da opinião pública – ainda não tinham se desenvolvido o bastante para gerar as mudanças qualitativas posteriores.

A noção de mercado eleitoral pretende ser um elemento de ruptura para com práticas políticas anteriores, tidas pelos marqueteiros como tradicionais. Tal mercado eleitoral é resultado dos esforços envidados no sentido da construção de formas de organização social que correspondem aos interesses dos marqueteiros – vínculos específicos entre os representantes e os representados. Não se trata, portanto, do mesmo mercado eleitoral que constrói, por exemplo, o clientelismo.

Embora um marketing político não tenha se consolidado durante o regime militar e apesar de a maior parte desses especialistas, que então se lançavam a um novo mercado, não tenha exercido atividades de cunho político-partidário, é importante perceber que foram imprimidos grandes esforços propagandísticos e publicitários para se obter suporte popular.

Entre esses esforços um dos mais importantes foi, com certeza, o estabelecimento de uma comunicação de massa a partir dos meios de comunicação a distância. Tratava-se não só da expansão de um sistema de comunicações audiovisuais em plano nacional, o que foi alcançado com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1967, mas da propaganda massiva que o governo fazia a partir da censura dos meios de comunicação (especialmente após 1968). Articulou-se uma engrenagem sofisticada entre a comunicação e a repressão estabelecendo-se aquilo que Maria Weber chamou muito adequadamente de “redes estratégicas de comunicação e coerção” (WEBER, 1994, p. 25).

O fim do regime militar foi precedido por muita mobilização popular, na campanha que ficou conhecida como “Diretas Já”, ao longo de 1984. Tratava-se de um amplo movimento cujo objetivo era pressionar o Congresso Eleitoral a aprovar a emenda constitucional que visava restabelecer as eleições do presidente da República diretamente pelo eleitorado e eliminar a figura do Colégio Eleitoral, responsável pela escolha dos generais-presidentes. Nas principais capitais do país, milhares de cidadãos foram às ruas para exigir eleições diretas para presidente.

Ficou notório o descaso com que os principais meios de comunicação do país, com a Rede Globo e suas afiliadas à frente, trataram aquela campanha. Apenas quando ocorreu o último comício popular, no Rio de Janeiro, contando com mais de um milhão de participantes – e sobre o qual o presidente Figueiredo declarou que, se estivesse no Rio, seria o milionésimo primeiro – a Globo decidiu dar cobertura ao evento.

À medida, entretanto, que o pêndulo do poder se deslocava no sentido do fim da ditadura, a Rede Globo tratou de legitimar-se como uma inesperada protagonista da oposição aos remanescentes do regime, ajudando a articular a aliança em torno de Tancredo Neves e a Nova República (GUIMARÃES; VIEIRA, 1985).

Quando começou a ficar clara a impossibilidade de se conquistar as eleições diretas, Tancredo Neves e um grupo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), aliado à dissidência que surgira no Partido Democrático Social (PDS), resolveram viabilizar uma alternativa por dentro do Colégio Eleitoral. A campanha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral envidou não só sofisticados acordos e alianças políticas, mas

também todo um esforço de comunicação com a população que encontrou um sólido apoio nos especialistas em publicidade e marketing político. Formou-se um *pool* de agências de publicidade coordenadas por um marqueteiro de São Paulo.

Ao analisar a “reinvenção do otimismo” durante o regime militar, como um momento privilegiado para o estudo de uma tendência de longa duração no Brasil, a saber, a construção de uma visão otimista sobre o país, Carlos Fico se refere assim à questão:

[...] as experiências com João Figueiredo prenunciavam algumas mudanças no tratamento técnico do marketing político. Mudanças que seriam ditadas não só pelos novos marcos simbólicos instaurados pela Campanha das Diretas e pelo movimento de apoio à candidatura de Tancredo Neves, mas também pela urgência em renovar as imagens carregadas e gastas da ditadura. Não foi casual, portanto, que uma das atitudes mais festejadas do presidente eleito Tancredo Neves tenha sido a série de sete entrevistas coletivas que concedeu em apenas dois meses. Trata-se, evidentemente, de uma valorização da aparição pública, em contraposição ao ocultamento dos militares, que mal falavam. Novas estratégias passaram a ser usadas, em geral através de marketing realmente estudado, mas também em função do clima de euforia que estimularia as promessas do “Brasil do futuro”, como na época do cruzado (FICO, 1997, p. 69).

O governo Sarney iniciou embalado pelas expectativas positivas geradas pela Nova República. Ao longo de seu mandato essas expectativas cresceram de intensidade quando da criação do Plano Cruzado que, entre outras coisas, em virtude de um controle temporário do processo inflacionário, permitiu a eleição de vinte e um dos vinte dois governadores do país pelo PMDB, partido ao qual Sarney se filiara.

A campanha aos governos de estado em 1982 reveste-se de particular importância para a consolidação do marketing político no Brasil. Vale a pena observar alguns desenvolvimentos daquela campanha eleitoral. Como o material é muito vasto e espalhado nacionalmente, restringirei minhas observações ao estado do Rio de Janeiro. Não posso deixar de observar no entanto que outro marco importante para a aglutinação dos marqueteiros foi a campanha de Franco Montoro ao governo do estado de São Paulo em 1982.

No Rio de Janeiro ocorreu uma intensa luta entre Miro Teixeira, pelo PMDB, Moreira Franco, pelo PDS, Sandra Cavalcanti, pelo Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB), e Leonel Brizola, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), que, como sabemos, acabou vencedor. Moreira Franco contava com um forte esquema publicitário, de pesquisas e de marketing,⁶ mas não só ele. Miro Teixeira também contou com assessores de comunicação e mídia, assim como Leonel Brizola e Sandra Cavalcanti.

Assim é que uma verdadeira guerra pela televisão se instalou já no início de agosto. No primeiro dia desse mês, por exemplo, *O Jornal do Brasil* noticiava em sua primeira página que:

A guerra de propaganda que os candidatos do PDS e do PMDB, Moreira Franco e Miro Teixeira, travam, há um mês, pela televisão, já envolve espionagem, segundo admitiu um parlamentar peemedebista. Moreira veiculou um novo anúncio, com críticas a Chagas e a Miro. O candidato do PMDB, que teve acesso ao spot adversário, preparou logo a sua resposta. Moreira aponta Miro, na sua nova peça de propaganda, como herdeiro de Chagas. Miro respondeu com críticas diretas ao governo federal e ao sistema de poder revolucionário, usando artistas e intelectuais que o apoiam (JORNAL DO BRASIL, 1/8/1982, p. 1).

Os debates eleitorais na televisão foram um ponto alto naquela eleição. Muitos comentadores e analistas políticos, além de diversos militantes partidários, creditam a vitória de Brizola a sua performance naqueles debates. É claro que tal interpretação é unilateral. A utilização da autoridade dos novos especialistas na opinião pública é clara. Uma grande manchete na primeira página do *Jornal do Brasil* em 8/10/1982 afirmava: “IBOPE apura que Moreira venceu debate na televisão: Moreira: 24 por cento, Miro: 21,3 por cento, Sandra e Brizola: 20 por cento, Lysâneas: 6 por cento”. Sob a manchete, uma foto ocupa um terço da primeira página mostrando Brizola e Miro, ambos fazendo gestos largos, e a legenda: “Moreira Franco, de terno, tirou vantagem do fato de não se envolver nos debates acalorados que Miro e Brizola travaram” (JORNAL DO BRASIL, 8/10/1982).

Aparecer de terno, ser “comedido” e “sério” parecem, assim, condições ligadas a certa performance e a uma determinada forma de apresentação de si que se mostravam então adequadas ao imaginário e aos interesses dos marqueteiros.

A candidatura de Leonel Brizola era evidentemente um enorme empecilho aos projetos dos militares de abertura lenta, gradual e restrita. A

perda da legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para Ivete Vargas, sigla que lhe era histórica e simbolicamente tão importante em função de seu passado ao lado de Getúlio Vargas e João Goulart, foi um forte golpe. Brizola organizou então o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em larga medida em torno de sua figura carismática.

A estrutura da campanha de Brizola – em termos de profissionalização e organização – era muito débil, sendo em grande parte compensada pelo enorme carisma do líder, assim como uma série de estratégias criativas do ponto de vista da “política promocional” que está em consolidação. Como lembra Sento-Sé, ao falar das eleições de 1982:

[...] O PDT lança como candidatos personalidades que nada tinham a ver com a política profissional. Era gente como o líder indígena Mário Juruna e o cantor popular Aguinaldo Timóteo. [...] A apresentação de pessoas com forte apelo popular e que constituíram sua trajetória pública fora da política institucional sublinhava o compromisso do partido com esta nova visão da atividade política (SENTO-SÉ, 1999, p. 224).

À medida que a campanha avançava e a candidatura de Sandra Cavalcanti, primeiro, e Miro Teixeira, depois, se mostravam, ao menos de acordo com as pesquisas de opinião à época, incapazes de conter o crescimento da candidatura de Brizola, o governo federal tornou a campanha de Moreira Franco o desaguadouro de suas esperanças. O governo federal não se fez presente apenas na pessoa do presidente Figueiredo (que esteve no Rio dando seu apoio ao candidato), mas também em termos de apoio material: obras e inaugurações passaram a fazer parte do calendário de campanha.

Os marqueteiros, com Medina à frente, alegam que entraram tardiamente na campanha: “Se tivéssemos mais uma semana, talvez alguns dias, venceríamos aquela eleição”.⁷ Alegam ter sido a campanha de Moreira Franco “vitoriosa” na medida em que um dos objetivos estabelecidos, a saber, projetar o nome de Franco como uma das maiores lideranças do estado, foi alcançado.

Os marqueteiros ainda vão além, ao sustentar que a vitória de Moreira Franco em 1986 só foi possível depois do “sucesso” de 1982. Uma vez descontextualizada de suas injunções político-partidárias, ideológicas e culturais mais amplas, a vitória de 1986 pôde ser assim retratada por três de seus especialistas:

Quando, o então jovem, Moreira Franco deixou a prefeitura de Niterói para tentar voos mais altos, talvez se imaginasse batalhando durante muitos anos em tortuosos caminhos, repletos de negociações políticas, até tornar-se um grande líder de expressão nacional. Em apenas quatro anos, Moreira tornou-se a principal liderança no Estado, ao lado do Governador Leonel Brizola, talvez o único capaz de enfrentar e derrotar o popular político gaúcho. O caminho não foi longo, nem tortuoso, tampouco político. O combustível da rápida ascensão de Moreira foi apenas um: o marketing eleitoral aplicado de forma coordenada, em duas campanhas consecutivas, com o objetivo único de chegar ao palácio Guanabara. Uma autêntica campanha eleitoral em dois estágios (GRANDI; MARINS; FALCÃO, 1992, p. 151).

Collor e a campanha presidencial de 1989

Outro momento central na afirmação do marketing político no Brasil foi a campanha presidencial de 1989. Diversos especialistas com quem pude conversar se referiram à importância daquele processo e a centralidade que Collor conferiu as técnicas mercadológicas. Alguns textos produzidos pelos marqueteiros se debruçam sobre o tema, e boa parte daqueles que fazem a divulgação da atividade citam a campanha de Collor como resultado desse amadurecimento das relações entre mídia e política (FIGUEIREDO, 1990, 1994; RICHERS, 1991).

O sucesso da campanha presidencial de Collor em 1989 sinalizou, para setores formadores de opinião, mas também para amplas massas, a emergência do marketing político como um dos elementos centrais à nova forma de se fazer política no Brasil.

Fernando Affonso Collor de Melo nasceu no Rio de Janeiro e era herdeiro de uma família que há duas gerações pertencia às elites políticas do país. A partir da força política de seu pai (que fizera um acordo com o grupo de Divaldo Suruagy, um dos cardeais que controlava a máquina da Arena no estado) foi indicado, em 1979, prefeito de Maceió (LEMOS, 1984).

Em 1982 foi candidato a deputado federal por Alagoas na legenda do Partido Democrático Social (PDS). Foi apoiado financeiramente pelos usineiros do estado, sendo os recursos da campanha administrados pelo seu amigo Paulo César Farias, o famoso PC Farias. Foi eleito o deputado federal mais votado do estado. Já nessa campanha contratou os serviços de

uma agência de publicidade que viria a dar muito o que falar em termos do marketing político: a DM-9, do baiano Duda Mendonça (MARKETING, 1987, p. 27).

No final do regime militar, Collor votou a favor da emenda Dante de Oliveira pelas eleições diretas. Após a derrota da emenda, no Colégio Eleitoral, Collor votou, no entanto, em Paulo Maluf, o candidato dos militares.

Em 1986, Collor resolveu se candidatar ao governo do estado de Alagoas e, para tal, se utilizou mais uma vez dos serviços de Duda Mendonça. O relato feito pela DM-9 da campanha afirma que “as primeiras pesquisas, muito antes da convenção e sequer da definição da candidatura Collor, deixavam transparecer que as imagens acima mencionadas seriam um osso duro de roer” (MARKETING, 1987, p. 26). A DM-9 procurou, então, “recuperar a imagem de Collor”, argumentando que este tinha votado em Maluf por uma questão de fidelidade ao partido. Collor seria, no entanto, argumentava a campanha da DM-9, muito mais identificado com as plataformas da oposição do que com o regime militar, o que se comprovaria ainda em sua mudança para o PMDB, pelo qual vinha candidato.

Tal trabalho de “recuperação da imagem” teria alcançado seus resultados e o então pré-candidato subiu nas pesquisas o suficiente para o PMDB resolver encampar sua candidatura na convenção estadual.

O trabalho da DM-9 foi intenso, especialmente com o início do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Uma equipe de televisão e uma ilha de edição completas foram então deslocadas para a capital alagoana, com imagens sendo produzidas e transmitidas muitas vezes diretamente dos locais onde o candidato fazia campanha.

Em suas aparições frente ao eleitorado e à televisão, Collor encarnava um estilo enérgico e messiânico, alternando denúncias contra os marajás e contra a corrupção, com a promessa de que “um novo tempo vai começar”. Incorporou a sua campanha em diversos momentos a figura de frei Damião, religioso de grande influência nos sertões nordestinos. Pouco antes das eleições um avião saiu jogando dois milhões de santinhos com as imagens de Collor e frei Damião abraçados.

A forma como Collor construiu a temática dos marajás também ajuda a exemplificar seu estilo de fazer política. Apesar de ser um dos estados mais pobres do país, Alagoas tinha, em sua folha de pagamento, servido-

res – chamados de marajás – que recebiam vencimentos superiores aos dos ministros. Collor tornou os marajás seus grandes inimigos, apresentando como um dos eixos de sua campanha a correção das distorções salariais na folha de pagamentos do estado.

Durante seu governo em Alagoas, Collor tratou de se manter em evidência na mídia nacional, projetando suas ações para fora do estado (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 21-24). No plano nacional, apresentou-se como opositor intransigente do presidente José Sarney (1985-1990). Quando a Assembleia Constituinte (1987-1988) discutiu a duração do mandato de Sarney, Collor discordou da posição de todos os vinte e um governadores de seu partido, o PMDB, defendendo quatro anos de mandato e não cinco. Em nota separada, defendeu um mandato de quatro anos para o então presidente. Esse episódio lhe rendeu posteriormente muitos dividendos eleitorais, que cresciam na medida da impopularidade crescente de Sarney após o fracasso do Plano Cruzado.

Uma personagem histórica complexa como Collor não pode ser analisada a partir de simplificações. Filho, herdeiro e aliado das oligarquias nordestinas elege, ao mesmo tempo, setores dessas oligarquias em Alagoas como seus inimigos na batalha pela opinião pública nacional. Isso foi possível porque os usineiros do estado – que apoiaram maciçamente seu adversário Guilherme Palmeira – tinham uma dívida de 140 milhões de dólares com o Banco do Estado de Alagoas (Produban). Collor anunciava nas cadeias de rádio e televisão que estava cobrando a dívida dos usineiros com grande energia.

Quando sua candidatura à presidência já se apresentava como uma possibilidade, no início de 1989, no entanto, ele fez um acordo com esses mesmos usineiros perdendo suas dívidas (o que depois foi anulado pela justiça). Seus adversários acusaram a utilização de um intermediário na negociação com os usineiros – que teria sido Paulo César Farias, o PC – com a missão de recolher vinte por cento do valor dos mais de sessenta milhões de dólares que estavam para vencer para a caixa de sua campanha presidencial.

O sucesso da campanha presidencial de Collor não deve, obviamente, ser creditado unicamente ao marketing político. Existiu todo um conjunto de valores e atitudes mais amplas que contribuíram para a vitória, e

esses valores e atitudes ainda estão por ser explorados. Uma análise mais objetiva do marketing político não permite que aceitemos suas pretensões à centralidade de maneira acrítica.

Um poderoso e custoso esquema de marketing político foi montado para dar assessoria e gerenciar a campanha a presidente de Collor em 1989. Foram contratados publicitários, marqueteiros, especialistas em opinião pública, agências de publicidade, jornalistas, etc.

O cientista político Marcos Antônio Coimbra era uma peça chave nesse esquema. Dono da Vóx Populi, um instituto de pesquisas de opinião sediado em Belo Horizonte, chegou a realizar pesquisas diárias na reta final da campanha. A partir da Vóx Populi foi contratada também uma grande agência de publicidade mineira, a Setembro Propaganda, de propriedade de Almir Sales. Existia ainda uma assessoria específica de informática (a empresa Cap-Software, de propriedade de Álvaro Lins Filho) e uma consultoria econômica (a ZLC, que tinha como uma de suas sócias a professora da USP Zélia Cardoso de Mello, futura ministra da Fazenda do governo Collor). À medida que a campanha crescia, a estrutura de apoio nos estados também se profissionalizava.

Dois marqueteiros com quem pude estabelecer contato disseram ter participado de encontros com o candidato Collor, a pedido deste, que gostaria de ouvir sempre a opinião de muitos especialistas. Nos últimos quinze dias, críticos do segundo turno da campanha – o adversário Lula vinha crescendo diariamente, diminuindo perigosamente a vantagem de Collor nas pesquisas de opinião – ainda foram contratados os serviços de Chico Santa Rita, da TVT. Este último afirma ter tido participação decisiva no famoso episódio da presença da ex-mulher de Lula, Miriam, na campanha presidencial de 1989.

Uma eficiente estratégia de costura com pequenas siglas partidárias garantiu a presença de Collor nos programas gratuitos de televisão que os partidos políticos têm fora dos períodos de campanha, de acordo com a legislação eleitoral. Isso aconteceu em um momento crucial, entre março e maio de 1989, quando os setores conservadores – e mesmo de centro – não tinham nenhum outro candidato viável e estavam assustados com a possibilidade de eleição de Lula ou Brizola, líderes nas pesquisas de opinião à época.

Assim, ele apareceu como o protagonista principal dos programas do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em 30 de março, do Partido Trabalhista Renovador (PTR), em 27 de abril, e do Partido Social Cristão (PSC), em 18 de maio. Invariavelmente, atacou Sarney e os “coronéis” que dominavam a política, os marajás, e a “crise moral” do país, apresentando-se como o único candidato capaz de resolver os problemas brasileiros.

Uma semana após o primeiro programa, as pesquisas de opinião o apontavam como líder. Após o último programa ele já tinha uma considerável margem de distância sobre seus adversários. É claro que não estou sugerindo que tal vantagem é resultado exclusivamente dos programas eleitorais. Isso seria contrário a um de meus argumentos centrais, a saber, entender o marketing político como um dos elementos importantes na reconfiguração do cenário político e representativo que ocorre com grande velocidade desde a década de 1960 do século passado. Dito isto, podemos ver aquelas pesquisas como extremamente importantes na medida em que souberam apresentar Collor como uma “novidade” que era ansiada por muitos.

Diversos grupos de especialistas em marketing político e consultoria política, espalhados pelo país, estavam chegando a conclusões semelhantes quanto ao perfil ansiado pelos eleitores. Ney Figueiredo, diretor do Centro de Pesquisa, Análise e Comunicação (CEPAC) e um dos maiores especialistas em marketing político do Brasil, coordenou – no final de 1988 e início de 1989 – uma pesquisa para analisar os rumos da sucessão presidencial. A pesquisa foi chamada de “Projeto Leader” e tinha como objetivo traçar o perfil do candidato à presidência da República desejado pelo eleitorado e analisar, entre os candidatos cogitados, qual deles mais se adequava a tal perfil.

Em mais um exemplo da teia de relações que os marqueteiros estabelecem com os agentes envolvidos na produção e difusão dos meios de comunicação a distância, o “Projeto Leader” foi apresentado e discutido por quatro profissionais da imprensa brasileira: Boris Casoy, Oliveiros S. Ferreira, Ricardo Noblat e André Singer, que receberam as pesquisas de opinião (quantitativas e qualitativas) e analisaram os resultados. Eles concluíram então que o candidato deveria apresentar as seguintes características: a) retórica populista, capaz de identificar problemas populares; b) personalidade honesta e competente, com ideias novas e soluções inovadoras; c) candidato “novo”, sem caracterizar-se como um político

tradicional; d) candidato não associado à Nova República; e) candidato voltado para questões relativas à justiça social, que demonstrasse comportamento ético correto, com certos traços moralistas (GRANDI; MARINS; FALCÃO, 1992, p. 32-35).

A partir dos programas de televisão, a candidatura de Collor se apresentou, portanto, como uma alternativa “viável”. Seu crescimento desde então foi tanto o resultado de uma estratégia bem-sucedida de marketing político quanto a expressão de transformações mais amplas na forma como se faz a política no Brasil contemporâneo.

Sucessivamente, diversos grupos das elites foram aderindo a Collor e ampliando sua campanha, não só em termos das possibilidades financeiras como também – no caso da adesão das elites político-partidárias – em termos do acesso a bases eleitorais fundamentais nos estados do Sul-Sudeste e, em especial, São Paulo e Rio de Janeiro.

O resultado da eleição presidencial de 1989 foi que Collor ganhou o primeiro turno, mas não teve os mais de cinquenta por cento necessários à vitória naquela etapa. Após uma acirradíssima disputa, Lula ultrapassou Brizola e se tornou o adversário derrotado por Collor no segundo turno.

Durante o segundo turno, Collor chamou seu adversário de incendiário, acusando o PT de estar disposto a tomar o poder pela luta armada, se fosse preciso. Tornou-se crescentemente conservador em suas agressões, chamando Lula de um “ateu comunista”, sem os valores morais necessários a um presidente.

Os dois debates na televisão entre os candidatos foram muito importantes para a definição do resultado. Os analistas políticos e jornalistas que na ocasião apresentaram suas opiniões acreditam que Lula foi melhor no primeiro debate. Já no segundo debate, a julgar pelos mesmos comentaristas, Collor teria sido amplamente vitorioso.

Nos últimos dias de campanha a ex-mulher de Lula, Miriam, apareceu no programa eleitoral televisivo, do segundo turno, para acusar Lula. Miriam afirmou, no programa de Collor, que Lula teria lhe oferecido dinheiro para um aborto quando ela ficou grávida da filha de ambos. Posteriormente a filha de Miriam com Lula, Luriam, foi contatada pela campanha de Lula para retificar o que teria ocorrido. No entanto, o estrago já estava feito.

Uma jornalista que participava da elaboração do programa eleitoral de Collor na TV, Maria Helena Amaral, se desligou da campanha em seguida a esse episódio. Ela acusou o irmão mais velho de Collor, Leopoldo, de ter comprado o depoimento de Miriam por duzentos mil cruzados novos. Essa versão, no entanto, contrasta com a que apresentou um marqueteiro envolvido no mesmo episódio (Chico Santa Rita, responsável pela coordenação do programa de TV de Collor no segundo turno). Para Santa Rita, o depoimento de Miriam teria sido “verdadeiro”.⁸

Não cabe dedicar mais espaço ao personagem Fernando Collor de Mello. Também o seu curto mandato, ao qual se seguiu, como sabemos, seu *impeachment*, foi caracterizado pela utilização intensa do marketing político. Ele sinaliza um novo momento no qual o marketing político se torna amplamente reconhecido como parte da política contemporânea.

O século XXI e a política na era das redes sociais

Poderá o marketing político – um arranjo particular das formas de se fazer política influenciadas pelos novos meios de comunicação (com a televisão à frente, inicialmente) e pela criação de uma opinião pública conformada por institutos de pesquisa – manter-se importante frente às transformações recentes derivadas da expansão da internet e da consolidação das chamadas redes sociais?

Em primeiro lugar é importante ampliar a questão e entender que todos os processos de mediação social, virtualmente todos, estão sendo profundamente transformados pela internet e as redes sociais. O processo educativo como tal (formas institucionalizadas ou não de transmitir saberes, crenças e valores) está sendo reestruturado, com efeitos que se espalham para a sociedade como um todo.

Não se pretende aqui nenhuma espécie de futurologia – exercício para o qual as Ciências Sociais já se mostraram absolutamente incapazes. As Ciências Sociais e a História nos ensinam que as grandes transformações não ocorrem da noite para o dia – no que pese as representações populares da História enfatizarem datas e personagens singulares. Ao contrário, processos de curso mais longo e duradouro – os processos de transição social – possibilitam tais transformações, modelando o novo e o velho. O mais provável é que adentremos um período de transição no qual as

relações face a face e as relações medidas pela comunicação digital coexistirão por algum tempo, com tensões e complementaridades.⁹

Em segundo lugar o marketing político não pode ser alçado à razão da crise das democracias ocidentais, o que seria, evidentemente, exagerado. Se considerarmos o marketing político como uma expressão da crise das democracias ocidentais, a lógica ensina que apenas a partir do momento em que a crise seja resolvida podemos esperar que sua expressão se transforme ou desapareça.

As críticas à representação política e à democracia representativa contêm uma série de elementos válidos e instigantes. A tendência ao descolamento entre o representante e seus representados, a esclerose progressiva e cíclica das organizações (que Michels já diagnosticara em 1911, naquela que veio a se tornar conhecida como a lei de ferro das oligarquias e que tem consequências agudas sobre os partidos políticos), a hipertrofia do executivo (no caso brasileiro), o caráter plutocrático das eleições e da atuação partidária são algumas das críticas mais comuns e pertinentes. Isso não pode nos cegar quanto ao dado maior da experiência que possuímos: a ação ou participação direta falharam em suas tentativas.

A complexificação crescente das sociedades humanas (crescimento demográfico, urbanização e progressiva preponderância da ciência, da tecnologia e das comunicações) demanda a representação e formas de contato e interlocução ágeis com os eleitores. É claro que experiências locais, algumas bem-sucedidas existiram, existem e poderiam ser citadas. Mas elas não podem obliterar o fato de que aquelas estratégias de reconstrução da democracia elencadas por Castells na década de 1990, citadas no início deste artigo, continuam uma promessa. Como a recriação do Estado e da democracia locais, o aprimoramento das formas de participação política e comunicação horizontal entre os cidadãos permitida pelas novas tecnologias e pelo computador e o desenvolvimento da política simbólica.

O que ainda não está claro é até que ponto essas novas tecnologias permitem uma comunicação mais direta com os eleitores e, portanto, com menor necessidade de mediadores (como os marqueteiros), ou exigem mediadores com novas habilidades (e os marqueteiros pretendem, sem dúvida, adquiri-las). Gostaria de levantar a hipótese de que os políticos

profissionais e seus *staffs* (nos quais os marqueteiros se localizam, com pretensões à hegemonia) estão sendo bem-sucedidos no desenvolvimento de novas tecnologias digitais e sociais que procuram contrabalançar as formas de comunicação horizontal derivadas das redes sociais.

As campanhas de Barack Obama à presidência da República dos EUA em 2008 (GOMES et al., 2009) e 2012 se utilizaram extensamente desses recursos e de especialistas, o mesmo acontecendo, em menor extensão, nas eleições presidenciais de 2010 no Brasil. A campanha de 2014, sem dúvida, ditará novas tendências.

Diversos marqueteiros têm oferecido cursos sobre como usar a internet e as redes sociais.¹⁰ Especialistas reconhecidos desde as décadas de 1980 e 1990, hoje oferecem cursos nos quais a grande diferença em relação ao que era ensinado então é exatamente o uso da internet nas campanhas eleitorais.¹¹ Resta ainda, entre outros, o desafio de como medir a opinião pública nas redes sociais ou, dito de outra forma, como lidar com essa nova conformação do mercado eleitoral.

Uma última observação acerca da imagem que os marqueteiros possuem no Brasil atual é pertinente. Em termos gerais esses especialistas têm sido acusados de manipuladores da opinião pública e responsáveis em grande medida por vários problemas no funcionamento das democracias representativas contemporâneas. Quando Collor sofreu seu *impeachment* suas ações negativas foram, retrospectivamente, creditadas ao marketing político e seus desmandos. Isso, evidentemente, toma ao pé da letra as próprias intervenções dos marqueteiros acerca de sua influência na política contemporânea.

As articulações entre os especialistas em marketing político devem ser entendidas em grande medida como uma tentativa, por parte de um grupo expressivo, de um controle mínimo das atividades da especialidade. Às acusações éticas e de manipulação contrapõe-se uma associação que pretende profissionalizar a atividade e estabelecer normas na relação entre o especialista e seu contratante, em um movimento de resto conhecido pela sociologia das profissões.

Notas

- ¹ Ou “marketing eleitoral”. A atividade se desenvolveu inicialmente no estado da Califórnia, nos EUA, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, cf. Ross (1959). Para uma análise mais imparcial, Pitchell (1958). Para uma análise mais extensa do “marketing político” no Brasil como fenômeno histórico e político, cf.: Castilho (2014).
- ² É importante enfatizar que o cenário mais amplo que dá origem ao marketing político se apresenta na confluência entre o surgimento da noção de opinião pública desenvolvida por Gallup e seu trabalho à frente do American Institute of Public Opinion a partir de 1935 (1937, 08/06/1941, 1942 e 1944) e outros. E, ainda, a generalização da televisão possibilita as condições de construção de um mercado eleitoral.
- ³ Os cadres, analisados por Boltanski eram administradores e gerentes que faziam uma ponte entre as Ciências Sociais e as teorias do *management* aplicadas às empresas, ou seja, uma espécie de executivos de novo tipo. O “lugar-dito ideal” funciona como um referente ideal central à construção da representação de uma categoria extremamente fluida, mas ao mesmo tempo extremamente eficaz (BOLTANSKI, 1982, p. 52).
- ⁴ O termo original é mass self-communication. “The communication foundation of the network society is the global web of horizontal communication networks that include the multimodal exchange of interactive messages from many to many both synchronous and asynchronous. [...] Appropriating the new forms of communication, people have built their own system of mass communication, via SMS, blogs, vlogs, podcasts, wikis, and the like” (CASTELLS, 2007, p. 246-247).
- ⁵ A criação da Associação Brasileira de Assessores Eleitorais e Consultores Políticos (ABCOP), em 1991 é um importante marco na consolidação da atividade. Ela foi resultado de esforços levados a cabo desde pelo menos o início da década de 1980 por especialistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Para essas articulações e a ABCOP, cf. Castilho (2014, p. 126-136).
- ⁶ Nos últimos três meses a campanha de Moreira Franco foi dirigida por uma agência de publicidade, a Artplan, de propriedade de Roberto Medina (Entrevista com Roberto Medina em 28/8/1996).
- ⁷ Entrevista de Roberto Medina concedida ao autor em 10/8/1997.
- ⁸ Veja-se, por exemplo, a matéria: O debate “A imagem do candidato – entrando na luta” (1994).
- ⁹ Um dos autores que mais contribuiu no sentido de uma teoria social dos meios de comunicação a distância, as formas de sociabilidade e as mudanças na atividade política foi John B. Thompson. Em seu livro já clássico de 1995, o autor sugere a conceituação de três tipos principais de interação (p. 82-100): a

interação face a face, a interação mediatizada e a quase-interação mediatizada. (THOMPSON, 1995, p. 82-100).

10 Cf., a título de exemplo: <http://www.eleitordigital.net.br/marketing-politico-nas-redes-sociais/>; <http://academiadomarketing.com.br/curso-marketing-politico-redes-sociais/>

11 Cf., <http://www.cursomarketingpolitico.org.br/>

Referências

- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988. p. 173-182.
- CASTELLS, Manuel. Communication: power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, Los Angeles, v. 1, p. 238-266, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 2002a (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 3).
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia internet: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002b (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).
- CASTILHO, Sérgio R. R. *Marketing político: a construção social do 'mercado eleitoral' no Brasil: 1954–2000*. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2014.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Faire l'opinion: le nouveau jeu politique*. Paris: Editions de Minuit, 1991.
- O DEBATE. A imagem do candidato: entrando na luta. *Meio & Mensagem*, n. 601, 18 abr. 1994.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FIGUEIREDO, Ney Lima. *O que é marketing político*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FIGUEIREDO, Ney Lima; FIGUEIREDO, José Rubens de Lima. *Como ganhar uma eleição: lições de campanha e marketing político*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.
- GALLUP, George Horace. *A guide to public opinion polls*. Princeton: Princeton University Press, 1944.
- GALLUP, George Horace. The public rings the bell. *Market Research*, p. 3-4, Feb. 1937.
- GALLUP, George Horace. Reporting public opinion in five nations. *Public Opinion Quarterly*, v. 6, n. 4, p. 429-436, Nov. 1942.
- GALLUP, George Horace. We, the people are like this: a report on how and what we think. *New York Times Magazine*, New York, p. 1-3, 8 June 1941.

- GOMES, Wilson et al. Politics 2.0: a campanha on-line de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29-43, out. 2009.
- GRANDI, R.; MARINS, Alexandre; FALCÃO, Eduardo (Org.). *Voto é marketing... o resto é política*. São Paulo: Loyola: ABCOP, 1992.
- GUIMARÃES, César; VIEIRA, Roberto Amaral. A Rede Globo e a 'Nova República': um caso rápido de conversão à nova ordem. Rio de Janeiro: Iuperj: UCAM, 1985. (Série Estudos, n. 36).
- JORNAL DO BRASIL. 1 de agosto de 1982.
- JORNAL DO BRASIL. 8 de outubro de 1982.
- JÚNIOR, R. Na França, o eleitor não perdoa os erros estratégicos das campanhas. *Marketing*, v. 16, n. 114, p. 83-85, 1983.
- LATTMAN-WELTMAN, F. A gestação do 'fenômeno Collor': de uma eleição a outra. In: LATTMAN-WELTMAN, F. et al. *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão do 'fenômeno' Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 11-46.
- LEMOES, Renato. Collor, Fernando. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico: (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Forense-Universitária, 1984. v. 1, p. 146-173.
- MARKETING. "Refazendo uma imagem, a volta por cima", n. 159, jan. 1987, p. 27.
- PITCHELL, R. J. Influence of professional campaign management firms in partisan elections in California. *Western Political Quarterly*, n., p. 278-300, 1958.
- RICHERS, Raimar. *O que é marketing?* São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ROSS, I. The super-salesmen of California politics: Whitaker and Baxter. *Harper's Magazine*, p. 55-61, July 1959.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: FGV: Espaço e Tempo, 1999.
- THOMPSON, John B. *The media and modernity: a social theory of the media*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- THOMPSON, John B. *Political scandal: power and visibility in the media age*. London: Blackwell, 2000.

Exílio e linguagem: a escrita de Samuel Rawet

Vera Lins

Vera Lins

Ensaísta, pesquisadora e professora da Faculdade de Letras da UFRJ. Foi professora visitante no Instituto de Romanística da Universidade de Viena em 2000. Tem vários livros publicados. Os mais recentes são *Desejo de escrita* (7 Letras, 2013), *O poema em tempos de barbárie e outros ensaios* (Faperj/Eduerj, 2013) e *Ingeborg Bachmann* (Coleção Ciranda da Poesia, Eduerj, 2013). Tem ainda *Poesia e crítica: uns e outros* (7 Letras, 2005), *Novos pierrôs, velhos saltimbancos* (Eduerj, 2009), *Gonzaga Duque: a estratégia do franco-atirador* (Tempo Brasileiro, 1991) e várias reedições e organizações de livros do crítico Gonzaga Duque.

Resumo

O artigo trata da questão do exílio na literatura, trabalhando os contos do escritor Samuel Rawet, que escreveu nos anos 1960. Suas narrativas acontecem na cidade do Rio de Janeiro com personagens que passam pelas ruas e se opõem à ordem, a um cotidiano sórdido e bruto, próprio do estado de coisas vigente. A situação de exílio é vista como possibilitadora de uma percepção desviante, libertária e inovadora, que nos coloca a questão de como nos mantermos humanos frente à barbárie da civilização. Articula-se a reflexão com teóricos como Edward Said, Adorno e Octavio Paz.

Palavras-chave: Exílio. Linguagem. Narrativa. Imigrantes. Barbárie.

Abstract

The article deals with the issue of exile in literature, working with the short-stories of the writer Samuel Rawet, who wrote during the sixties. His narratives take place in the city of Rio de Janeiro, with characters who pace the streets opposing themselves to the established order. The situation of exile is considered as enabling a devious, libertarian and innovative perception, which confront us with the question of how to continue being human in the face of civilization's barbarism. The article theoretically articulates the thoughts of Edward Said, Adorno and Octavio Paz.

Keywords: Exile. Language. Narrative. Immigrants. Barbarism.

Dedico este trabalho à memória de Lotte Mengers, fotógrafa e avó de meus filhos, que nasceu em Hamburgo e foi para o Brasil em 1936.

Apenas o vento, o tempo e o som
Que não posso viver no meio dos homens
Eu com a língua alemã
Esta nuvem em torno de mim
Que mantenho como casa
Divagando por todas as línguas
Ingeborg Bachmann¹

Começo com o poema de uma poeta de língua alemã, a austríaca Ingeborg Bachmann, que me parece uma figura do exílio própria dos nossos tempos. Não foi propriamente uma exilada, mas sua vida é constante mudança. Sai da província reacionária da Caríntia, onde nasceu, e vai estudar filosofia em Viena, mora na Suíça, tem um diálogo por toda a vida com o poeta judeu romeno Paul Celan, que visita em Paris. Mora na ilha de Ischia e termina seus dias em Roma. Traduz Ungaretti, e sua escrita produz um estranhamento na língua alemã, que a torna uma poeta-crítica, como entende Octavio Paz (1982, p. 198, 314). Para Paz, a criação poética exige um transtorno total de nossas perspectivas cotidianas. Diz que a feliz inspiração poética nasce de um abismo. E a história da poesia moderna é a do contínuo dilaceramento do poeta, dividido entre a moderna concepção do mundo e a presença, às vezes intolerável, dessa inspiração, desse abismo. O que faz com que a poesia moderna, e eu ampliaria, a ficção moderna, faça de sua própria negação sua forma mais alta. Para ele, a partir de Rimbaud, os poemas são crítica da experiência poética, crítica da linguagem. A palavra poética se sustenta na negação da palavra.

[...] a partir de *Une saison en enfer* nossos grandes poetas fizeram da negação da poesia a forma mais alta da poesia: seus poemas são crítica da experiência poética, crítica da linguagem e do significado, crítica do próprio poema. A palavra poética se sustenta na negação da palavra. O círculo se fechou (PAZ, 1982, p. 314).

Para Edward Said (2001, p. 58) o exílio, em que a escrita se torna o único lugar habitável, também possibilitaria uma errância, que desmantela as representações pré-fabricadas, pelas quais somos bombardeados.

O exilado sabe que, num mundo secular e contingente, as pátrias são sempre provisórias. Fronteiras e barreiras, que nos fecham na segurança de um território familiar, também podem se tornar prisões e são, com frequência, defendidas para além da razão e da necessidade (SAID, 2001, p. 58).

E Theodor Adorno (2000) diz que o escritor, em seu texto, ergue uma casa; para um homem que não tem mais uma terra natal, escrever torna-se um lugar para viver. Mas Said continua, dizendo que, mesmo na escrita, conseguimos, no máximo, uma satisfação provisória, que é logo atacada de emboscada pela dúvida, e uma necessidade de reescrever e refazer, que torna o texto inabitável. Este, para mim, é o sentido radical de exílio.

O exilado atravessa fronteiras, rompe barreiras do pensamento e da experiência, contrapõe uma percepção desviante, libertária e inovadora, frente ao palavrório em que estamos imersos. Assim faz todo escritor que trabalha radicalmente com a linguagem. Voltando a Octavio Paz (1982, p. 50-51), em *O arco e a lira*, diz que, se o poeta abandona seu desterro – única possibilidade de autêntica rebeldia –, abandona também a poesia e a possibilidade de que esse exílio se transforme em comunhão. Entende o exílio do poeta como exílio da linguagem da comunicação, dos *slogans* da indústria cultural. Seu desterro é o de todos. Diz: “De uma cutilada cortaram-se todos os laços que nos prendiam ao passado e ao futuro. Vivemos um presente fixo e interminável, sem imagem do mundo ou do futuro” (PAZ, 1982, p. 346).

Com essa visão de exílio como própria a todos, procurei, no entanto, ver autores em que o exílio funciona como tema ou em que a situação de imigrante poderia ser o propulsor de percepções desviantes, libertárias e inovadoras na cultura brasileira. Clarice Lispector já vista por vários críticos, e que recentemente ganhou uma biografia de Benjamin Moser (2009) trabalhando sua condição de exilada, seria uma delas. Clarice veio da Ucrânia ainda criança. Embora para mim essa questão em relação à Clarice nunca tenha tido importância. Por muito tempo, e a li desde menina, foi uma escritora brasileira do Recife, que tinha uma visão filosófica instigante de questões do cotidiano, especialmente da mulher e da família. Mas é a sua visão da linguagem o que sempre me impressiona. E aí está sua condição de exilada, como vista por Octavio Paz, Said e Adorno. Diz em *A paixão segundo GH*:

A realidade é a minha matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é de buscar e não achar que nasce o que não conhecia e que instantaneamente reconheço. A linguagem é meu esforço humano (LISPECTOR, 1964, p. 212).

E o crítico italiano, Ettore Finazzi-Agró, em livro recente, *Entretempos* (2013), falando de Clarice sublinha essa característica de exílio do escritor:

O escritor é aquele que não se reconhece senão nesse exílio de si mesmo, ou seja, habitando o seu alheamento, enfileirando palavras que são pensadas “por fora”, por uma instância neutra e terceira, que é, porém, a nossa mais íntima essência (FINAZZI-AGRÓ, 2013, p. 372).

Recentemente Milton Hatoum aparece falando dos libaneses da Amazônia. No entanto, agora, queria lembrar Samuel Rawet, recentemente estudado por Rosana Bines, no entanto, quase esquecido, embora tenham sido publicados pela editora Civilização Brasileira dois volumes de obras suas: um reunindo seus contos e outro seus ensaios, em 2004 e 2008, respectivamente. Também em 2008 foi publicada uma organização de seus escritos em jornais e revistas pela editora Caetés (SANTOS, 2008).

Mas, mesmo relegado a certo esquecimento, um conto seu com o título, “Gringuinho”, aparece nas duas mais recentes e importantes antologias do conto brasileiro, a de Alfredo Bosi, com várias edições, a que tenho é a quarta, de 1986, e a de Italo Moriconi de 2000. Sobre Hatoum e Rawet foi publicado um estudo recente sobre suas escritas e o exílio (CHIARELLI, 2007). Porém, enquanto muito se fala do primeiro, pouco se ouve do segundo.

Rawet tem em comum com Clarice Lispector esse solo movediço sob os pés, o autoquestionamento e a incerteza. Rawet admira Clarice, tem artigo sobre ela e li seus contos em volumes com dedicatórias manuscritas a ela. Diz sobre *A hora da estrela*:

Há em seu livro a clareza, a transparência, como que uma redescoberta da palavra em sua *função de linguagem*, coisa talvez desconhecida por Clarice em sua infância e adolescência, no ambiente familiar, mas apreendida no meio não familiar. E Clarice é *nordestina* (BINES; TONUS, 2008, p. 222).

Rawet diz, citando o escritor Lima Barreto, que no mundo não há certezas, nem mesmo em geometria. O que lembra o conceito de *das Gleitende* de Musil, em *O homem sem qualidades*, um solo escorregadio sob os pés, que é próprio da condição humana.

Há uma tradição de poemas do exílio na literatura brasileira, que culmina com o *Poema sujo* de Ferreira Gullar (traduzido para o alemão como *Schmutziges Gedicht*). Também textos mais recentes falam do exílio de brasileiros em Paris na época da ditadura. Queria mencionar também um escritor novo, Michel Laub (2011), traduzido recentemente em alemão, que fala do exílio como alguém já numa terceira geração. O narrador do romance, *Diário da queda*, é neto de um sobrevivente de Auschwitz que se suicida no Brasil e filho de um pai que está com Alzheimer e não se lembra de nada. Este neto, e também filho, reflete sobre a experiência humana, às vésperas de ser pai.

Por outro lado, a cultura brasileira tem o aporte de muitos exilados: escritores, como o crítico Otto Maria Carpeaux, artistas plásticos como Lasar Segall, Mira Schendel e os japoneses Tomie Ohtake, Manabu Mabe e muitos outros intelectuais. Lembro ainda Vilém Flusser, bastante relido e trabalhado hoje.

O quadro de Segall, *Navio de emigrantes* constrói uma imagem desolada da imigração, com pessoas amontoadas no convés de um navio, num estado de abandono em tons de marrom.



Lasar Segall, 1891 Vilna - 1957 São Paulo. *Navio de Emigrantes* (1939-41). Pintura a óleo com areia sobre tela, 230 x 275 cm. Acervo do Museu Lasar Segall-IBRAM/MinC. Gentilmente cedida.

Vou me deter, neste ensaio, em Samuel Rawet, que li nos anos 1960, e releio agora. Rawet tem, entre vários outros, um livro chamado *Contos do imigrante*, aborda a questão da imigração e do exílio em vários textos, e sua escrita cria uma atmosfera desolada, muito próxima à do quadro de Segall.

Samuel Rawet nasce em 1929 na Polônia e emigra em 1936, com apenas sete anos, para o Rio de Janeiro, onde vai morar no subúrbio. É alfabetizado em ídiche. Morre em Brasília em 1984. Era engenheiro e membro da equipe de Oscar Niemeyer. Tem vários livros de contos e ensaios, uma novela e um romance.

No livro *Contos do imigrante*, o conto “Diálogo” tem uma epígrafe de Heine: “Torturado vou morrendo, a raiz de minha vida está danificada. Ah, isto vem de uma pontada que me deram no coração.” O que tem a ver com o conto “Gringuinho”, como tem a ver com o conto “Negrinha”, de Monteiro Lobato, que nunca foi exilado.

O conto de Lobato é impressionante porque mostra o sofrimento de uma menina negra que vive numa casa de família em que é tratada como objeto, não tem nome. No conto de Rawet, o personagem é um menino que está voltando da escola onde o chamam pejorativamente de Gringuinho. É um monólogo interior em que o personagem se lembra de várias situações em que o chamam assim, a palavra se repete pelo texto e traz sua contradição. Gringo marca o reconhecimento de uma diferença e a não aceitação dela, mas o sufixo *inho* é carinhoso. É interessante essa ambiguidade para pensar a relação do Brasil com o imigrante, marcada pela ambivalência. Na casa do menino do conto há também um conflito, a mãe ocupada com um bebê lhe dá pouca atenção. E ele lembra a situação antes e depois do navio. Antes havia o avô, a neve, o lago em que brincava. Agora há a rua e a escola, onde é maltratado pela professora. No final do conto, ele revela que tinha revidado aos maus-tratos, dando um soco no peito da professora que lhe aplicava a palmatória. Não podia voltar à escola.

Contos do imigrante, escrito em 1956, tem uma epígrafe de um autor italiano, Elio Vitorini, que diz estar falando, no livro *Conversa na Sicília*, da Sicília, mas não de uma Sicília real, o livro não é autobiográfico, há o desvio da ficção como no de Rawet. A epígrafe diz:

Para evitar equívocos ou mal-entendidos declaro que, tal como o protagonista deste romance não é autobiográfico, da mesma forma a Sicília que o enquadra e acompanha só é Sicília por mero acaso, apenas porque o nome Sicília me soa melhor que o nome Pérsia ou Venezuela. De resto creio que todos os manuscritos se encontram numa garrafa (RAWET, 1972, p. 33).

No livro de Rawet, negros, judeus e outros imigrantes estão sempre em outras terras em busca de outras terras e outras e outras (RAWET, 1972, p. 60). Mas fala do Rio de Janeiro, das ruas do Centro, dos bairros de Laranjeiras, Botafogo, Santa Teresa, do subúrbio, com personagens cansados, desesperados, que se perguntam: “Começar outra vez em terra estranha? E se lá também um sol duro reduzira os homens a bandos silenciosos em busca de outras terras, e outras terras, até [...]” (RAWET, 1972, p. 60). É clara a referência aqui aos migrantes nordestinos. O imigrante do título me parece o autor, o narrador, que se coloca assim também nessa situação de estranheza, é desse ponto de vista do estranhamento que fala.

O desespero de todos os personagens lembra “O emparedado”, poema em prosa de Cruz e Souza, poeta simbolista e negro. Poema que coloca em cheque a civilização, transcrevo seu final, pois Cruz e Souza vai ser referido várias vezes na obra de Rawet. Assim termina “O emparedado”:

Não! Não! Não! Não transporás os pórticos milenários da vasta edificação do Mundo, porque atrás de ti e adiante de ti não sei quantas gerações foram acumulando, acumulando pedra sobre pedra, que para aí estás o verdadeiro emparedado de uma raça.

[...]

E, mais pedras, mais pedras se sobreporão às pedras já acumuladas, mais pedras, mais pedras... Pedras destas odiosas, caricatas e fatigantes Civilizações e Sociedades... Mais pedras, mais pedras! E as estranhas paredes hão de subir, – longas, negras, terríficas! Hão de subir, subir, subir mudas, silenciosas, até as Estrelas, deixando-te para sempre perdidamente alucinado e emparedado dentro do teu Sonho [...] (CRUZ E SOUZA, 1995, p. 673).

O livro de Rawet abre com um homem no navio, que tinha imigrado, mas agora volta para a terra que tinha deixado, como se não tivesse um lugar. Todos vão contra a ordem das coisas, como diz e escreve: *Ordem* com maiúscula:

Havia a ordem das coisas. Havia a tradição que o soterrava. A solidariedade humana podia, no máximo tomar para ele modos de caridade. E era justo. Ninguém tem coração de ferro. Tudo isso estava na Ordem. E o resto? (RAWET, 1972, p. 41).

Noutro conto, uma senhora que chamam de “a gringa” reza aos gritos de dor no quarto, causando espanto nos vizinhos da pensão, que lhe invadem o quarto. Estava só, tinha perdido filhos na guerra, era uma sobrevivente.

Os personagens de Rawet estão sempre perto do grito, de tão desesperados com a sensação de desmoronamento que têm.

Outra personagem, Judite, fica viúva com um bebê. Era judia e tinha casado com um não judeu. A família a rejeitou, mas agora com um filho de dois meses, procura a irmã. Mas essa é fria, não a acolhe. Há um diálogo em monossílabos entre as duas e depois uma porta fechada: “Errara. Entrara em local onde o tempo estava morto e onde não a compreenderiam mais. Estagnação. A porta fechou-se após uma fria despedida” (RAWET, 1972, p. 33).

Também a família de elite brasileira, os Albuquerque, aparece em um conto. A família tem um filho que sofre com o emparedamento, estudante de direito é ferido numa manifestação, quando está indo contra essa ordem de que a família é parte. Perto da morte, um padre vai lhe dar a extrema-unção e ele grita: “Não tenho pecados”.

São sempre parágrafos imensos que dão essa ideia de sufocamento e algumas frases que se repetem como refrão. Sem grandes enredos ou personagens, as frases nominais e palavras que se repetem criam um ritmo de poema em prosa.

Os personagens andam pelas ruas e as paisagens são a esquina, os letreiros, a multidão, a fila do cinema. Neste conto o personagem de subúrbio se apaixona por Lina, moça da zona sul, que mora num casarão de Laranjeiras, e se move entre os dois ambientes:

O café expresso projetou-o num estado de consciência que parecia ter perdido. Renovado o maço, plantou-se a esperar um bonde observando a praça. O vestígio de Lina sumira com o carro acelerando na curva. A sensação de desgosto, que outro meio que não o seu lhe provocara, desvanecia-se agora na certeza da perda. Vontade de beber, andar. Agarrado ao estribo sacudia a tristeza que insistia em crescer. Letreiro. Multidão.

Filas de cinema. O trem do subúrbio vazio na subida àquela hora dava-lhe a paisagem diferente, sua e não a que vira pela tarde (RAWET, 1972, p. 82).

E a paisagem do subúrbio se compõe de “barracas de jogo, comida, refrescos, café. Roda-gigante. Do alto via os telhados cinzentos se espalhando em largura, e era bom ver o subúrbio assim de cima”. Depois da negativa da moça, o personagem vai para a rua: “Rondara pelo cais com a negativa. Sentara-se em um banco refletindo nos olhos úmidos o pisca-pisca dos letreiros. Buzinas. Risos. As eternas filas dos cinemas. Um desejo doido de sobreviver” (RAWET, 1972, p. 89).

Para dar uma ideia da linguagem de Samuel Rawet, cito um trecho do conto “O logro”, de *Os sete sonhos*, em que um poeta tenta escrever um poema e fala da estranheza da própria linguagem de Rawet:

Estranhos como as estranhas oscilações de um sentimento medido e uma explosão afetiva, estranhos como os estranhos meandros de uma expressão entre informe e cristalizada, o impulso e a frase lhe percorriam o corpo (RAWET, 1967, p. 68).

Aqui ele fala do processo de criação em confronto com a impossibilidade, a incerteza. Diz: “Faltava-lhe a certeza de que não havia possibilidade de não fazer o poema.” O texto é todo esse embate do poeta com a criação, em que ele fala de uma “vaga noção de um caos externo que sempre tentaram lhe impingir como modelo de regularidade”. O personagem se questiona sobre o mundo e a violência. E assim termina o conto: “Um outro sinal de partida de navio surpreendeu-o na informe redescoberta de um lugar-comum. Percebeu uma sutil diferença, Não era bem sua descoberta, nem sua aceitação. Era a conquista” (RAWET, 1967, p. 68).

Seus personagens estão sempre contra a corrente, lidando com perdas, com a intranquilidade. Exemplo, uma mulher, pensando na vida, de volta a um lugar que havia deixado, põe sal no café que fazia para a família.

Todos persistem na não aceitação, na repulsa ao já configurado, fala do “chumbo da revolta” como o peso que essa revolta implica. Alguns personagens estão nos limites do delírio, perto dos gritos como explosões de dor. Vários andam pelas ruas da cidade, divagando ao sabor dos encontros fortuitos. Não têm nomes, como o do último conto, que vaga pelas ruas de madrugada, “alguém que apenas passa”. Este esbarra com um homem que escrevia uma ficção, *A revolução dos Cangicas*, mas que nunca

terminava porque dizia que precisava estabelecer o contexto com detalhes. O que é ironizado por Rawet, colocando na boca deste personagem os argumentos que são contrários ao que ele, Rawet, realiza nos seus contos. O personagem diz:

As questões sociais me preocupam e isso que você está vendo aí são subsídios para a história da Revolução dos Cangicas. Já ouviu falar nela? Gostaria de fazer um romance com esse material, mas é tão difícil. Porque o romance deveria ser um retrato fiel dos acontecimentos além de conduzir o leitor para a lição da História. Além de reproduzir fielmente a realidade. Já viajei por toda a região, fiz um levantamento socioeconômico da época, alinhei os costumes, mas alguns detalhes ainda me faltam. A figura do cangica está meio vaga e você não acha que como personagem de romance deve ser bem delineado, integrado no contexto histórico? Há por aí uma ficção de fantasmas, de gente sem nome, não entendo como se possa dar valor a coisas desta natureza. Me parecem vastos produtos de uma decadência, tão irreais. Ele apenas ouvia, sentado numa poltrona com um copo d'água na mão (RAWET, 1967, p. 130).

Isso é um diálogo com um personagem que como todos os seus outros personagens é alguém que passa, sempre contra a estupidez das regras de comportamento, nunca fica. Diz “partir, partir era um propósito definido, urgente, inadiável” (RAWET, 1967, p. 139). Personagens fantasmas, como diria o outro personagem. Lembram Baudelaire e o homem das multidões de Poe. O que por sua vez me lembra Rancière (2000), o teórico francês, quando fala do regime estético das artes que dá atenção ao comum, ao ínfimo, ao banal. É disso que são feitos os contos de Samuel Rawet, daquilo que passa despercebido. Seus personagens são gente comum, muitas vezes sem nomes, em conflito com o mundo e com eles mesmos. Por isso é a sua uma ficção política.

Tem uma novela curta, em que o personagem é o judeu errante Ahashverus e suas andanças pelo espaço e pelo tempo. Este se identifica com o Nazareno, vê nele a dor do mundo e um sentido pessoal de ética e se metamorfoseia inclusive em Rawet.

Em *Os sete sonhos*, livro de 1967, quando o personagem tem um nome – geralmente não têm –, é um judeu, Yeoshua Cohen. A narrativa se passa em Israel, mas o personagem também está a caminho pelas ruas de Haifa, onde chegara há cinco meses. Mas é um outro sem lugar. Como diz:

Nascera em Istambul, mas criança ainda fora levado pela família ao Egito. De lá transferiram-se para a Alemanha, mas o clima local fez com que adotassem a França. Quando a guerra começou conseguiram fugir para a Espanha. Após a morte dos pais, era filho único e levado por um sentimento vago, sem nenhuma exaltação, resolveu emigrar (RAWET, 1967, p. 46).

É um imigrante, e como os outros personagens, isolado, triste, com sentimentos vagos, também um passante.

Em outro conto fala ironicamente do processo de compor uma narrativa, das convenções e da sua vontade de não cair nelas e de sua desconfiança e se pergunta se não seria isso também uma convenção. Rawet, como Clarice, reflete sobre a construção dos seus contos, dentro da própria narrativa, colocando o processo de narrar em suspensão, problematizando-o também como ela. Em “Fé de ofício”, de *Os sete sonhos*, comenta, ironicamente, afirmando-se, mais uma vez, avesso a convenções:

Tenho presente dois esboços de personagens, e um semiesboço de cenário, e não sei por que me deva agarrar a alguma convenção de conto, não formulada aliás, e só apresentar a história depois de solver em detalhe os enigmas que personagens e cenário representam. Talvez haja nisso o desejo de fazer atuar a minha vontade sobre as personagens de ficção, e por aí, retirar-lhes a autonomia que naturalmente deveriam ter. O que, suponho, é outra convenção. Receio apenas, no meu desejo de não respeitar convenções, estar caindo em uma armadilha, isto é, escrever dentro de uma outra convenção, anterior às primeiras. Se isso é verdade, reverências, já que o papel não pode ficar em branco. E isso talvez não seja propriamente uma convenção (RAWET, 1967b, p. 56).

Em *Diálogo*, seu segundo livro, de 1963, o título é irônico, pois não há possibilidade alguma de diálogo em nenhum dos contos. A família ocupa um lugar que é de desentendimento, opressão e revolta surda. Há sempre um personagem que viola as leis de tranquilidade e ordem, que vai contra os padrões e é punido. Também no casal homem/mulher não há diálogo. Os contos são um jorro de palavras com apenas um fio de história a ser contada, são mais importantes as sensações – a solidão, a incerteza, a revolta, o asco. Também a multidão e o trem que vai para o subúrbio são a paisagem para os personagens, movidos por uma febre interior. O narrador é sempre o oposto, o reverso, o avesso das convenções. E, às vezes, a violência toma o lugar do diálogo, como em “Jogo de xadrez”, em que os jogadores acabam se enfrentando com uma faca e o vencido mata

o vencedor. O cotidiano parte de uma realidade pronta, é sórdido e bruto. Faltam palavras e os corpos tombam. Um personagem afirma “eu sou clandestino e nunca me deram passaporte para ver o mar”.

Em um conto, um personagem judeu passa o Natal com uma família de elite. Ele, Nehemias, professor de história, inconformado e inquieto, é colega de um filho da família, provoca comentários irônicos quanto aos judeus em frases feitas, clichês. O suposto diálogo é um monte de equívocos. O conto pergunta no final: “E desse equívoco gerado em mil anos quando sairemos tu e eu?” O que lembra o filósofo judaico Buber (1982) que justamente escreve sobre a relação eu e tu como fundadora do diálogo e da possibilidade de comunidade. Vi em um ensaio de Rawet que tinha imensa admiração por Martin Buber, chegando a procurá-lo em Israel e a menciona que leu seu livro sobre socialismo utópico, em que Buber faz uma crítica à revolução como concebida por Marx e Lênin, retomando o socialismo de Proudhon e especialmente Kropotkin e Landauer, enfatizadores da ideia de comunidade. Para Buber (2005, p. 60) a comunidade é a realidade a partir da qual pode-se dar o socialismo.

O último conto é o fracasso de diálogo entre avô e neto, a primeira vez que aparece um travessão que indica diálogo, mas a um comentário absurdo do avô, o neto responde com um “- É, e só isso”.

Os livros de Rawet foram reeditados nos anos 1970, mas depois, esquecidos. Há um de ensaios, com o título *Eu-tu-ele* (RAWET, 1972), em que essa questão do diálogo de Buber é retomada. Nele, faz o que chama de análise eidética. Fala do pensamento como uma experiência que tem como suporte o corpo e da literatura como autoconhecimento, em que palavra, conhecimento e corpo se relacionam. Por isso vê limites no marxismo, como um pensamento puramente racional. Diz que o ocidental, bárbaro ainda, não conseguiu chegar ao nível do pensamento oriental.

No ensaio “Angústia e conhecimento”, retomando a frase de Lima Barreto, de que não há certezas, nem na geometria, diz que só acredita em meditação, ou seja, no pensamento, e não no conhecimento, o que o aproxima de Kant e Hannah Arendt. Diz:

O único absurdo que eu conheço é a afirmação de que o universo é compreensível. Não creio que a compreensão física, química, matemática, tenha alguma coisa a ver com o ato de compreender. Costuma-se confundir o

irracional com a *violência animal*. Creio hoje que a violência humana é um ato puramente racional, lógico, apesar das aparências (BINES; TONUS, 2008, p. 151).

Em um artigo sobre o poeta Carlos Drummond de Andrade, fala do espanto no ato poético, o que faz com que nele brote algum conhecimento: “O ato poético, talvez a única afirmação autêntica da condição humana” (BINES; TONUS, 2008, p. 184-187).

No livro de contos de 1969, *O terreno de uma polegada quadrada* (RAWET, 1969), a epígrafe é de Herman Hesse, autor muito lido nessa época. Cita também Heinrich Boll. Rawet faz um prefácio em que fala da burrice, da estupidez humana e os contos tentam colocá-la à vista. Os personagens caminham pelas ruas do Rio “cismando”, isto é, pensando, num esforço, como diz Rawet, de “manter-se à superfície na tentativa de recuperar o aparente, o fugidio, o falso, o contraditório, o que se ignora. O esforço inclusive para ignorar o que se percebeu num instante de extrema dor” (RAWET, 1969, p. 89).

Também a questão do homossexualismo está presente em vários contos, vivida com ambivalência e dor.

Há um personagem, professor de Filosofia que está buscando escrever um ensaio sobre Cruz e Souza, o poeta simbolista negro, Farias Brito, um filósofo *sui generis*, de quem diz que foi o único homem que pensou verdadeiramente o país, e Lima Barreto, o escritor maldito. Anda de ônibus pela cidade, pensando na sua escrita, se questiona:

O que pretendia com seu Farias Brito, Cruz e Souza e Lima Barreto, um ensaiozinho simpático, inteligente, alinhavando citações daqui e dali, dando corpo ao trabalho com caminhos indicados por alemães, búlgaros, tchecos, lidos em tradução espanhola ou tradução francesa? (RAWET, 1969, p. 77).

Para no restaurante Lamas, toma um café na esquina da Machado de Assis, passa pela Gago Coutinho e toma a direção do Parque Guinle; com medo, resolve regressar e pensa com sensibilidade:

De posse desse Medo regressou ao Largo do Machado. De posse desse Medo e do Vazio, que desejava também com maiúscula, tudo com maiúscula, VAZIO e não nada, uma sutileza, não sabia definir, sabia apenas que não se tratava do nada, mas de uma ausência, um vácuo feito subitamente por indagações, um vácuo que faz desabar organismo e aspiração

a uma abertura para a especulação entre partícula ainda não identificada e cujo período de vida é zero e uma nebulosa em expansão, e tudo ali, no Largo do Machado, em qualquer parte do Largo, no lado da Igreja, na calçada dos correios, num banco do centro, em qualquer tipo que passasse a seu lado, nele mesmo (RAWET, 1969, p. 81).

Cita o poema em prosa “O Emparedado” de Cruz e Souza e em certo momento revê sua imagem de abandono: “Quando o ônibus dobrou em direção ao Catete, surgiu a Igreja aberta à paisagem por obras recentes e mais uma vez reviu a imagem de Cruz e Souza a voltar morto e só num vago de cavalos. Era o regresso ao terror” (RAWET, 1969, p. 24).

E numa passagem diz que foi por meio de outro personagem, o judeu comerciante Elias, que compreendeu o grito de Cruz e Souza. Nesse conto se misturam vários personagens, cujas falas e pontos de vista se entrelaçam, dificultando a distinção entre eles. Elias, Paulo, Jano e Guido são amigos, todos escrevem. Num momento Paulo diz:

Precisava de Elias, de sua presença apenas, mesmo que ficassem mudos um diante do outro. Esse judeu o intrigava. Até conhecer Elias tinha dos judeus um amontoado de ideias. Judeu é isso, é aquilo. Qualquer coisa parecida com o que enfrentava pessoalmente em sua condição de mulato, e mulato é negro e negro é isso e aquilo. Nenhuma violência, nenhum obstáculo concreto, um estado de espírito apenas a criar barreiras, um incômodo fruto de miudezas que moem, trituram, dilaceram e exacerbam pequenos impulsos, sonhos. Foi através de Elias que compreendeu o grito de Cruz e Souza (RAWET, 1969, p. 69).

Há uma pequena alteração de pontos de vista, mas suas vozes se misturam e por meio deles discute a criação, a sua própria:

Seus primeiros contos tinham um ranço didático, narravam com precisão uma história e um ambiente, até o dia em que descobriu que esse ranço era a própria negação do ato de criar e que a precisão era uma pretensa hipertrofia de um olho pouco exigente (RAWET, 1969, p. 47).

Todos os seus personagens fazem o mesmo esforço: “Manter-se à superfície na tentativa de recuperar o aparente, o fugidio, o contraditório, o que se ignora, O esforço, inclusive para ignorar o que se percebeu num instante de extrema dor” (RAWET, 1969, p. 89).

Em outro conto do mesmo livro, o personagem judeu, Jehuda Bitterman, quer escrever sobre Tião, um negro operário, ajudante de caminhão, que

leva um bloco de mármore para ser esculpido no cemitério. Tião, preto e pobre, fica encantado com a escultura, um anjo, e diz: “Tudo aquilo feito por um homem que morre, para outro que já morreu”. O personagem escritor faz anotações que são reflexões do próprio Rawet e se pergunta: “Quem é ou o que era na realidade Tião para ele, Yehuda Bitterman?” Até que no final: “Yehuda amassa as folhas de anotações, rasga algumas em branco ainda, lança os dois livros à sua direita sobre a cama, chuta a cesta debaixo da mesa e resolve contar a história de Tião no momento em que percebe que ele *era* Tião” (RAWET, 1969, p. 132).

O conto reflete sobre a condição humana, sobre a alienação do trabalho operário. Tião se pergunta, quando vê o escultor esculpindo o anjo: “– E de seu próprio trabalho, o que é que fica?”.

Noutro conto, um rapaz judeu brasileiro vai a Portugal pesquisar sobre a Inquisição e desiste, conclui que vivemos num mundo que, em vez de acordar do pesadelo, apenas troca de pesadelos. Encontra, na rua Johansen, um bêbado, que se revela um alemão nazista e pensa: “Na sua inocência ou pretensa inocência, recompôs várias infâncias e fundiu tudo em um mundo que deu aquele tipo a seu lado, em um mundo que tudo permitiu e que em vez de acordar do pesadelo, trocava de pesadelos apenas” (RAWET, 1969, p. 181).

Termino voltando a Adorno, que, no ensaio “A ferida Heine”, em *Notas sobre literatura*, diz que a civilização, sua barbárie, nos coloca a questão: como ser humanos? Há uma ferida na civilização que nos torna todos exilados: o sentimento de desterro se tornou comum a todos, só uma humanidade realmente livre nos livraria dessa sensação.

Nota

- 1 Poema “Exílio”. Tradução minha (BACHMANN, 2013).

Referências

ADORNO, Theodor. *Notas sobre literatura*. Trad. Jorge Almeida. São Paulo: 34letras, 2000.

BACHMANN, Ingeborg. *Ciranda da poesia*: Ingeborg Bachmann. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

BINES, Rosana; TONUS, José Leonardo (Org.). *Samuel Rawet: ensaios reunidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. Trad. Marta de Souza Queiroz. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. Trad. Póla Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CHIARELLI, Stefania. *Vidas em trânsito*: as ficções de Samuel Rawet e Milton Hatoum. São Paulo: Anablume, 2007.

CRUZ E SOUZA. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

FINAZZI-AGRÓ, Ettore. *Entretempos*. São Paulo: UNESP, 2013.

LAUB, Michel. *Diário da queda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo GH*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1964.

MOSER, Benjamin. *Clarice*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Trad. Monica Costa. São Paulo: 34Letras, 2000.

RAWET, Samuel. *Contos do imigrante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

RAWET, Samuel. *Eu-tu-ele*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972a.

RAWET, Samuel. *Os sete sonhos*. Rio de Janeiro: Orfeu, 1967.

RAWET, Samuel. *O terreno de uma polegada quadrada*. Rio de Janeiro: Orfeu, 1969.

RAWET, Samuel. *Diálogo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Francisco Venceslau dos (Org.). *Samuel Rawet: fortuna crítica em jornais e revistas*. Rio de Janeiro: Caetés, 2008.

SEFRIN, André (Org.). *Samuel Rawet: contos e novelas reunidos de Samuel Rawet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

NÚMEROS ANTERIORES

EDIÇÃO 20

Interpretações do Brasil e Ciências Sociais, um fio de Ariadne

André Botelho

Cotas aumentam a diversidade dos estudantes sem comprometer o desempenho?

Fábio D. Waltenberg

Márcia de Carvalho

Três críticos: Antonio Candido, Paulo Emílio e Mário Pedrosa

Francisco Alambert

Gonçalo M. Tavares: o ensaio, a dança, o espírito livre

Júlia Studart

Caio Prado Jr. e o intelectual marxista hoje

Marco Aurélio Nogueira

EDIÇÃO 21

Faces do trágico e do cômico na moderna prosa rodriguiana

Agnes Rissardo

Saber escolar em perspectiva histórica. O ensino religioso: debates de ontem e hoje na História da Educação

Aline de Moraes Limeira

A inocência dos muçulmanos, blasfêmia e liberdade de expressão: problemas de tradução intercultural

Daniel Silva

O confronto entre a jurisdição penal global e a soberania estatal: tribunal penal internacional versus razão de estado

Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco

Castro Alves: dramaturgo bissexto

Walnice Nogueira Galvão

DOSSIÊ

Velhice, família, Estado e propostas políticas

Myriam Moraes Lins de Barros (Organização)

Feminismo e velhice

Guita Grin Debert

Entre o Estado, as famílias e o mercado

Carlos Eugênio Soares de Lemos

Violências específicas aos idosos

Alda Britto da Motta

ARTIGOS

Vazios culturais versus alternativas da cultura e as estratégias da poesia de Cacaso

Carlos Augusto Lima

Violência e maus-tratos contra as pessoas idosas

Lucia Helena de Freitas Pinho França e Edson Alexandre da Silva

DOSSIÊ

Lazer

Edmundo de Drummond Alves Junior (Organização)

Sobre o conceito de lazer

Victor Andrade Melo

O profissional do lazer

Hélder Ferreira Isayama

Lazer: um direito de todos

Edmundo de Drummond Alves Junior
Cleber Dias

ARTIGOS

Por uma história da assistência medieval: o caso de Portugal

Priscila Aquino Silva

A forma e as formas de “Alumbramento”

André Vinícius Pessoa

EDIÇÃO 24

O americanista tardio: as relações entre o Brasil e os Estados Unidos nos escritos de Joaquim Nabuco

Angela Alonso

Anísio Teixeira: cultura e educação para a nova cidadania

Carlos Guilherme Mota

Pornografia e Shoah

Jacques Fux

Teoria do Estado Desenvolvimentista: uma revisão da literatura

Marcus Ianoni

As reflexões históricas de Sérgio Buarque de Holanda sobre agricultura (1936-1957)

Robert Wegner

Caso tenha interesse em receber a revista

Sinais Sociais, entre em contato conosco:

Assessoria de Comunicação do

Departamento Nacional do Sesc

publicacoes@sesc.com.br

tel.: (21) 2136-5149

fax: (21) 2136-5470

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Política editorial

A revista *Sinais Sociais* é editada pelo Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc) e tem por objetivo contribuir para a difusão e o desenvolvimento da produção acadêmica e científica nas áreas das ciências humanas e sociais. A publicação oferece a pesquisadores, universidades, instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais um canal plural para a disseminação do conhecimento e o debate sobre grandes questões da realidade social, proporcionando diálogo amplo sobre a agenda pública brasileira. Tem periodicidade quadrimestral e distribuição de 5.000 exemplares entre universidades, institutos de pesquisa, órgãos públicos, principais bibliotecas no Brasil e bibliotecas do Sesc e Senac.

A publicação dos artigos, ensaios, entrevistas e dossiês inéditos está condicionada à avaliação do Conselho Editorial, no que diz respeito à adequação à linha editorial da revista, e por pareceristas *ad hoc*, no que diz respeito à qualidade das contribuições, garantido o duplo anonimato no processo de avaliação. Eventuais sugestões de modificação na estrutura ou conteúdo por parte da Editoria são previamente acordadas com os autores. São vedados acréscimos ou modificações após a entrega dos trabalhos para composição.

Normas editoriais e de apresentação de artigos

O trabalho deve ser apresentado por carta ou e-mail pelos(s) autor(es), que devem se responsabilizar pelo seu conteúdo e **ineditismo**. A carta deve indicar qual ou quais áreas editoriais estão relacionadas ao trabalho, para que este possa ser encaminhado para análise editorial específica. A mensagem deve informar ainda endereço, telefone, e-mail e, em caso de mais de um autor, indicar o responsável pelos contatos.

Incluir também o **currículo** (com até cinco páginas) com a formação acadêmica e a atuação profissional, além dos dados pessoais (nome completo, endereço, telefone para contato) e um **minicurrículo** (entre 5 e 10 linhas, fonte *Times New Roman*, tamanho 10), que deverá constar no mesmo documento do artigo, com os principais dados sobre o autor: nome, formação, instituição atual e cargo, áreas de interesse de trabalho, pesquisa, ensino e últimas publicações.

Os textos devem ser encaminhados para publicação ao e-mail: sinaissociais@sesc.com.br, ou em CD ao endereço a seguir:

O corpo do texto deverá ter no mínimo 35.000 e no máximo 60.000 caracteres, digitado em editor de texto Word for Windows, margens 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entrelinhas 1,5. As páginas devem ser numeradas no canto direito superior da folha.

A estrutura do artigo deve obedecer à seguinte ordem:

- a) Título (e subtítulo se houver).
- b) Nome(s) do(s) autor(es).
- c) Resumo em português (de 100 a 250 palavras, fonte Times New Roman, tamanho 10, não repetido no corpo do texto).
- d) Palavras-chave (no máximo de cinco e separadas por ponto).
- e) Resumo em inglês (de 100 a 250 palavras, fonte Times New Roman, tamanho 10).
- f) Palavras-chave em inglês (no máximo de cinco e separadas por ponto).
- g) Corpo do texto.
- h) Nota(s) explicativa(s).
- i) Referências (elaboração segundo NBR 6023 da ABNT e reunidas em uma única ordem alfabética).
- j) Glossário (opcional).
- l) Apêndice(s) (opcional).
- m) Anexo(s) (opcional).

Anexos, tabelas, gráficos, fotos e desenhos, com suas respectivas legendas, devem indicar as unidades em que se expressam seus valores, assim como suas fontes. Gráficos e tabelas devem vir acompanhados das planilhas de origem. Todos esses elementos devem ser apresentados no interior do texto, no local adequado ou em anexos separados do texto com indicação dos locais nos quais devem ser inseridos. Sempre que possível, deverão ser confeccionados para sua reprodução direta. As imagens devem ser enviadas em alta definição (300 dpi, formato TIF ou JPEG).

Recomenda-se que se observem ainda as normas da ABNT referentes à apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022), apresentação de citações em documentos utilizando sistema autor-data (NBR 10520) e numeração progressiva das seções de um documento (NBR 6024).

Referências (exemplos):

Artigos de periódicos

DEMO, Pedro. Aprendizagem por problematização. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 112-137, jan. 2011.

DIAS, Marco Antonio R. Comercialização no ensino superior: é possível manter a ideia de bem público? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 817-838, set. 2003.

Capítulos de livros

CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993. p. 39-49.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélia Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1980. v. 5, p. 14-110.

Documentos eletrônicos

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores: 2002*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/sintese_pnad2002.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SANTOS, Nara Rejane Zamberlan; SENNA, Ana Julia Teixeira. Análise da percepção da sociedade frente à gestão e ao gestor ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2., 2011, Londrina. *Anais eletrônicos...* Bauru: IBEAS, 2012. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2011/I-002.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

Trabalho acadêmico

VILLAS BÔAS, G. *A vocação das ciências sociais (1945/1964): um estudo da sua produção em livro*. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

Esta revista foi composta na tipologia Caecilia LT Std
e impressa em papel pólen 90g/m², na Rona Editora.

O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil, Angela de Castro Gomes • Mundo desencantado e mundo desengajado, Luis Carlos Fridman • Henrique Galvão entre os descompassos no império lusitano, Rita Chaves • O marketing político no Brasil: da consolidação ao desafio das redes sociais, Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho • Exílio e linguagem: a escrita de Samuel Rawet, Vera Lins



FINALIDADE SOCIAL

A revista *Sinais Sociais* tem por objetivo enriquecer a agenda pública brasileira fomentando um diálogo amplo e consistente sobre suas principais questões. Coerentemente com a missão do Sesc de promover o bem-estar, a produção acadêmica é aqui veiculada tendo em vista sua contribuição à transformação social.

PLURALIDADE

A qualidade de vida é objeto de diversas áreas do conhecimento. Este é o motivo pelo qual a *Sinais Sociais* recebe a produção de múltiplas especialidades, reunidas sob a perspectiva de reconhecer e valorizar um pensamento crítico capaz de motivar o aprendizado e o desenvolvimento.

ALCANCE

Uma vez que a difusão do conhecimento exige manter e incorporar canais para garantir o acesso do leitor, esta publicação é distribuída regularmente a bibliotecas, universidades, instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais. A cada número lançado é realizado um seminário com a presença dos autores, para transmissão pela internet. Todas as edições são posteriormente disponibilizadas para acesso e leitura via web.

